

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	53
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	66
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	67
2.5 Medições não contábeis	72
2.6 Eventos subsequentes as DFs	77
2.7 Destinação de resultados	79
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	84
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	85
2.10 Planos de negócios	86
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	99
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	112
5.2 Descrição dos controles internos	125
5.3 Programa de integridade	127
5.4 Alterações significativas	131
5.5 Outras informações relevantes	132

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência, são derivadas das: (i) demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Eneva S.A. ("**Companhia**" ou "**Eneva**") relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("**CPC's**") e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("**IFRS**"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("**IASB**"); e (ii) informações contábeis intermediárias, consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB. Da mesma forma, a apresentação das informações financeiras está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações constantes desta seção 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, disponíveis nos *websites* ([eneva.com.br](http://eneva.com.br)), da Comissão de Valores Mobiliários ([gov.br/cvm](http://gov.br/cvm)) e da B3 ([b3.com.br](http://b3.com.br)).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Nesta seção são apresentadas, pela Administração da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

#### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia:

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou uma receita operacional líquida de R\$ 3.947,7 milhões, uma redução de R\$ 1.034,8 milhões em comparação aos R\$ 4.982,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, principalmente em razão da hibernação da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A ("**CGTF**"), e pela redução

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da exportação de energia para a Argentina. A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 1.253,6 milhões em 30 de junho de 2024, representando um acréscimo de R\$ 641,0 milhões em comparação aos R\$ 612,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.201,3 milhões em 30 de junho de 2024, uma redução de R\$ 1.140,8 milhões em comparação aos R\$ 2.342,1 milhões em 31 de dezembro de 2023. A variação apurada no lucro líquido entre os períodos se deu, principalmente, em razão da baixa do Imposto de Renda e Contribuição Social das Pessoas Jurídicas diferido advindo da incorporação da Celse – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("**Celse**") (passivo inicialmente reconhecido na combinação de negócios da Celse em 2022).

Em 30 de junho de 2024, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 19.528,9 milhões, uma redução de R\$ 171,9 milhões em comparação aos R\$ 19.700,7 milhões em 31 de dezembro de 2023. A variação apurada entre os períodos se deu, principalmente, em razão dos pagamentos de juros e principal ocorridos ao longo do 2º trimestre de 2024 seguindo o cronograma das dívidas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou uma receita operacional líquida de R\$ 10.090,9 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela consolidação integral dos resultados da CGTF e Celse, cujo a Companhia adquiriu o controle em agosto e outubro de 2022, respectivamente, pelo impacto positivo das operações de trading de energia, efeito positivo de valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia, bem como pela melhora significativa no nível de disponibilidade da UTE Jaguatirica II e pelo início da operação comercial do Complexo Solar Futura I que ocorreu ao longo de 2023. Tal aumento foi influenciado, também, pela receita fixa das usinas da Companhia que possui contratos no ambiente regulado com indexação pelo IPCA. A receita operacional líquida apurada em 31 de dezembro de 2023 apresentou um acréscimo de R\$ 3.962,3 milhões em comparação aos R\$ 6.128,6 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Ainda, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 303,4 milhões, representando uma redução de R\$ 72,4 milhões em comparação aos R\$ 375,8 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 2.342,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, um acréscimo de R\$ 1.050,8 milhões em comparação aos R\$ 1.291,3 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 19.700,7 milhões, um acréscimo de R\$ 1.238,7 milhões em comparação aos R\$ 18.462,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. A variação apurada entre os exercícios se deu, principalmente, em razão das novas contratações de empréstimos e financiamentos desembolsadas no período.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços de R\$ 6.128,6 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pelo impacto positivo das operações de trading de energia, a exportação de energia das UTEs Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("**Parnaíba I**"), Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("**Parnaíba II**"), Parnaíba III Geração de Energia S.A. ("**Parnaíba III**"), ao longo do ano para a Argentina, bem como pelo impacto proveniente da receita da térmica CGTF, adquirida em agosto de 2022, e a termelétrica UTE Porto Sergipe I, principal ativo da Celsepar ("**Porto Sergipe I**") adquirida em outubro de 2022. A receita de venda de bens e/ou serviços apurada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 apresentou um acréscimo de R\$ 1.004,2 milhões em comparação aos R\$ 5.124,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Ainda, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 375,8 milhões, representando uma redução de R\$ 797,5 milhões em comparação aos R\$ 1.173,3 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.291,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, um acréscimo de R\$ 299,0 milhões em comparação aos R\$ 992,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação apurada no lucro líquido entre os exercícios sociais se deu, principalmente, em razão do aumento das despesas financeiras advindos do aumento de volume de debêntures pelo endividamento total da Companhia e pela incorporação do portfólio de debêntures da Celse após a aquisição de controle pela Companhia, além das despesas com encargos da dívida que refletiu a entrada em operação dos projetos Azulão-Jaguatirica e Parnaíba V.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 18.462,0 milhões, um acréscimo de R\$ 10.714,6 milhões em comparação aos R\$ 7.747,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação apurada entre os exercícios se deu, principalmente, em razão das novas contratações de financiamentos e emissões de debêntures realizadas no período, bem como da conclusão do processo de aquisição da Celse, com a consolidação do seu endividamento na Eneva S.A.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e dos ativos não circulantes - realizável a longo prazo e dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante foi de 0,27, 0,25, 0,45 e 0,27 em 31 de dezembro de 2023, 2022, 2021 e em 30 de junho de 2024, respectivamente.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, os Diretores acreditam que a Companhia apresenta planos e resultados consistentes, conforme divulgação dos resultados obtidos no último exercício social.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Alterações no Capital Social

#### 2024

Em 14 de março de 2024, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.552.105,26, mediante a emissão de 125.193 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, ao preço de emissão de R\$ 12,3977 por ação, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de agosto de 2016.

#### 2023

Em 2 de março de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.470.400,56 mediante a emissão de 126.154 ações ordinárias com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, ao preço de R\$ 11,6556 por ação, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016.

#### 2022

Em 7 de outubro de 2022, ocorreu aumento de capital social devido a emissão de 279.315 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, decorrente da implementação do Programa de Opções para gestores e diretores estatutários e não estatutários, no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("**Terceiro Plano**"), no montante de R\$ 4,25 milhões ao preço de emissão de R\$ 15,2165 por ação. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do Terceiro Plano.

Em 25 de julho de 2022, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, dois aumentos de capital social, respectivamente, nos valores de R\$ 9.510.806,55 (nove milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mediante a emissão de 685.034 ao preço de emissão de 13,8837; e R\$ 1.969.534,87 mediante a emissão de 142.692 ações ordinárias, ao preço de emissão de 13,8027, ambas com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Eneva

Em 24 de junho de 2022, o Conselho de Administração da Eneva aprovou a precificação da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com esforços restritos de colocação, cujo lançamento ocorreu em 15 de junho de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2022. Foram emitidas 300.000.000 de novas ações, sendo o preço de emissão de R\$ 14,00 por ação, resultando no montante total captado na Oferta Restrita de R\$ 4,2 bilhões.

Em 11 de março de 2022, ocorreu aumento de capital social decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e Focus Energia Holding Participações S.A. ("**Focus**"), realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, de forma que todas as sociedades controladas pela Focus passaram a ficar sob o controle da Eneva, em que o capital social da Companhia foi aumentado no montante de R\$ 110,1 milhões, mediante a emissão de 17.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, sendo o preço de emissão de R\$ 11,98 por ação.

Em 04 de fevereiro de 2022, ocorreu aumento de capital social devido a emissão de 142.692 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, decorrente da implementação do Programa de Opções para gestores e diretores estatutários e não estatutários, no âmbito do Plano, no montante de R\$1,9 milhão ao preço de emissão de R\$13,8027 por ação.

### 2021

Em 3 de fevereiro de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$25,1 milhões, mediante a emissão de 437.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$57,30 por ação.

Em 14 de abril de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$2,8 milhões, mediante a emissão de 160.088 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$17,3896 por ação.

Em 19 de maio de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$12,7 milhões, mediante a emissão de 784.115 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$16,2150 por ação.

Em 30 de novembro de 2021, ocorreu aumento de capital social decorrente do plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$5,1 milhões, mediante a emissão de 300.964 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$16,9688 por ação.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio e capital de terceiros.

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta de 36,4%, 34,3%, 32,9% e 49,3% de capital próprio<sup>1</sup> e 63,6%, 65,7%, 67,1% e 50,7% de capital de terceiros<sup>2</sup>, respectivamente.

Em 30 de junho de 2024, o capital próprio<sup>3</sup> consolidado da Companhia era de R\$ 16.213,2 milhões, enquanto o capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$ 28.309,3 milhões, que comparativamente aos R\$ 14.937,6 milhões e R\$ 28.628,2 milhões apurados em 31 de dezembro de 2023, representam um acréscimo de 8,5% e 1,1%, respectivamente.

Ainda, em função de decisões estratégicas para os seis meses findos em 30 de junho de 2024, a Companhia mapeou estratégias para manter o compromisso dos investimentos firmados no leilão das UTEs Azulão I e Azulão II, como a assinatura de contratos para a venda de gás natural liquefeito, consolidar a expansão das operações no Estado do Amazonas e finalizar a execução do projeto Azulão 950 (que será composto pela UTE Azulão I e pelas UTEs Azulão II e Azulão IV (em conjunto, UTE Azulão II)) ("**Projeto Azulão 950**"). Além disso, ampliar as reservas no Parnaíba, por meio da recontração das UTEs Parnaíba I e Parnaíba III, garantindo um segundo ciclo de operação após 2027, quando vencem os contratos vigentes no ambiente regulado, desenvolver o Hub Sergipe (usina localizada no município de Barra dos Coqueiros/SE) e Soluções de gás na malha (*ongrid*), expandir negócios de SsLNG (*Small Scale Liquefied Natural Gas*) e soluções de gás fora da malha (*offgrid*), capturar oportunidades em novas operações de comercialização de energia, desenvolver tecnologias de baixo carbono, otimizar a estrutura de capital e construir uma organização ágil e adequada aos desafios.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital próprio da Companhia era de R\$ 14.937,6 milhões, enquanto o capital de terceiros totalizava R\$ 28.628,2 milhões, que comparativamente aos R\$ 13.736,0 milhões e R\$ 27.978,0 milhões apurados em 31 de dezembro de 2022, representam um acréscimo de 8,7% e 2,3%, respectivamente. A estrutura de capital reflete os investimentos que a Companhia tem realizado nos projetos de capital nos últimos anos.

Em função de decisões estratégicas do ano de 2023, a Companhia mapeou novas oportunidades no mercado de Energia e Gás, obteve uma aceleração no desenvolvimento do seu portfólio a partir da aquisição da Focus, CGTF (Termofortaleza) e Celse (Hub Sergipe). Adicionalmente

<sup>1</sup> O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido e o capital de terceiros corresponde ao passivo circulante somado ao passivo não circulante. Para se obter os percentuais de; (i) estrutura de capital deve-se dividir o capital próprio pelo passivo total (passivo circulante + passivo não circulante + patrimônio líquido); e (ii) estrutura de capital de terceiros deve-se dividir o capital de terceiros pelo passivo total.

<sup>2</sup> Idem 45.

<sup>3</sup> Idem 45.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

investiu em novos projetos em desenvolvimento como SsLNG (*Small Scale Liquefied Natural Gas*), assumiu compromisso com os investimentos, a partir da contratação em leilão das UTEs Azulão I e Azulão II, assinou contratos para a venda de gás natural liquefeito e, com isso, em 2023 priorizou a execução dos projetos de capital contratados.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital próprio da Companhia era de R\$ 13.736,0 milhões, enquanto o capital de terceiros totalizava R\$ 27.978,0 milhões, que comparativamente aos R\$ 8.996,6 milhões e R\$9.247,9 milhões apurados em 31 de dezembro de 2021, representam um acréscimo de 52,7% e 202,5%, respectivamente.

Em função de decisões estratégicas do ano de 2022, a Companhia concluiu as aquisições da Focus, CGTF e Celse, adicionalmente investiu em novos projetos em desenvolvimento como SsLNG (*Small Scale Liquefied Natural Gas*) e sagrou-se vitoriosa no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia de 2022 com o Projeto Azulão 950. Esses fatores contribuíram para aumento do passivo da Companhia em relação ao exercício social de 2021.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que os projetos da Companhia apresentam capacidade de pagamento suficiente para arcar com todos os seus compromissos financeiros, visto que a Companhia possui contratos de geração de energia de longo prazo com parcelas fixas e variáveis, além de reservas de gás natural suficientes para suprir todo o período da concessão.

Parte substancial da energia elétrica gerada pelos referidos projetos é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), o que permite a geração de receita fixa para as controladas da Companhia, por até 15 ou 20 anos (desde que as partes cumpram com as respectivas obrigações contratuais), além de parcela variável vinculada à quantidade de energia produzida que, para o Complexo do Parnaíba, é destinada à monetização da produção de gás.

Em 30 de junho de 2024, a parcela circulante dos empréstimos e financiamentos e debêntures consolidados pode ser resumida como segue:

Em R\$ milhões	Em 30 de junho de
Mês de Vencimento	2024
Em até 3 meses	1.049,4
Entre 3 e 6 meses	378,3
Entre 6 e 9 meses	41,9
Entre 9 e 12 meses	132,2
Total	1.601,8



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a parcela circulante dos empréstimos e financiamentos e debêntures consolidados pode ser resumida como segue:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
Mês de Vencimento	2023	2022	2021
Em até 3 meses	429,7	145,3	25,1
Entre 3 e 6 meses	158,7	671,5	135,0
Entre 6 e 9 meses	792,2	11,1	17,0
Entre 9 e 12 meses	741,8	403,0	185,6
<b>Total</b>	<b>2.119,7</b>	<b>1.230,9</b>	<b>362,6</b>

As parcelas dos empréstimos e financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2024, 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 apresentavam o seguinte cronograma de pagamento:

Em R\$ milhões	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
Ano de Vencimento	2024	2023	2022	2021
2023	-	-	-	383,7
2024	-	-	1.580,3	1.275,4
2025	1.376,3	3.408,5	3.195,4	1.004,0
2026	1.257,9	1.501,1	1.126,6	5.021,0
2027	1.348,7	1.565,9	1.720,8	-
2028	1.778,1	1.754,8	1.607,4	-
2029 até o último vencimento	12.580,7	9.751,1	9.467,3	-
<b>Total</b>	<b>18.341,8</b>	<b>17.981,4</b>	<b>18.697,8</b>	<b>7.684,1</b>

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos utilizadas pela Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram as receitas obtidas dos contratos de energia de suas subsidiárias, empréstimos e financiamentos e emissão de valores mobiliários não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Dentre as operações mais relevantes ocorridas no período de seis meses findo em 2024 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, os Diretores da Companhia destacam:

- Em abril de 2024 foi realizada a 10ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária em quatro séries, perfazendo o montante total de R\$ 2.5 bilhões. A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das debêntures, serão utilizados para: (i) o reembolso de gastos e despesas pela capitalização de subsidiárias do Projeto Futura; (ii) o reembolso de gastos e despesas, custeio de gastos e despesas relacionados a investimentos no Projeto de Desenvolvimento do Complexo

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Azulão (Exploração e Produção), sendo certo que todos os Projetos foram considerados como prioritários pelo MME nos termos das respectivas Portarias, conforme descritos no Anexo I da Escritura de Emissão e (iii) para otimização da estrutura de capital da Emissora, incluindo alongamento de dívidas (*liability management*).

- Em dezembro de 2023, Azulão I Geração de Energia S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário – CCB em favor do Banco da Amazônia, no valor de R\$ 400 milhões desembolsada integralmente no mesmo mês, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (“**FNO**”), e com a destinação dos recursos para a implantação da UTE Azulão, do projeto Azulão 950 no estado do Amazonas. O empréstimo tem prazo total de 208 meses, incluídos 48 meses de carência contados a partir de 15 de janeiro de 2024. A amortização será no sistema SAC em 156 prestações mensais e sucessivas, sendo remunerado a IPCA + 5,1041% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência, com a redução dos juros para IPCA + 4,3385% a.a. O financiamento conta com Fiança bancária, com aval da Eneva, até o fim do financiamento.
- Em dezembro de 2023, Azulão I Geração de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 625.968.686,90, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (“**FDA**”) repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“**SUDAM**”), com a destinação dos recursos para a implantação da UTE Azulão, do projeto Azulão 950 no estado do Amazonas. O empréstimo tem prazo total de 216 meses, incluídos 12 meses de carência contados a partir de 01 de janeiro de 2026. A amortização será no sistema SAC em 27 prestações semestrais consecutivas, sendo remunerado a IPCA + 3,2137% ao ano. A companhia ainda não realizou desembolsos deste contrato.
- Em outubro de 2023, a GNL Brasil Logística S.A contratou linha de crédito (cartão BNB) junto ao Banco do Nordeste com utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no montante de R\$ 100 milhões. O financiamento possui custo de IPCA + 3,28% a.a., já considerando o bônus de adimplência, prazo de vigência de 8 anos, incluídos 18 meses de carência, vencendo em 15 de janeiro de 2032. A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta também com (i) fiança bancária (garantindo 100% do saldo devedor das operações contratadas; (ii) cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva. Os recursos deste financiamento foram utilizados para a compra de equipamentos.
- Em setembro de 2023, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries, no valor total de R\$5.000.000 (cinco bilhões de reais) da Celse – Centrais Elétricas de Sergipe. Os recursos líquidos obtidos por meio da colocação das Debêntures estão sendo destinados do seguinte modo: (i) 1ª e 2ª Séries foram utilizadas para recompra integral

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da 1ª emissão de debêntures simples da Celse; e (ii) 3ª Série foi utilizada para pré-pagamento integral dos financiamentos com o *Inter-American Investment Corporation*, *Inter-American Development Bank*, o *China Co-Financing Fund for Latin America and the Caribbean* ("**Credores Seniores LA1**"), e com o *International Finance Corporation*. Com a incorporação da Celse pela Eneva S.A, essa emissão passou a ser a 11ª Emissão da Eneva a partir de junho de 2024.

- Em setembro de 2022, a Companhia realizou a sua 9ª emissão de debêntures, em montante total de R\$ 1,9 bilhões, em três séries ("**9ª Emissão de Debêntures**"). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures estão sendo destinados para (i) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto Futura 1; (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à ampliação, via fechamento de ciclo, do Projeto Parnaíba VI; e (iii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto UTE Jaguatirica II, todos considerados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia ("**MME**").
- Em julho de 2022, a Companhia realizou a sua 8ª emissão de debêntures, em montante total de R\$ 2,04 bilhões, em quatro séries ("**8ª Emissão de Debêntures**"). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da primeira e segunda séries estão sendo/foram utilizados até a respectiva data de vencimento para (i) o reembolso de despesas incorridas pela Companhia com mútuos celebrados com as sociedades de propósito específico (SPEs) do Projeto Itaqui e do Projeto Pecém II, para pré-pagamento de financiamentos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos relacionados à exploração do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da terceira e da quarta séries estão serão utilizados até a respectiva data de vencimento para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.
- Em julho de 2022, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco do Nordeste com utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, destinados a implantação do Projeto Futura I localizado em Juazeiro (BA), no montante de R\$ 300 milhões. O financiamento possui custo de IPCA + 3,49% a.a., já considerando o bônus de adimplência, prazo de vigência de 24 anos, incluídos 18 meses de carência, vencendo em 15 de agosto de 2046.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Em fevereiro de 2022, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures em série única, em montante total de R\$ 1,5 bilhão. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados para reforço de capital de giro da Companhia.
- Em dezembro de 2021 a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco do Brasil S.A, com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, destinados a implantação do Projeto Integrado Azulão nas localidades de Silves (AM) e Boa Vista (RR), no montante de R\$286,1 milhões ao custo de IPCA + 2,335% a.a., prazo de vigência de 170 (cento e setenta) meses, incluídos 12 (doze) meses de carência, vencendo em 1º de fevereiro de 2036.
- Em dezembro de 2021 a Parnaíba II contratou linha de crédito junto ao Banco do Brasil S.A, com utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, destinados a implantação do Projeto Parnaíba VI na localidade de Santo Antônio dos Lopes (MA), no montante de R\$274,2 milhões ao custo de IPCA + 3,383% ao ano, prazo de vigência de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, incluídos 12 (doze) meses de carência, vencendo em 1º de julho de 2041.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia considerando serem, essencialmente, estruturados na modalidade *project finance*, contando com a participação de financiamento de bancos de fomento a juros subsidiados e prazos de amortização longos.

Em relação às fontes de financiamentos para investimentos em ativos não circulantes, vide comentários ao item “e” abaixo. Ainda, para mais informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 2.1 f (i) a seguir.

Para mais informações sobre as debêntures, vide itens 12.3 e 12.9 deste Formulário de Referência.

### **(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes a participação de financiamento de bancos de fomento a juros subsidiados e prazos de amortização longos, além de e sua própria geração de caixa operacional. Adicionalmente, a Companhia monitora constantemente o mercado, podendo avaliar alternativas complementares de captação de recursos de terceiros, provenientes de empréstimos bancários junto às instituições financeiras de primeira linha, financiamentos junto a agências de fomento e/ou por meio de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

### **(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos						Em 30 de junho de 2024				Em 31 de dezembro de 2023			
Em R\$ mil													
Sociedade	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+ 3%	10,16%	17/03/2025	(20)	8.834	27	8.841	(62)	14.682	49	14.669
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+ 1%	8,17%	15/12/2028	(55)	17.911	44	17.900	(61)	19.862	52	19.853
Eneva	Banco do Brasil	R\$	CDI+ 1,6%	11,94%	08/09/2024	-	250.000	24.875	274.875	-	250.000	9.202	259.202
Eneva	Santander	R\$	CDI+ 1,6%	11,90%	23/09/2024	-	250.000	24.571	274.571	-	250.000	8.916	258.916
Eneva	LBBW	EUR	EURIBOR + 0,80%	4,54%	30/06/2034	-	94.442	781	95.223	-	-	-	-
PGC	BNB	R\$	IPCA+ 1,9388%	6,66%	15/07/2036	(5.220)	842.048	287.829	1.124.657	(5.833)	842.048	245.279	1.081.494
Azulão	BASA	R\$	IPCA+ 1,5013%	6,10%	16/06/2036	(10.791)	834.435	4.891	828.535	(11.601)	869.309	4.528	862.236
Azulão	FDA	R\$	IPCA+ 2,335%	7,32%	01/02/2038	(2.171)	205.696	1.087	204.612	(2.337)	214.276	822	212.761
SPE 3 Futura	BNB	R\$	IPCA+ 2,0431%	7,02%	15/07/2045	-	184.005	7.280	191.285	-	189.055	7.149	196.204
SPE 4 Futura	BNB	R\$	IPCA+ 3,4906%	8,53%	15/08/2046	(1.318)	296.956	39.774	335.412	(1.391)	300.000	35.148	333.757
SPE 5 Futura	BNB	R\$	IPCA+ 2,0431%	7,02%	15/07/2045	-	142.288	5.438	147.726	-	144.285	5.379	149.664
SPE 6 Futura	BNB	R\$	IPCA+ 2,0431%	7,02%	15/07/2045	-	94.925	3.654	98.579	-	96.146	3.585	99.731
Parnaíba II	FDNE	R\$	IPCA+ 3,383%	8,71%	01/07/2041	(4.168)	274.180	25.295	295.307	(4.914)	246.552	13.117	254.755
GNL Brasil	BNB	R\$	IPCA+ 3,2751%	7,54%	15/01/2032	-	63.625	325	63.950	-	19.643	50	19.693
Azulão I	BASA	R\$	IPCA+ 5,1041%	7,71%	15/01/2041	-	400.000	1.293	401.293	-	400.000	138	400.138
						(23.743)	3.959.345	427.164	4.362.766	(26.199)	3.855.858	333.414	4.163.073
				Depósitos Vinculados		-	(314.798)	-	(314.798)	-	(301.095)	-	(301.095)
				Saldo Líquido de empréstimos e financiamentos		(23.743)	3.644.547	427.164	4.047.968	(26.199)	3.554.763	333.414	3.861.978
				Circulante		(3.381)	723.314	338.334	1.058.267	(2.432)	652.889	162.517	812.974
				Não circulante		(20.362)	2.921.233	88.830	2.989.701	(23.767)	2.901.874	170.897	3.049.004

Debêntures						Em 30 de junho de 2024				Em 31 de dezembro de 2023			
Em R\$ mil													
Sociedade	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 7,2227%	11,04%	15/11/2025	(866)	168.471	1.449	169.054	(1.154)	211.592	1.764	212.202
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 2,5%	12,67%	15/11/2025	(834)	143.260	2.195	144.621	(1.513)	188.993	3.129	190.609

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures						Em 30 de junho de 2024				Em 31 de dezembro de 2023			
Em R\$ mil													
Sociedade	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 1,2%	11,77%	02/10/2024	(57)	145.000	3.979	148.922	(127)	145.000	4.469	149.342
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI+ 1,76%	11,91%	02/10/2026	(491)	360.000	10.373	369.882	(647)	360.000	11.582	370.935
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI+ 1,15%	11,71%	15/05/2024	-	-	-	-	(605)	750.000	11.209	760.604
Eneva	2ª Emissão - 2ª Serie	R\$	CDI+ 1,8%	12,02	15/05/2027	-	-	-	-	(3.043)	750.000	11.790	758.747
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA+ 5,05%	9,33%	15/05/2029	(2.423)	665.581	4.042	667.200	(2.667)	647.875	3.807	649.015
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 4,2259%	8,29%	15/12/2027	(6.129)	855.190	1.406	850.467	(7.325)	832.441	1.231	826.347
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 5,5%	9,90%	15/06/2030	(14.657)	847.774	1.803	834.920	(16.077)	825.221	1.580	810.724
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 4,127%	8,18%	15/09/2030	(9.987)	482.726	5.610	478.349	(12.694)	469.885	5.385	462.576
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA+ 4,5034%	9,00%	15/09/2035	(19.025)	740.830	9.383	731.188	(21.716)	721.123	9.005	708.412
Eneva	7ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI+ 1,57%	11,32%	19/05/2023	-	-	-	-	(1.441)	1.500.000	21.595	1.520.154
Eneva	8ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 6,5254%	10,77%	15/07/2032	(17.564)	773.521	22.439	778.396	(18.782)	751.518	21.801	754.537
Eneva	8ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA+ 6,5891%	11,19%	15/07/2037	(11.732)	507.622	14.868	510.758	(12.124)	493.183	14.444	495.503
Eneva	8ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI+ 1,7%	12,41%	15/07/2029	(10.235)	500.000	27.820	517.585	(11.146)	500.000	31.830	520.684
Eneva	8ª Emissão - 4ª Série	R\$	CDI+ 2%	12,96%	15/07/2032	(7.958)	350.000	19.967	362.009	(8.418)	350.000	22.778	364.360
Eneva	9ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 6,9%	11,15%	15/09/2032	(42.991)	821.189	15.806	794.004	(46.404)	797.831	15.140	766.567
Eneva	9ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA+ 7%	11,62%	15/09/2037	(29.774)	619.970	12.102	602.298	(30.741)	602.336	11.592	583.187
Eneva	9ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA+ 7,15%	12,02%	15/09/2042	(31.183)	625.409	12.463	606.689	(31.872)	607.619	11.938	587.685
Eneva	10ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 6,5643%	11,81%	15/04/2034	(14.956)	638.024	5.658	628.726	-	-	-	-
Eneva	10ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA+ 6,6737%	11,69%	15/04/2039	(20.259)	873.086	7.870	860.697	-	-	-	-
Eneva	10ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI+ 1%	11,61%	15/04/2029	(16.438)	692.449	10.552	686.563	-	-	-	-
Eneva	10ª Emissão - 4ª Série	R\$	CDI+ 1,15%	11,93%	15/04/2031	(7.212)	307.548	4.751	305.087	-	-	-	-
Eneva	11ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 2,5%	12,89%	15/09/2028	(99.015)	2.700.000	98.209	2.699.194	-	-	-	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures						Em 30 de junho de 2024				Em 31 de dezembro de 2023			
Em R\$ mil													
Sociedade	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Eneva	11ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA+ 7,4941%	11,95%	15/09/2030	(71.994)	1.867.304	38.954	1.834.264	-	-	-	-
Eneva – Incorp. Celse	2ª emissão – 2ª série	R\$	CDI+ 2,50%	12,89%	15/09/2028	-	-	-	-	(115.786)	2.700.000	94.868	2.679.082
Eneva – Incorp. Celse	2ª emissão – 3ª série	R\$	IPCA+ 7,49%	11,95%	15/09/2030	-	-	-	-	(79.991)	1.814.189	32.544	1.766.742
						(435.780)	15.684.954	331.699	15.580.873	(424.273)	16.018.806	343.481	15.938.014
				Depósitos Vinculados		-	(100.015)	-	(100.015)	-	(99.255)	-	(99.255)
				Saldo Líquido de Debêntures		(435.780)	15.584.939	331.699	15.480.858	(424.273)	15.919.551	343.481	15.838.759
				Circulante		(82.241)	294.115	331.699	543.573	(68.946)	1.032.187	343.481	1.306.722
				Não circulante		(353.539)	15.290.824	-	14.937.285	(355.327)	14.887.364	-	14.532.037



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ressalta-se que a Companhia, quando garantidora dos financiamentos e empréstimos de suas controladas, obriga-se a: (i) submeter à aprovação do respectivo credor quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da respectiva controlada, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da controlada ou em transferência do controle acionário da controlada, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da controlada, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; (ii) não reduzir o capital social da respectiva controlada, bem como não faz amortização, resgate ou conversão de ações de emissão da controlada, sem a prévia e expressa anuência do respectivo credor.

As controladas da Companhia, na qualidade de devedoras dos financiamentos e empréstimos e emissoras de debêntures, obrigaram-se a: (i) não assumir novas dívidas, exceção feita a empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da controlada ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material ou que ultrapassem os limites dos índices de alavancagem contratuais; (ii) não celebrar mútuos com a Companhia ou seus acionistas, desde que em hipóteses permitidas; (iii) não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao respectivo credor; (iv) não distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, seja superior ao valor mínimo obrigatório por lei, desde que adimplente com as obrigações contratuais; e (v) guardar e conservar os bens dados em garantia, de acordo com o disposto nos incisos I e II do artigo 1.363 do Código Civil, responsabilizando-se civilmente pelo eventual descumprimento dessas obrigações.

Por fim, seguem abaixo informações adicionais sobre os principais financiamentos e empréstimos da Companhia e de suas controladas vigentes e com saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2024:

- **Parnaíba I Geração de Energia S.A. (incorporada pela Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.)**

Esclarece-se que a Parnaíba I Geração de Energia S.A. (sociedade detentora das UTEs Maranhão IV e Maranhão V) ("**Parnaíba I**") foi incorporada pela Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("**PGC**") em 1º de janeiro de 2020, e dessa forma a PGC sucedeu a Parnaíba I nos direitos e obrigações decorrentes das operações abaixo descritas.

### *Debêntures – 1ª emissão*

Em 15 de novembro de 2018 a Parnaíba I realizou a 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 866,0 milhões em duas séries. Os recursos oriundos da 1ª série foram destinados exclusivamente para investimentos na Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão IV, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito e da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

V, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Com relação aos recursos captados pela PGC, por meio da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, estes foram utilizados para liquidação antecipada do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1284.1 contraído com o BNDES. Os recursos remanescentes foram distribuídos à Eneva para realização de pagamentos, conforme detalhado nos contratos de garantias da emissão.

A 1ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025, com a remuneração de IPCA + 7,2227% a.a. para a 1ª série e CDI + 2,5% a.a. para a 2ª série. No que tange aos juros remuneratórios, estes são pagos semestralmente, a partir da data da emissão, sendo que (i) no caso da 1ª série, o primeiro pagamento de juros ocorreu em 15 de novembro de 2019, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro; e (ii) no caso da 2ª série, o primeiro pagamento foi devido em 15 de maio de 2019, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a respectiva data de vencimento das debêntures.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba I se obriga a:

- Manutenção da relação endividamento líquido/EBITDA inferior aos limites escalonados anualmente, conforme abaixo:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
3,5x	3,0x	3,0x	2,5x	2,5x	2,0x

\* Essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado da Companhia, conforme divulgado na seção 2.5 deste documento.

Após a incorporação de Parnaíba I pela PGC o *Covenant* Endividamento Líquido/EBITDA foi ajustado através do 4º aditamento à Escritura para a manutenção escalonada dos seguintes limites anuais:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
6,0x	6,0x	5,0x	2,5x	2,5x	2,0x

\* Essa medição não é calculada com base no Endividamento Líquido conforme divulgado na seção 2.5 deste documento.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 29 de dezembro de 2022, a Companhia deliberou junto aos credores o perdão temporário para o *Covenant* Endividamento Líquido/EBITDA conforme abaixo:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
6,0x	6,0x	5,0x	4,0x	3,5x	3,0x

- Manutenção do nível de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior ou equivalente a 1,20x no exercício social até 2022, com a suspensão da apuração para os exercícios sociais encerrados em dezembro de 2023 e 2024, conforme matéria deliberada e aprovada na Assembleia Geral de Debenturistas do dia 29 de dezembro de 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Além de aval prestado pela Eneva as debêntures contam ainda com garantias reais, incluindo:

- (i) Alienação Fiduciária de Ações da Parnaíba I;
- (ii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos do Projeto;
- (iii) Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos de titularidade da Parnaíba I;
- (iv) Hipoteca em primeiro grau do terreno da Parnaíba I, descrito na matrícula nº 2.952;
- (v) Cessão Fiduciária da Conta Reserva do Serviço da Dívida;
- (vi) Cessão Fiduciária da Conta Reserva Especial;
- (vii) 50% da Alienação Fiduciária dos Equipamentos da Parnaíba Gás Natural ("PGN");
- (viii) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos emergentes das concessões para exploração de gás;
- (ix) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Arrendamento e Fornecimento de Gás.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a essas debêntures era de R\$ 313,7 milhões.

### **Parnaíba II**

#### *Debêntures – 3ª emissão*

Em 21 de outubro de 2019 concluiu-se a 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II no valor de R\$ 750,0 milhões em três séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 100,0 milhões, a 2ª no valor de R\$ 290,0 milhões e a 3ª no valor de R\$ 360,0 milhões.

Os recursos obtidos foram destinados exclusivamente para liquidação antecipada do saldo remanescente das dívidas relativas à 1ª emissão de debêntures simples de Parnaíba II, no montante de R\$ 717 milhões, com custo de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 2025, 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucédida por Parnaíba II, conforme Fato Relevante divulgado em 1º de outubro de 2018), no montante de R\$ 246 milhões, com custo de CDI + 2,95% a.a. e vencimento em 2024 e a Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social) no montante total de R\$ 223 milhões, com custo de TJLP + 5,15% a.a. e vencimento em 2027.

A 3ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de outubro de 2022, com a remuneração de CDI + 0,60% a.a. para a 1ª Série, CDI + 1,01% a.a. para a 2ª Série e CDI + 1,40% a.a. para a 3ª série. A 1ª

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

série tem pagamento de juros semestral e principal integral na data de vencimento, a 2ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 48 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas e a 3ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 72 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas. Na data de 5 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma Assembleia Geral de Debenturistas em que foi deliberada a alteração da taxa a partir do dia 03 de abril de 2023 até o vencimento da 2ª série para CDI + 1,20% a.a., e para a 3ª série CDI + 1,76% a.a. Ainda, a 3ª emissão de debêntures conta com garantia fidejussória a ser prestada em forma de fiança pela Companhia.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba II se obriga a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,0 durante toda a vigência das debêntures, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras anuais e adicionalmente a Eneva, fiadora da emissão, compromete-se a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,5 durante toda a vigência das debêntures a ser acompanhado trimestralmente. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 do Formulário de Referência.

Na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 5 de dezembro de 2022, foi deliberado o perdão temporário para o *Covenant* Endividamento Líquido/EBITDA da Companhia, conforme abaixo:

Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora	31 de dezembro de 2022 a 30 de junho de 2023	30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024
Índice Financeiro Máximo da Fiadora	6,5x	5,5x	5,0x

Em 30 de junho de 2024, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 518,8 milhões.

### *Financiamento – FDNE*

Em 22 de dezembro de 2021, Parnaíba II formalizou a contratação, junto ao Banco do Brasil, da linha de crédito no valor de R\$ 274,2 milhões, com recursos do Fundo de desenvolvimento do Nordeste ("FDNE"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto Parnaíba VI na localidade de Santo Antonio dos Lopes - MA. Durante os anos de 2022 e 2023 foram desembolsados, respectivamente, R\$ 100,1 e R\$ 146,5 milhões, totalizando um montante de R\$ 246,6 milhões liberados. A linha de crédito tem prazo total de 234 meses, incluídos 12 meses de carência, vencendo em 01 de julho de 2041. A amortização será no sistema SAC em 31 prestações semestrais consecutivas, sendo remunerado a IPCA + 3,383% ao ano.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios e (iv) escritura de hipoteca.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a esse financiamento era de R\$ 295,3 milhões.

### **Eneva S.A.**

#### *FINEP*

Em 21 de agosto de 2017, a PGN contratou um financiamento de longo prazo com a FINEP no valor de R\$ 79,3 milhões, com o objetivo de financiar, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do seu Plano Estratégico de Inovação. O recurso proveniente deste financiamento foi recebido em duas tranches, sendo a primeira em 27 de setembro de 2017, no valor de R\$ 39,6 milhões e a segunda em 25 de julho de 2018, no valor de R\$ 29,9 milhões. O financiamento possui prazo de carência de 18 meses contados da data da sua assinatura, com amortização em 73 parcelas mensais e sucessivas, desde 15 de março de 2019, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2025.

Sobre o montante desembolsado incidirão juros ao custo de TJLP acrescido de 3% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato, a PGN deu como garantia a este financiamento fianças bancárias, que, por sua vez, estavam garantidas pela Companhia através de nota promissória e cessão fiduciária de aplicação financeira. Em março de 2018, a Companhia obteve autorização para o cancelamento da cessão fiduciária da aplicação financeira constituída como garantia destas fianças bancárias.

Em 10 dezembro de 2018, foi firmado com a FINEP um novo contrato no montante de R\$ 36,5 milhões pela Parnaíba Gás Natural S.A., também destinados ao financiamento do seu Plano Estratégico de Inovação. Em 31 de dezembro de 2019, a PGN havia recebido o montante de R\$ 31,5 milhões provenientes desse financiamento, restando, ainda, um crédito no valor de R\$ 5,0 milhões a serem utilizados até junho de 2020. O contrato será amortizado em 97 parcelas mensais e sucessivas a partir de dezembro de 2020, e possui juros incidindo sobre o principal da dívida ao custo de TJLP acrescido de 1% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Em garantia a este financiamento foi apresentado seguro garantia.

No ano de 2018, em Ata da Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a incorporação da PGN pela Eneva S.A, a partir desse momento, o financiamento ficou registrado em nome da própria Companhia.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto devedor junto à FINEP era de R\$ 26,7 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Debêntures – 2ª emissão*

Em 15 de maio de 2019, a Eneva realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,0 bilhões, em três séries, *clean*, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 29 de abril de 2019 ("**2ª Emissão Debêntures Eneva**"). Os recursos oriundos da 1ª e 2ª séries, no montante de R\$ 750,0 milhões cada, foram destinados à quitação integral do saldo remanescente dos credores quirografários do Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Os recursos da 3ª série, no montante de R\$ 500,0 milhões, foram destinados ao pagamento ou reembolso de gastos e despesas relacionados ao projeto de implantação da Central Geradora Termelétrica 5A e 5B (UTE Parnaíba V) com capacidade instalada de 386 MW. O projeto de Parnaíba V foi enquadrado como prioritário pelo MME, conforme a Lei nº 12.431 e o Decreto 8.874 e as debêntures da 3ª série representam o percentual estimado na data de emissão de 38,46% dos investimentos para a construção da UTE Parnaíba V.

As 3 séries da 2ª Emissão Debêntures Eneva possuem as seguintes características: (i) a 1ª série possui prazo de 60 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2024, com remuneração de CDI + 0,95% ao ano, amortização integral na data de vencimento e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da respectiva data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; (ii) a 2ª série possui prazo de 96 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2027, com remuneração de CDI + 1,45% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; e (iii) a 3ª série possui prazo de 120 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2029, com remuneração de IPCA + 5,05% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2027 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano. Na data de 17 de novembro de 2022, a Companhia realizou uma Assembleia Geral de Debenturistas em que foi deliberada a alteração da taxa a partir do dia 16 de maio de 2023 até o vencimento da 1ª série para CDI + 1,15% a.a. Na data de 20 de outubro de 2022, a Companhia realizou uma Assembleia Geral de Debenturistas em que foi deliberada a alteração da taxa a partir do dia 16 de novembro de 2022 até o vencimento da 2ª série para CDI + 1,80% a.a.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na escritura da 2ª Emissão Debêntures Eneva, a Companhia se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do *covenant* Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o *covenant* acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período que perdurar o *covenant* entre 4,5x e 5,0x. Conforme deliberado e

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aprovado nas assembleias de debenturistas, a Companhia obteve junto aos credores perdão temporário para o *covenant* Endividamento Líquido/EBITDA abaixo:

Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora	30 de setembro de 2022 a 30 de junho de 2023	30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	6,5x	5,5x	5,0x

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 2ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 667,2 milhões.

### *Debêntures – 3ª emissão*

Em 15 de dezembro de 2019, a Eneva realizou a sua 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 650,0 milhões, em série única, clean, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 21 de janeiro de 2020 ("**3ª Emissão Debêntures Eneva**"). Os recursos líquidos oriundos da emissão destinaram-se para investimentos, pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

A emissão possui a seguinte característica: prazo de 8 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027, com remuneração de IPCA + 4,2259% ao ano, amortização anual a partir de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na respectiva escritura, a Eneva se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do *covenant* Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o *covenant* acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o *covenant* entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 do Formulário de Referência.

Conforme deliberado e aprovado nas assembleia de debenturistas realizada no dia 30 de setembro de 2022, a Companhia obteve junto aos credores perdão temporário para o *covenant* Endividamento Líquido/EBITDA abaixo:

Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora	30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023	30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	6,5x	5,5x	5,0x

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 3ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 850,5 milhões.

*Debêntures – 5ª emissão*

Em 15 de junho de 2020, a Eneva realizou a sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$650,0 milhões, em série única, sem garantias reais, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 25 de junho de 2020 ("**5ª Emissão Debêntures Eneva**"). Os recursos líquidos oriundos da emissão destinam-se para investimentos, pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

A 5ª Emissão Debêntures Eneva possui a seguinte característica: prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2030, com remuneração de IPCA + 5,50% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Companhia se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do *covenant* Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de junho de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o *covenant* acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o *covenant* entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 do Formulário de Referência. Na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2022, a Companhia obteve junto aos credores o perdão temporário para o *covenant* Endividamento Líquido/EBITDA conforme abaixo:

Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora	30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023	30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024
Índice Financeiro Máximo da Fiadora	6,5x	5,5x	5,0x

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 5ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 834,9 milhões.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Debêntures – 6ª emissão*

Em 15 de setembro de 2020, a Eneva realizou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 947,9 milhões, em duas séries, sem garantias reais, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 24 de agosto de 2020 ("**6ª Emissão Debêntures Eneva**"). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das debêntures da primeira série serão utilizados até a data de vencimento da primeira série (conforme definido na escritura da 6ª Emissão Debêntures Eneva) para investimentos e pagamentos futuros relativos à execução do Projeto Parque dos Gaviões, o qual foi enquadrado pelo MME como prioritário, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME do Projeto Parque dos Gaviões.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das debêntures da segunda série serão utilizados até a data de vencimento da segunda série (conforme definido na escritura da 6ª Emissão Debêntures Eneva) para (i) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses da data de encerramento da oferta, e (ii) investimentos e pagamentos futuros, sendo ambos os itens (i) e (ii) relativos à execução do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II, os quais foram enquadrados pelo MME como prioritários, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME Parnaíba VI e da Portaria do MME UTE Jaguatirica II.

A primeira série da 6ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2030, com remuneração de IPCA + 4,127% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios da Primeira Série a serem pagos semestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de setembro e março de cada ano.

A segunda série da 6ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2035, com remuneração de IPCA + 4,5034% ao ano, amortização anual a partir de 2033 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na escritura da 6ª Emissão Debêntures Eneva, a Companhia se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do *covenant* Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o *covenant* acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o *covenant* entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 do Formulário de Referência. Na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2022, a Companhia obteve junto aos credores o perdão temporário para o *covenant* Endividamento Líquido/Ebitda conforme abaixo:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora	30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023	30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	6,5x	5,5x	5,0x

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 6ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 1.209,5 milhões.

### *Debêntures – 8ª emissão*

Em julho de 2022, a Eneva realizou sua 8ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,04 bilhões, em quatro séries ("**8ª Emissão Debêntures Eneva**"). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das debêntures foram assim distribuídos: (a) da primeira e segunda séries estão sendo/foram utilizados até a respectiva data de vencimento para (i) o reembolso de despesas incorridas pela Companhia com mútuos celebrados com as sociedades de propósito específico (SPEs) do Projeto Itaqui e do Projeto Pecém II, para pré-pagamento de financiamentos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos relacionados à exploração do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II. (b) da terceira e da quarta séries estão sendo/foram utilizados até a respectiva data de vencimento para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

A primeira série da 8ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2032, com remuneração de IPCA + 6,5254% ao ano, amortização anual a partir de 2030 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

A segunda série da 8ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2037, com remuneração de IPCA + 6,5891% ao ano, amortização anual a partir de 2035 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

A terceira série da 8ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2029, com remuneração de CDI + 1,70% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

A quarta série da 8ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2032, com remuneração de CDI + 2,0% ao ano, amortização anual a partir de 2030 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 8ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 2.168,7 milhões.

### *Debêntures – 9ª emissão*

Em setembro de 2022, a Eneva realizou sua 9ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1,9 bilhões, em três séries ("**9ª Emissão Debêntures Eneva**"). Os recursos líquidos obtidos estão sendo destinados para (i) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto Futura 1; (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à ampliação, via fechamento de ciclo, do Projeto Parnaíba VI; e (iii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto UTE Jaguatirica II, todos considerados como prioritários pelo MME.

A primeira série da 9ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2032, com remuneração de IPCA + 6,90% ao ano, amortização anual a partir de 2030 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

A segunda série da 9ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2037, com remuneração de IPCA + 7,00% ao ano, amortização anual a partir de 2035 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

A terceira série da 9ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 20 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2042, com remuneração de IPCA + 7,15% ao ano, amortização única no vencimento e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 9ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 2.003,0 milhões.

### *Debêntures – 10ª emissão*

Em abril de 2024, a Eneva realizou sua 10ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 2,5 bilhões, em quatro séries ("**10ª Emissão Debêntures Eneva**"). A 10ª Emissão Debêntures Eneva não conta com nenhum tipo de garantia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os recursos líquidos obtidos com a primeira e a segunda séries estão sendo destinados para (i) o reembolso de gastos e despesas pela capitalização de subsidiárias do Projeto Futura; e (ii) o reembolso de gastos e despesas, custeio de gastos e despesas relacionados a investimentos no Projeto de Desenvolvimento do Complexo Azulão (Exploração e Produção), sendo certo que todos os Projetos foram considerados como prioritários pelo MME nos termos das respectivas Portarias, conforme descritos no Anexo I da Escritura de Emissão. A totalidade dos recursos líquidos obtidos com a terceira e quarta séries será utilizada para otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo alongamento de dívidas.

A primeira série da 10ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2034, com incidência de juros remuneratórios correspondentes a 6,5643% ao ano a serem pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2024 e o último na data de vencimento da respectiva série, qual seja, 15 de abril de 2034.

A segunda série da 10ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2039, com incidência de juros remuneratórios correspondentes a 6,6737% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2024 e o último na data de vencimento da respectiva série, qual seja, 15 de abril de 2039.

As debêntures incentivadas da primeira e segunda séries terão seu valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, calculado e divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização das debêntures incentivadas da série em questão, até a data de seu efetivo pagamento, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário das debêntures incentivadas, conforme o caso, calculado de forma *pro rata temporis*, com base em 252 dias úteis ao ano.

A terceira série da 10ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 5 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2029, com incidência de juros remuneratórios correspondentes a taxa DI + 1,00% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2024 e o último na data de vencimento da respectiva série, qual seja, 15 de abril de 2029.

A quarta série da 10ª Emissão Debêntures Eneva possui prazo de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2031, com incidência de juros remuneratórios correspondentes a taxa DI + 1,15% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2024 e o último na data de vencimento da respectiva série, qual seja, 15 de abril de 2031.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 10ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 2.481,1 milhões.

### *Debêntures - 11ª emissão*

Em setembro de 2023, a Eneva realizou sua 11ª emissão de debêntures (sucendendo a 2ª Emissão da Celse após sua incorporação), no valor de R\$ 5,0 bilhões, em três séries ("**11ª Emissão Debêntures Eneva**"). Os recursos líquidos obtidos estão sendo destinados para (i) recompra mandatória integral da primeira emissão de debêntures simples, (ii) reembolso dos gastos, despesas e/ou pré-pagamento integral dos contratos de financiamento com o IDB, China Fund e IFC.

A primeira série possui prazo de 180 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de março de 2024, com remuneração de CDI + 1,70% ao ano, com pagamento de amortização e juros na data de vencimento. Essa série foi resgatada antecipadamente em 7 de novembro de 2023.

A segunda série possui prazo de 5 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028, com remuneração de CDI + 2,50% ao ano, amortização anual a partir de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

A terceira série possui prazo de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2030, com remuneração de IPCA + 7,4941% ao ano, amortização anual a partir de 2029 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a 11ª Emissão Debêntures Eneva era de R\$ 4.533,5 milhões.

### *Financiamento LBBW*

Em 20 de dezembro de 2023, Eneva S.A. firmou um contrato de financiamento junto ao banco estatal alemão Landesbank Baden-Württemberg ("**LBBW**"), no valor de EUR 20,3 milhões, para aquisição de sonda de perfuração TI-250 da empresa HERRENKNECHT VERTICAL GMBH. O contrato de financiamento tem prazo total de 10 anos. A amortização e pagamento de juros será paga semestralmente após o período de 12 meses de carência, sendo remunerado a Euribor + 0,80% a.a.

O financiamento contará com pacote de garantias, incluindo: (i) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; e (ii) seguro de crédito à exportação ("**ECA**").

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a esse financiamento era de R\$ 95,2 milhões.

### *NCE – BB*

Em 11 de setembro de 2023, a Eneva contratou uma Nota de Crédito À Exportação (NCE) com o Banco do Brasil no valor de R\$ 250 milhões. A destinação do recurso será utilizada única e exclusivamente no reforço do capital de giro da Companhia, objetivando amparar a produção de bens destinados à exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. O pagamento de principal e juros será no vencimento da operação em setembro de 2024. O montante será corrigido pelo CDI acrescido de um spread de 1,60% a.a.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a essa linha era de R\$ 274,9 milhões. Referida operação foi quitada na sua integralidade no vencimento.

### *NCE – Santander*

Em 20 de setembro de 2023, a Eneva contratou uma Nota de Crédito À Exportação (NCE) com o Santander no valor de R\$ 250 milhões. A destinação do recurso será utilizada única e exclusivamente no reforço do capital de giro da Companhia, objetivando amparar a produção de bens destinados à exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. O pagamento de principal e juros será no vencimento da operação em setembro de 2024. O montante será corrigido pelo CDI acrescido de um spread de 1,60% a.a.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto referente a essa linha era de R\$ 274,6 milhões. Referida operação foi quitada na sua integralidade no vencimento.

## **Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC")**

### *Financiamento – BNB*

Em 28 de junho de 2019, PGC contratou junto ao BNB um empréstimo no valor de R\$ 842,6 milhões, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), para fins de financiamento da implantação da Central Geradora Termelétrica Parnaíba 5A e 5B. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com 12 anos de amortização, sendo remunerado a IPCA + 2,281% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para 1,939% ao ano.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que também conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização concedida pelo MME relativa ao projeto; (iii) contrato de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

penhor de ações; (iv) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (v) conta reserva de serviço da dívida; e (vi) conta reserva de operação e manutenção (O&M).

### **Azulão Geração de Energia S.A. ("Azulão")**

#### *Financiamento – Basa*

Em 31 de janeiro de 2020, Azulão formalizou a contratação junto ao Banco da Amazônia do empréstimo no valor de R\$1 bilhão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguarica nos estados de Amazonas e Roraima. O empréstimo tem prazo total de 196 meses, incluídos 24 meses de carência contados a partir de 15 de fevereiro de 2020. A amortização será no sistema SAC em 172 prestações mensais e sucessivas, sendo remunerado a IPCA + 1,9048% ao ano para subcréditos com investimentos em Boa Vista (Roraima) e IPCA + 1,5584% para investimentos em Silves (Amazonas). O financiamento prevê um bônus de adimplência, com a redução dos juros para IPCA + 1,6190% a.a. e 1,3247% ao ano, respectivamente.

O financiamento conta com Fiança bancária com aval da Eneva e pacote de garantias reais, incluindo: (i) penhor de ações da Azulão, (ii) cessão fiduciária de recebíveis; (ii) cessão fiduciária de direitos emergentes; (iii) cessão fiduciária dos direitos emergentes da CCC; (iv) cessão fiduciária do contrato de fornecimento de gás para a usina termelétrica; (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; (vi) hipoteca do terreno de azulão; e (vii) garantia corporativa. a fiança bancária será reduzida a 40% do saldo devedor mediante a conclusão físico financeira do projeto.

#### *Financiamento – FDA*

Em 15 de dezembro de 2021, Azulão formalizou a contratação junto ao Banco do Brasil da linha de crédito no valor de R\$286,1 milhões, com recursos do Fundo de desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguarica nos estados de Amazonas e Roraima. A linha de crédito tem prazo total de 170 meses, incluídos 12 meses de carência, vencendo em 01 de fevereiro de 2036. A amortização será no sistema SAC em 26 prestações semestrais consecutivas, sendo remunerado a IPCA + 2,335% ao ano.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (ii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Projeto Futura "SPEs 3, 4, 5 e 6"**

#### *Financiamento – BNB*

Em 30 de junho de 2021, as SPEs 3, 5 e 6 firmaram contratos de financiamento com o BNB, no valor total de R\$ 450,0 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados para o desenvolvimento e a implementação do projeto solar Futura I.

Os contratos possuem prazo de 24 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em junho de 2045, com remuneração de IPCA + 2,4037% ao ano. Os financiamentos preveem um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para IPCA + 2,0431% ao ano. Os contratos possuem amortização e juros mensais a partir de fevereiro de 2023.

A totalidade dos recursos foi desembolsada em maio de 2022.

Em julho de 2022, a SPE 4 firmou contrato de financiamento com o BNB, no valor de R\$ 300,0 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados para o desenvolvimento e a implementação do projeto solar Futura I.

O contrato possui prazo de 24 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em agosto de 2046, com remuneração de IPCA + 4,1066% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para IPCA + 3,4906% ao ano. O contrato possui amortização e juros mensais a partir de março de 2024.

Em setembro de 2022, a SPE 4 desembolsou R\$ 262 milhões, restando R\$ 38 milhões que foram desembolsados em julho de 2023.

Atualmente, todos os financiamentos contam com fiança bancária com aval da Eneva. Os financiamentos das SPEs 5 e 6 poderão reduzir a cobertura da fiança bancária para 35% do saldo devedor, mediante a conclusão físico financeira do projeto e a constituição do pacote de garantias reais, incluindo: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios e centralização de recebíveis; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes dos contratos dos fornecedores da implantação e operação; (iii) contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização concedida pela ANEEL; (iv) contrato de penhor da totalidade das ações; (v) alienação de máquinas e equipamentos; e (vi) fiança corporativa dos acionistas.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 773,0 milhões.

### **Azulão I Geração de Energia S.A**

#### *BASA – FNO*

Em 21 de dezembro de 2023, Azulão I Geração de Energia S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco da Amazônia, no valor de R\$ 400 milhões desembolsada



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

integralmente no mesmo mês, com recursos do FNO, e com a destinação dos recursos para a implantação da UTE Azulão, do projeto Azulão 950 no estado do Amazonas. O empréstimo tem prazo total de 17 anos, incluídos 4 anos de carência contados a partir de 15 de janeiro de 2024 e custo de IPCA + 4,3385% a.a.

### *FDA/BB*

Em 14 de dezembro de 2023, Azulão I Geração de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 625.968.686,90, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"), com a destinação dos recursos para a implantação da UTE Azulão, do projeto Azulão 950 no estado do Amazonas. O empréstimo tem prazo total de 17 anos, incluídos 4 anos de carência de principal e juros, sendo remunerado a IPCA + 3,2137% ao ano.

### **GNL Brasil**

Em outubro de 2023, a GNL Brasil Logística S.A contratou linha de crédito (cartão BNB) junto ao Banco do Nordeste com utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no montante de R\$ 100 milhões com sua destinação para a aquisição de equipamentos. O financiamento possui custo de IPCA + 3,28% a.a., já considerando o bônus de adimplência, prazo de vigência de 8 anos, incluídos 14 meses de carência, vencendo em 15 de janeiro de 2032.

A linha de crédito conta com as seguintes garantias: (i) fiança bancária; (ii) cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva; (iii) Eneva como fiadora.

Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 64,0 milhões.

### **(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas com instituições financeiras, referentes ao período de 30 de junho de 2024 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) acima.

### **(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Os contratos de financiamento não apresentam qualquer subordinação entre as dívidas contraídas, considerando os contratos de financiamento da Companhia e de suas controladas.

Em eventual concurso universal de credores, após a realização dos ativos da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, flutuante e quirografários.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

**(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas/sociedades controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de *covenants*, as quais se encontram descritas no item 2.1.f(i) acima.

Em 2022, a Companhia e investidas/sociedades controladas obtiveram perdão temporário junto aos credores com o objetivo de flexibilizar o indicador de alavancagem descritos no item 2.1.(f)(i) acima, fazendo com que ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia não estivesse descumprindo nenhum *covenant*.

Além disso, certos contratos de empréstimos e financiamentos apresentam restrições e obrigações não financeiras adicionais, como, por exemplo, os abaixo destacados, na data base de 30 de junho de 2024:

- obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- obrigação de realização de aportes de recursos pela Companhia em suas subsidiárias;
- constituição de contas reserva (para pagamento de serviço da dívida e/ou de *overhaul*) e manutenção de montantes mínimos em tais contas;
- restrições quanto ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, seja pelas subsidiárias da Companhia, seja pela própria Companhia a seus acionistas. Nesse sentido, ressalta-se que alguns contratos possuem vedação de distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, exceto para os casos de anuência prévia ou atingimento de *Covenants* financeiros pré-estabelecidos;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- restrições quanto à mudança e/ou aquisição de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Ainda, os contratos de financiamento relativos aos projetos conduzidos por PGC bem como as emissões de debêntures da Companhia, da PGC e Parnaíba II, contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

Sociedade	Descrição de <i>Covenants</i> Financeiros	Periodicidade de apuração	Posição em 30/06/2024 e 31/12/2023, conforme periodicidade de apuração
PGC	Dívida líquida de, no máximo, 3,5 <sup>(1)</sup> vezes o EBITDA	Anual	Atendido
PGC	Índice de cobertura do serviço da dívida igual a ou maior que 1,2	Anual	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de, no máximo, 3,0 vezes o EBITDA	Anual	Atendido
Eneva	Dívida líquida de, no máximo, 5,5 <sup>(2)</sup> vezes o EBITDA	Trimestral	Atendido

<sup>(1)</sup> Conforme deliberado e aprovado na assembleia de debenturistas da primeira emissão de debêntures da PGC, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA em 31 de dezembro 2022 poderá atingir até 4,0. Em 31 de dezembro de 2023 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,5. Em 31 de dezembro de 2024 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,0. Adicionalmente, foi deliberado e aprovado que o índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") terá a sua apuração suspensa, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024.

<sup>(2)</sup> Conforme deliberado e aprovado em assembleias de debenturistas da segunda, terceira, quinta, sexta, e sétima emissão de debêntures da Eneva S.A., na terceira emissão de debêntures da Parnaíba II e na segunda emissão de debêntures da Celse, no período compreendido entre 30 de junho de 2022 (inclusive) e 30 de junho de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 6,5. No período compreendido entre 30 de setembro de 2023 (inclusive) e 31 de dezembro de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,5x. No período compreendido entre 31 de março de 2024 (inclusive) e 30 de junho de 2024 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0. Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser de até 4,5.

Adicionalmente, ressalta-se que em virtude dos contratos financeiros celebrados pela Companhia, as ações/quotas de determinadas controladas da Companhia são objeto de penhor ou alienação fiduciária aos credores das dívidas por estas contraídas. Para mais informações, vide o item 2.1(f) acima.

A Companhia e suas controladas possuem cláusulas em seus contratos de financiamento, títulos de crédito e emissões de valores mobiliários, bem como em contratos de prestação de garantia, listados no item 2.1(f)(i) acima, prevendo o seu vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*) decorrente do inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária com instituição financeira.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia e/ou suas controladas possuíam os seguintes financiamentos contratados em 30 de junho de 2024:

Em R\$ milhões				
Empresa	Credor	Valor Contratado	Valor Utilizado	Saldo utilizado (%)
ENEVA S/A	FINEP Monobore	79,3	69,5	88%
ENEVA S/A	FINEP Araguaína	36,5	31,5	86%
PARNAÍBA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	842,6	842,6	100%
AZULÃO GERAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DO BRASIL	286,1	199,0	70%
AZULÃO GERAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DA AMAZÔNIA S.A.	1.000,0	1.000,0	100%
GNL BRASIL LOGÍSTICA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	100,0	63,6	64%
AZULÃO I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	BANCO DA AMAZÔNIA S.A.	400,0	400,0	100%
AZULÃO I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	BANCO DO BRASIL	626,0	0,0	0%
ENEVA S/A	LBBW	21,1 EUR	16,81 EUR	80%
PARNAÍBA II	BANCO DO BRASIL	274,2	246,6	90%
SPE FUTURA 3 GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	200,0	200,0	100%
SPE FUTURA 4 GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	300,0	300,0	100%
SPE FUTURA 5 GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	150,0	150,0	100%
SPE FUTURA 6 GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	100,0	100,0	100%

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia a respeito das alterações significativas e relevantes nos itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

Abaixo estão demonstradas as variações decorrentes das informações extraídas das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa para:(i) os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, conforme informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas revisadas da Companhia, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

incluindo o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB; e (ii) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, conforme demonstrações financeiras consolidadas auditadas e preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as IFRS, ambos preparados sob a responsabilidade da administração da Companhia.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

***Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 comparado com o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023***

(em R\$ milhões, exceto percentuais)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				
	2024	AV(%)	2023	AV(%)	AH 2024/2023 (%)
<b>Receita de venda de bens e/ou serviços</b>	3.947,7	100,0%	4.982,5	100,0%	(20,8%)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.092,8)	(53,0%)	(2.878,5)	(57,8%)	(27,3%)
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.855,0</b>	<b>47,0%</b>	<b>2.104,0</b>	<b>42,2%</b>	<b>(11,8%)</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>					
Despesas Gerais e administrativas	(411,9)	(10,4%)	(597,6)	(12,0%)	(31,1%)
Outras receitas/(despesas) operacionais	23,4	0,6%	52,9	1,1%	(55,8%)
Resultado de equivalência patrimonial	0,5	0,0%	0,7	0,0%	(28,6%)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>1.466,9</b>	<b>37,2%</b>	<b>1.560,0</b>	<b>31,3%</b>	<b>(6,0%)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	198,9	5,0%	690,7	13,9%	(71,2%)
Despesas financeiras	(1.824,7)	(46,2%)	(1.434,2)	(28,8%)	27,2%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(158,8)</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>816,6</b>	<b>16,4%</b>	<b>(119,4%)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>					
Corrente	(96,2)	(2,4%)	(100,1)	(2,0%)	(3,9%)
Diferido	1.508,6	38,2%	(103,9)	(2,1%)	(1.552,0%)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.253,6</b>	<b>31,8%</b>	<b>612,6</b>	<b>12,3%</b>	<b>104,6%</b>

### Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita bruta compreende no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional líquida é líquida dos impostos sobre vendas, P&D, penalidades por indisponibilidade e outras deduções.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023, assim se apresenta:

(em R\$ milhões)	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2024	2023
<b>Receita Bruta</b>		
Disponibilidade (ACR)	2.813,6	3.386,3
Venda de energia (ACR)	142,8	83,3
Venda de energia (ACL)	1.331,6	1.884,9
Valor justo dos contratos de energia	31,3	241,9
Receita de marcação a mercado	-	9,4
Venda de gás e condensado	44,1	66,4
	<b>4.363,4</b>	<b>5.672,2</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Impostos sobre vendas	(380,0)	(582,8)
P&D	(29,1)	(34,2)
Ressarcimento	(6,6)	(72,7)
Outras deduções	-	-
	(415,7)	(689,7)
<b>Total da receita líquida</b>	<b>3.947,7</b>	<b>4.982,5</b>

A receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia foi de R\$ 3.947,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, representando uma redução de R\$ 1.034,8 milhões ou 20,8%, em comparação ao montante de R\$ 4.982,5 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. A variação foi motivada, principalmente por:

- (i) Redução de R\$ 687 milhões, substancialmente devido à hibernação da usina CGTF pela conclusão do prazo de suprimento contratual de comercialização de energia da usina. Decréscimo de R\$ 294,2 milhões, principalmente, devido à redução nas vendas de energia de exportação para a Argentina, em função da indisponibilidade técnica das linhas de transmissão na região sul do Brasil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, como resultado dos eventos climáticos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul.

### Custo dos bens e/ou serviços vendidos

O custo dos bens e/ou serviços vendidos da Companhia foi de R\$ 2.092,8 milhões no período de 30 de junho de 2024, representando uma redução de R\$ 785,8 milhões ou 27,3%, em comparação ao montante de R\$ 2.878,5 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Essa variação deve-se, principalmente, em função de reflexo do menor volume de energia comercializada e pelo menor despacho médio do período.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R\$ 411,9 milhões em 30 de junho de 2024, representando uma redução de R\$ 185,7 milhões ou 31,1%, em comparação ao

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

montante de R\$ 597,6 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Essa variação deve-se, principalmente:

- (i) pelo fim da amortização da mais valia da CGTF vinculada ao contrato de fornecimento que se encerrou em dezembro de 2023;
- (ii) pela redução com os gastos da campanha sísmica que foram inferiores ao registrado em 30 de junho de 2023; e
- (iii) em função do fim da amortização da mais valia da Celse.

### Resultado Financeiro

#### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras da Companhia foram de R\$ 198,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 representando uma redução de R\$ 491,8 milhões ou 71,2%, em comparação do montante de R\$ 690,7 milhões registrado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2023, devido, principalmente, a desvalorização do câmbio referente ao arrendamento da FSRU da UTE Porto Sergipe I.

#### *Despesa Financeira*

As despesas financeiras da Companhia foram de R\$ 1.824,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, representando um aumento de despesas de R\$ 390,5 milhões ou 27,2%, em comparação ao montante de R\$ 1.434,2 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, motivado, principalmente, pela atualização monetária sobre as dívidas da Companhia, além disso, pela variação cambial incidente do contrato de arrendamento da FSRU da UTE Sergipe I.

### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

#### *Corrente*

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia foi de R\$ 96,2 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, representando uma redução de R\$ 3,9 milhões ou 3,9%, em comparação a despesa de R\$ 100,1 milhões registrada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, em decorrência da subsidiária CGTF não ter registrado receita operacional em 2024, devido ao encerramento do contrato de comercialização de energia com a distribuidora Companhia Energética do Ceará S/A que vigorou até dezembro de 2023. Em contrapartida, houve o aumento da base tributável da subsidiária PGC, devido ao início do despacho da UTE Parnaíba V, e da SPE Futura 3, devido ao início da operação comercial iniciada em 26/05/2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Diferido

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia foi de uma receita de R\$ 1.508,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, representando um aumento de R\$ 1.612,5 milhões ou 1.552,0%, em comparação ao montante de R\$ 103,9 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, principalmente, pela baixa do passivo diferido constituído sobre a mais valia gerada na aquisição de controle da Celse no quarto trimestre de 2022. A baixa deu-se por decorrência da incorporação societária da Celse na Companhia, em 24 de junho de 2024.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(em R\$ milhões, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2023	AV(%)	2022	AV(%)	AH 2023/2022 (%)
Receita operacional líquida	10.090,9	100,0%	6.128,6	100,0%	64,7%
Custo operacional líquido	(6.379,7)	-63,2%	(4.251,3)	-69,4%	50,1%
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.711,2</b>	<b>36,8%</b>	<b>1.877,3</b>	<b>30,6%</b>	<b>97,7%</b>
Despesas/Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(1.101,6)	-10,9%	(877,1)	-14,3%	25,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais	61,6	0,6%	281,0	4,6%	-78,0%
Resultado de equivalência patrimonial	1,1	0,0%	2,8	0,0%	-61,7%
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro</b>	<b>2.672,3</b>	<b>26,5%</b>	<b>1.284,0</b>	<b>21,0%</b>	<b>108,1%</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	1.122,1	11,1%	540,7	8,8%	107,5%
Despesas financeiras	(3.512,8)	-34,8%	(1.307,9)	-21,3%	168,6%
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>281,6</b>	<b>2,8%</b>	<b>516,8</b>	<b>8,4%</b>	<b>-45,5%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>					
Corrente	(120,6)	-1,2%	(89,7)	-1,5%	34,3%
Diferido	142,4	1,4%	(51,3)	-0,8%	-377,8%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>303,4</b>	<b>3,0%</b>	<b>375,8</b>	<b>6,1%</b>	<b>-19,3%</b>

Receita operacional líquida

A receita bruta compreende no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional líquida é líquida dos impostos sobre vendas, P&D, penalidades por indisponibilidade e outras deduções.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim se apresenta:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
<b>Receita Bruta</b>		
Disponibilidade (ACR)	6.734,0	3.907,0
Venda de energia (ACR)	300,6	87,2
Venda de energia (ACL)	3.887,1	2.865,8
Valor justo dos contratos de energia	214,7	132,2
Venda de gás e condensado	277,6	58,9
	<b>11.414,0</b>	<b>7.051,0</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Impostos sobre vendas	(1.149,8)	(713,4)
P&D	(69,0)	(44,8)
Ressarcimento	(104,3)	(154,7)
Outras deduções	-	(9,6)
	(1.323,1)	(922,4)
<b>Total da Receita Líquida</b>	<b>10.090,9</b>	<b>6.128,6</b>

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 10.090,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 3.962,3 milhões ou 64,7%, em comparação ao montante de R\$ 6.128,6 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e teve como principais fatores:

- (a) Aumento na venda de energia no ambiente de comercialização regulado (Disponibilidade ACR) no valor de R\$ 2.827,0 milhões. O acréscimo está vinculado aos contratos CCEAR (contratos de receita fixa) advindos da CGTF e da Celse, que foram adquiridas em agosto e outubro de 2022, respectivamente. Além disso, o acréscimo se deve ao reajuste dos valores a serem recebidos em função dos contratos CCEAR com base no IPCA; e
- (b) Aumento na venda de energia no ambiente de comercialização livre (ACL) no montante de R\$ 1.021,3 milhões, decorrente do maior volume de energia transacionado com o aumento do escopo do segmento, e ao efeito positivo de ajuste a valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia. Além disso, pela estabilização operacional da UTE Jaguatirica II, que refletiu em melhora significativa no nível de disponibilidade resultando em maior patamar de despacho. Por fim, incremento relacionado ao início da operação comercial do Complexo Solar Futura I ao longo do ano de 2023.

### Custo operacional líquido

O custo operacional líquido da Companhia foi de R\$ 6.379,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 2.128,5 milhões ou 50,1%, em

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparação ao montante de R\$ 4.251,3 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- (a) Crescimento relacionado à consolidação das aquisições das controladas Celse e CGTF;
- (b) Acréscimo dos custos de energia elétrica para revenda em R\$ 982,2 milhões em função do aumento do volume de energia transacionado;
- (c) Aumento também relacionado aos custos do início da operação comercial do Complexo Solar Futura I, com incremento de R\$106,6 milhões;
- (d) Aumento nos custos de depreciação e amortização no montante de R\$ 379,4 milhões representados, principalmente, pela operação das controladas Celse e UTE Jaguatirica (Azulão I).

### Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais da Companhia foi de R\$ 1.101,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de despesas de R\$ 224,5 milhões ou 25,6%, em comparação ao montante de R\$ 877,1 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- (a) Aumento é atribuído, principalmente, à depreciação e amortização da mais valia gerada na combinação de negócios da CGTF e Celse, totalizando R\$ 393,8 milhões;
- (b) Parcialmente compensado pelo decréscimo de R\$ 85,6 milhões proveniente da redução nas despesas com pessoal, advindo principalmente da sinergia operacional a partir das aquisições da Celse e CGTF, bem como pela redução com serviços de terceiros que foram contratados exclusivamente em 2022, como os serviços jurídicos, financeiros e consultorias para os projetos de M&A, ofertas e consultorias técnicas
- (c) Além disso, também proveniente das despesas com pessoal, decréscimo advindo dos planos de pagamento baseado em ações, com redução de R\$ 53,5 milhões na comparação entres os períodos, devido, sobretudo, à revisão do cálculo do valor justo destes programas. Também relacionado ao bônus de performance, contabilizados em 2022, relacionados aos projetos de M&A.

### Resultado Financeiro

#### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras da Companhia foram de R\$ 1.122,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 581,3 milhões ou 107,5%, em

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparação ao montante de R\$ 540,7 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, devido, principalmente, ao ganho no valor justo da debênture advinda do refinanciamento da Celse, acompanhado da variação cambial, principalmente sobre o arrendamento do navio *Floating Storage Regasification Unit* (FSRU) da Celse.

### *Despesa Financeira*

As despesas financeiras foram de R\$ 3.512,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 2.204,9 milhões ou 168,6%, em comparação ao montante de R\$ 1.307,9 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, motivado, principalmente, por:

- (a) Acréscimo das despesas com juros sobre debêntures, em função dos efeitos: (i) adição dos juros das debêntures da Celse no resultado de 2023 após a conclusão da aquisição no quarto trimestre de 2022; (ii) efeito de 12 meses dos juros relativos às despesas relacionadas às 8ª e 9ª emissões de debêntures simples atreladas as despesas financeiras com lastro no financiamento do Projeto Azulão-Jaguatirica e Parnaíba V, cujas despesas financeiras eram alocadas no imobilizado em andamento ao longo do ano de 2022 até a entrada em operação total de cada projeto;
- (b) Aumento das despesas com encargos da dívida, refletindo a liquidação integral do endividamento da Celse, totalmente liquidadas no início do quarto trimestre de 2023. Além disso, encargos relacionados despesas financeiras das Notas de Crédito, emitidas em decorrência dos financiamentos para os projetos Parnaíba V, Azulão-Jaguatirica e para o Complexo Solar Futura I;
- (c) Por fim, aumento da variação cambial e monetária decorrente do aumento do endividamento indexado ao IPCA no período, substancialmente, pela incorporação das dívidas da Celse e das debêntures contratadas no segundo semestre de 2022.

### **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

#### *Corrente*

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social corrente foram de R\$ 120,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$ 30,9 milhões, ou 34,3%, em comparação ao montante de R\$ 89,7 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em decorrência do aumento da despesa de IRPJ/CSL correntes da subsidiária PGC que, em 2022, excluiu da base do IRPJ/CSL os juros dos empréstimos adquiridos para a construção de Parnaíba V, que foram registrados como custo do ativo. Com o início da operação, os valores começaram a ser adicionados na base do IRPJ/CSL proporcionalmente aos encargos da depreciação/amortização.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Diferido

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos foram de uma receita de R\$ 142,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um efeito positivo R\$ 193,7 milhões ou 377,8%, em comparação a uma despesa de R\$ 51,3 milhões registrada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A variação deve-se, principalmente, na Eneva pela constituição do ativo diferido sobre o valor justo das debêntures a apropriar no montante de R\$ 107,7 milhões e pela realização do passivo diferido sobre a amortização da mais valia gerada na aquisição da Celse no montante de R\$ 102,1 milhões.

### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

(em R\$ milhões, exceto percentuais)	2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH 2022/2021 (%)
Receita de venda de bens e/ou serviços	6.128,6	100,0%	5.124,4	100,0%	19,6%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(4.251,3)	-69,4%	(3.181,7)	-62,1%	33,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.877,3</b>	<b>30,6%</b>	<b>1.942,7</b>	<b>37,9%</b>	<b>3,4%</b>
Despesas/Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(877,1)	-14,3%	(544,8)	-10,6%	61,0%
Outras receitas e (despesas) operacionais	281,0	4,6%	194,6	3,8%	44,4%
Resultado de equivalência patrimonial	2,8	0,0%	(0,7)	0,0%	-500,0%
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>1.284,0</b>	<b>21,0%</b>	<b>1.591,8</b>	<b>31,1%</b>	<b>-19,3%</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	540,7	8,8%	151,9	3,0%	256,0%
Despesas financeiras	(1.307,9)	-21,3%	(338,4)	-6,6%	286,5%
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>516,8</b>	<b>8,4%</b>	<b>1.405,3</b>	<b>27,4%</b>	<b>-63,2%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>					
Corrente	(89,7)	-1,5%	(105,9)	-2,1%	-15,3%
Diferido	(51,3)	-0,8%	(126,1)	-2,5%	-59,3%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>375,8</b>	<b>6,1%</b>	<b>1.173,3</b>	<b>22,9%</b>	<b>-68,0%</b>

### Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita de venda de bens e/ou serviços compreende no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita de venda de bens e/ou serviços é líquida dos impostos sobre vendas, P&D, penalidades por indisponibilidade e outras deduções.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A conciliação entre a receita bruta e o total da receita de venda de bens e/ou serviços nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim se apresenta:

(em R\$ milhões)	2022	2021
<b>Receita Bruta</b>		
Disponibilidade (ACR)	3.907,0	2.240,6
Venda de energia (ACR)	87,2	2.450,4
Venda de energia (ACL)	2.865,8	917,9
Valor justo dos contratos de energia	132,2	30,9
Venda de gás e condensado	58,9	16,0
	<b>7.051,0</b>	<b>5.655,7</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Impostos sobre vendas	(713,4)	(464,8)
P&D	(44,8)	(47,6)
Ressarcimento	(154,7)	(18,8)
Outras deduções	(9,6)	-
	<b>(922,4)</b>	<b>(531,3)</b>
<b>Total da receita líquida</b>	<b>6.128,6</b>	<b>5.124,4</b>

A receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia foi de R\$ 6.128,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 1.004,2 milhões ou 19,6%, em comparação ao montante de R\$ 5.124,4 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e teve como principais fatores:

- (a) Aumento na venda de energia no ambiente de comercialização regulado (Disponibilidade ACR) no valor de R\$ 1.666,4 milhões, devido as receitas fixas advinda das aquisições da CGTF e da Celse e pela atualização da receita fixa (disponibilidade) pelo IPCA acumulado de 12 meses;
- (b) Aumento na venda de energia no ambiente de comercialização livre (ACL) no montante de R\$1.947,9 milhões, devido a venda de energia para a Argentina e ao aumento de trading de energia após a aquisição da Focus;
- (c) Parcialmente compensado pela redução na venda de energia no ambiente de comercialização regulado (ACR) no montante de R\$ 2.363,2 milhões, motivado pela redução do percentual médio de despacho, devido ao alto volume dos reservatórios hídricos, principalmente, para as usinas térmicas.

### Custo dos bens e/ou serviços vendidos

O custo dos bens e/ou serviços vendidos foi de R\$ 4.251,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 1.069,6 milhões ou 33,6%, em

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparação ao montante de R\$ 3.181,7 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- (a) Aumento no custo com energia elétrica para revenda no montante de R\$ 1.348,5 milhões, representado pelo aumento do volume de comercialização de energia, devido à aquisição da Focus, que aumentou, de forma significativa, o volume de comercialização de energia e a compra de energia para recomposição de lastro;
- (b) Aumento nos custos regulatórios que totalizaram R\$ 266,8 milhões, que foram incrementados no ano de 2022 devido as aquisições realizadas da Focus, CGTF e Celse, bem como da atualização dos valores de contratos dos empreendimentos que já faziam parte do grupo;
- (c) Aumento nos custos com serviços de terceiros no montante de R\$ 193,9 milhões, em decorrência da entrada em operação comercial de Azulão-Jaguatirica durante o exercício social, referentes à aquisição da Celse, serviços técnicos de exploração de gás e taxa de distrato do carvão nas subsidiárias Pecém II e Itaqui; e
- (d) Compensado pela redução dos custos com insumos no valor de R\$ 966,1 milhões decorrente, substancialmente, pela falta de despacho das UTEs de Itaqui e Pecém II em 2022, ou seja, usinas que não estavam sendo utilizadas em um determinado momento, apesar de estarem disponíveis para fazê-lo, bem como pela redução do despacho das UTEs Parnaíba I, Parnaíba II e Parnaíba III no ano de 2022.

### **Despesas Administrativas e Gerais**

As despesas administrativas e gerais foram de R\$ 877,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de despesas de R\$ 332,3 milhões ou 61,0%, em comparação ao montante de R\$ 544,8 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- (a) Incremento nas despesas com pessoal, no montante de R\$79,9 milhões, substancialmente, ligado à aquisição da Focus, CGTF e Celse. Esse aumento no quadro de funcionários representou um crescimento de 28,6% na despesa pessoal em comparação ao exercício anterior;
- (b) Incremento dos gastos com serviços de terceiros, no montante de R\$77,1 milhões, decorrente principalmente, de prestação de serviços de consultoria com a elaboração de pareceres técnicos, assessoria jurídica e financeira relacionados ao gerenciamento de projetos e estudos de M&As para as aquisições que ocorreram no exercício social. Os serviços de terceiros representaram um aumento de 119,4% comparando-se ao exercício anterior;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (c) Aumento dos gastos com exploração e poços secos na Companhia em R\$32,9 milhões e início de campanha sísmica mais intensa, representando um aumento de 35,5% quando comparado com o exercício anterior; e
- (d) Aumento das despesas de depreciação e amortização no montante de R\$81,3 milhões, decorrente, principalmente, do incremento das aquisições realizadas em 2022 com ativos operacionais, especialmente CGTF e Celse, representando um aumento de 132,5% comparando-se ao mesmo período do exercício anterior.

### Resultado Financeiro

#### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras foram de R\$ 540,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 388,9 milhões ou 256,0%, em comparação ao montante de R\$ 151,9 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente por dois fatores ocorridos em 2022: (i) ao aumento de R\$276,8 milhões, ou 340,9%, nos rendimentos com aplicações financeiras; e (ii) em função do crescimento do CDI médio no período, acompanhado do aumento de R\$134,3 milhões, ou 819,5%, de variação cambial devido, principalmente, sobre o arrendamento do navio *Floating Storage Regasification Unit* da Celse.

#### *Despesa Financeira*

As despesas financeiras foram de R\$ 1.307,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$ 969,5 milhões ou 286,5%, em comparação ao montante de R\$ 338,4 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, motivado, principalmente, por:

- (a) Aumento de R\$ 547,5 milhões, ou 313,6% de juros de debentures motivado pelo crescimento do endividamento total com as 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures simples, bem como pelos juros das debêntures da Celse, consolidado no resultado após a aquisição da empresa e pelo início do impacto no resultado financeiro das debentures captadas para os projetos Azulão, Jaguatirica e Parnaíba V; e
- (b) Aumento de R\$123,3 milhões, ou 2.481,7,0%, de encargos da dívida motivado, principalmente, pelas despesas provenientes da Celse no resultado consolidado da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Corrente

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social corrente foram de R\$ 89,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 16,2 milhões ou 15,3%, em comparação ao montante de R\$ 105,9 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em decorrência, majoritariamente, da redução no montante de R\$888,5 milhões ou 63,2% do resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social, que era de R\$1.405,3 milhões e passou a ser de R\$516,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, parcialmente compensado por um maior efeito de adições permanentes, o que causou uma menor redução do lucro fiscal e motivou um aumento na alíquota efetiva em comparação ao exercício anterior.

Diferido

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos foram de R\$ 51,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$74,9 milhões ou 59,3%, em comparação a uma despesa de R\$126,1 milhões registrada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, motivado, principalmente, por:

- (a) Constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo na controladora no montante de R\$ 191,5 milhões pela constituição de crédito tributário diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa na Eneva; e
- (b) Constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo apurado em 2022 nas subsidiárias CGTF, Celse, Celsepar, Focus Energia e FC One no montante de R\$ 132,7 milhões pela constituição da despesa diferida sobre depreciação acelerada, arrendamento e valor justo dos contratos de comercialização de energia destas subsidiárias.

FLUXO DE CAIXA

**Comparação do fluxo de caixa no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 comparado com o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023**

(em milhões de reais, exceto percentuais)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2024	2023	AH 2024/2023 (%)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.915,7	1.106,1	73,2%
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos pelas atividades de investimentos	(1.233,1)	(628,6)	96,2%
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados/ (consumidos) pelas atividades de financiamentos	(1.823,4)	(553,6)	229,4%
<b>Aumento / Diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.140,8)</b>	<b>(76,1)</b>	<b>1.399,1%</b>



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 1.915,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, registrando um aumento de R\$ 809,6 milhões ou 73,2%, em comparação ao montante de R\$ 1.106,1 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a:

- (a) Variação do contas a receber de R\$ 362,4 milhões, principalmente, devido aos recebimentos das receitas de despacho, para o SIN e exportação, bem como da receita fixa das UTEs; e
- (b) Recebimento a título da restituição dos valores de P&D direcionados à CDE, referentes a competências anteriores a agosto de 2020, de acordo com o Despacho n 1.460/2024 relativo as subsidiárias Parnaíba Geração e Comercialização de Energia, Parnaíba II, Itaquí e Pecém II.

### **Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos**

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento foi de para R\$ 1.233,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, registrando um aumento de R\$ 604,5 milhões ou 96,2%, em comparação ao montante de R\$ 628,6 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento nas aquisições de imobilizado e intangível no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 no montante de R\$ 1.112,2 milhões comparado com R\$1.061,8 milhões no mesmo período de 2023, principalmente relacionados aos:

- (a) Aos pagamentos direcionados ao desenvolvimento de E&P e à construção das usinas do projeto Azulão 950, no valor de R\$ 355,4 milhões; e
- (b) Pagamento direcionado a construção das unidades de liquefação (SSLNG) no valor de R\$ 219,5 milhões, para atendimento aos contratos de venda de GNL em pequena escala (SSLNG) para as instalações industriais da Suzano S.A., Vale S.A. e Companhia Pernambucana de Gás (Copergás).

### **Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento**

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de R\$ 1.823,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, registrando um aumento de R\$ 1.269,8 milhões ou 229,4%, em comparação ao montante de R\$ 553,6 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Essa variação ocorreu, principalmente, devido:

- (a) a amortizações de principal, pagamento de juros e constituição de depósitos vinculados referentes aos financiamentos, no total de R\$ 1.633,6 milhões, seguindo o cronograma

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de pagamento previstos das dívidas, com destaque para o pagamento final das amortizações da 1ª série da 2ª Emissão e da 1ª série da 7ª emissão de Debêntures da Eneva.

- (b) R\$ 53,7 milhões em dividendos semestrais pagos ao Itaú Unibanco S.A. referentes à participação nas ações preferenciais da Eneva Participações III S.A., controladora das subsidiárias PGC e P-II;
- (c) Pagamentos de arrendamento mercantil, totalizando R\$ 209,4 milhões, sendo substancialmente destinados ao arrendamento do navio FSRU e do rebocador do Hub Sergipe.

### ***Comparação do fluxo de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022***

(em milhões de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH 2023/2022 (%)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	2.790,2	1.268,1	120,0%
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	(1.730,0)	(9.089,3)	-81,0%
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) pelas atividades de financiamentos	(9,4)	8.120,2	-100,1%
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.050,8</b>	<b>299,0</b>	<b>251,4%</b>

#### **Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 2.790,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, registrando um aumento de R\$ 1.522,1 milhões ou 120,0%, em comparação ao montante de R\$ 1.268,1 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, substancialmente, devido ao acréscimo referente aos recebimentos advindos da venda de energia no ambiente de contratação livre e no ambiente de contratação regulado, nos montantes de R\$ 1.021,3 milhões e R\$ 213,4 milhões respectivamente.

#### **Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos**

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento foi de R\$ 1.730,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, registrando uma redução de R\$ 7.359,3 milhões ou 81,0%, em comparação ao montante de R\$ 9.089,3 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu, principalmente, devido a:

- (a) Combinação de negócios entre a Companhia e a Focus, CGTF e Celse, líquida do caixa na aquisição, no montante de R\$ 5.863,7 milhões realizada no ano de 2022;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (b) Aumento nas adições de imobilizado e intangível no montante de R\$ 400,9 milhões para R\$ 2.563,8 milhões ocorridas no ano de 2023 se comparado ao exercício de 2022, no montante de R\$2.162,9 principalmente, referentes à construção do projeto Azulão 950MW, ao desenvolvimento de E&P e à construção das usinas do projeto Azulão 950MW; e
- (c) Redução nas aquisições de debêntures no ano de 2023, no montante de R\$ 886,8 milhões. Este valor foi registrado em 2022 referente à aquisição de debêntures da Focus, para aplicação no projeto Futura I.

### Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 9,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, registrando um aumento no consumo de R\$ 8.129,7 milhões ou 100,1%, em comparação ao montante de R\$ 8.120,3 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

- (a) Aumento de capital no montante de R\$ 4.200,0 milhões, no ano de 2022, vinculado à oferta pública de emissão primária de ações da Companhia; e
- (b) Pré-pagamento integral aos detentores de títulos de dívida e credores dos demais financiamentos anteriores da CELSE, no valor de R\$ 4.446,0 milhões; e
- (c) Parcialmente compensado pelas novas captações de financiamentos e emissões de debêntures no montante de R\$ 7.104,1 milhões em 2023, para financiar os projetos da Companhia, como, por exemplo, o Projeto Futura I, UTE Parnaíba V, UTE Parnaíba VI e Azulão-Jaguatirica.

### ***Comparação do fluxo de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021***

(em milhões de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH 2022/2021 (%)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.268,1	1.232,8	2,9%
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	(9.089,3)	(1.245,7)	629,7%
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) pelas atividades de financiamentos	8.120,2	(379,8)	-2.238,3%
<b>Aumento / (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>299,0</b>	<b>(392,6)</b>	<b>-176,2%</b>

### Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 1.268,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registrando um aumento de R\$ 35,3 milhões ou 2,9%,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em comparação ao montante de R\$ 1.232,8 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido:

- (a) Aumento no fluxo de caixa gerado pelas contas a receber de R\$ 174,1 milhões comparado com o caixa gerado pelas contas a receber no exercício anterior, impactado principalmente pelos recebimentos das operações de exportação de energia para Argentina;
- (b) Aumento na utilização de caixa e equivalentes de caixa para pagamentos a fornecedores de R\$ 242,7 milhões comparado com a utilização de caixa e equivalentes de caixa para pagamentos a fornecedores no exercício anterior;
- (c) Aumento no fluxo de caixa gerado pelos adiantamentos a fornecedores de R\$ 43,6 milhões, comparado com o exercício anterior; e
- (d) Aumento no fluxo de caixa gerado pelos impostos a recuperar e recolher líquido, de R\$ 43,1 milhões.

### **Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos**

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento foi de R\$ 9.089,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registrando um aumento de R\$ 7.843,7 milhões ou 629,7%, em comparação ao montante de R\$ 1.245,7 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a:

- (a) Combinação de negócios, no ano de 2022, entre a Companhia e a Focus, CGTF e Celse, líquida do caixa adquirido na aquisição, no montante de R\$ 5.863,7 milhões;
- (b) Aumento nas adições de imobilizado e intangível no montante de R\$ 1.027,1 milhões, para R\$ 2.162,9 milhões ocorridas no ano de 2022 se comparado ao ano de 2021, no montante de R\$ 1.135,8 milhões, principalmente, direcionados à construção da UTE Parnaíba VI, aquisição de materiais sobressalentes para a parada programada da UTE Porto Sergipe I e construção das unidades de liquefação no Complexo Parnaíba; e
- (c) Aquisição de debêntures da Focus, realizada em dezembro de 2022, para utilização, exclusivamente, no projeto Futura I no montante de R\$ 886,8 milhões.

### **Caixa e equivalente de caixa líquido gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento**

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 8.120,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registrando um aumento de R\$ 8.500,0 milhões ou 2.238,0%, em comparação ao caixa líquido consumido, no montante de R\$ 379,8 milhões

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

- (a) Aumento de capital no montante de R\$ 4.200,0 milhões, decorrente de oferta pública de emissão primária de ações ocorrida em junho de 2022;
- (b) Novas captações de financiamentos no montante de R\$ 6.539,7 milhões, para financiar os projetos da Companhia, como, por exemplo, o Projeto Futura I, UTE Parnaíba V e UTE Parnaíba IV; e
- (c) Parcialmente compensado pela amortização de principal e juros de financiamentos no montante de R\$ 1.150,6 milhões, em destaque pela liquidação antecipada do financiamento existente da Celse com a GE Capital como parte do montante acordado para aquisição da Celse.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 - Resultados operacional e financeiro

#### (a) resultados das operações da Companhia

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

##### Fontes de Receita

Em vista da natureza das operações da Companhia, os Diretores entendem que a sua principal fonte de receitas é a venda de energia proveniente dos segmentos operacionais de geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia registrou R\$ 3.947,7 milhões de receita de venda de bens e/ou serviços no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, sendo 20,8% menor em relação ao total de R\$ 4.982,5 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

A Companhia registrou R\$ 10.090,9 milhões de receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, sendo 60,7% maior em relação ao total de R\$ 6.128,6 milhões registrado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 6.128,6 milhões, comparado a R\$ 5.124,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

##### Demanda e uso de energia elétrica pelos consumidores

A quantidade efetiva de energia elétrica comercializada pela Eneva, bem como as tarifas cobradas, é determinante no montante de receitas que a Companhia obtém na venda de energia elétrica. O volume de energia elétrica comercializado pela Eneva, no entanto, varia em função da demanda do mercado e o efetivo uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia e sua capacidade de controlar ou impactar tal demanda e uso é bastante limitada.

Mudanças na demanda por energia elétrica são impulsionadas, em grande parte, por fatores gerais fora do controle da Eneva, incluindo (i) alterações no nível de atividade econômica no Brasil, (ii) as mudanças no volume de uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia, (iii) a opção de alguns dos consumidores da Eneva de comprar energia elétrica da Companhia ou de concorrentes, e (iv) o efetivo custo de geração da energia elétrica comercializada. Desta forma, as receitas brutas da Companhia variam de período a período em resposta a variações em fatores gerais.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### **Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024**

O período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi marcado pela continuação do despacho termelétrico regulatório para atendimento a ponta de carga no SIN observado desde o último trimestre de 2023, a despeito dos volumes de reservatórios elevados, no entanto em menor proporção ao registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024. A geração termelétrica regulatória fora do mérito observada no período reflete condições estruturais do sistema, como restrições operativas, limitações de modelos e a crescente matriz energética intermitente do SIN, além de efeitos conjunturais, como o impacto do El Niño, que afetou a carga em grande parte do primeiro semestre. Além disso, houve a retomada de despacho para a exportação de energia à Argentina em determinados períodos. No entanto, em comparação com o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, houve um menor patamar de volume total de energia exportada. Como resultado, o despacho médio termelétrico do portfólio consolidado da Eneva do período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 totalizou 8,7% frente aos 10,1% registrados no mesmo período de 2023. Em janeiro de 2024 iniciou-se o Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) da UTE Parnaíba V com vigência de 25 anos, contribuindo com receita fixa a partir do primeiro semestre de 2024, conforme previsto em seu contrato regulado. Já no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 a receita operacional líquida da Companhia foi impulsionada pelo impacto positivo de R\$ 241,9 milhões referente ao valor justo dos contratos de energia. Por outro lado, no primeiro semestre de 2024 a UTE Fortaleza passou a não contribuir mais para os resultados da Companhia, uma vez que a usina foi desligada em dezembro de 2023, em função do encerramento do seu contrato de venda de energia, passando a ficar em hibernação enquanto a Companhia avalia oportunidades para o ativo, impactando negativamente as receitas líquidas da Companhia na ordem de R\$ 687 milhões. Como resultado, as receitas de venda de bens e/ou serviços do período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 totalizaram R\$ 3.947,7 milhões, redução de 20,8% frente ao mesmo período de 2023.

Os custos dos bens e/ou serviços vendidos (incluindo depreciação e amortização) foram de R\$ 2.092,8 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, representando uma redução de R\$ 785,8 milhões ou 27,3%, em comparação ao montante de R\$ 2.878,5 milhões registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, em função, sobretudo, do fim do contrato regulado da UTE Fortaleza, do menor despacho no período e do menor volume de energia comercializado no período.

As despesas operacionais, considerando as rubricas de despesas gerais e administrativas e outras receitas (despesas) operacionais, somaram R\$ 388,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentando redução de 28,7% frente ao mesmo período de 2023, refletindo o resultado das iniciativas da Companhia em eficiência operacional e

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

otimizações administrativas realizadas durante o ano de 2024, como, por exemplo, a revisão dos planos de incentivo de longo prazo.

O resultado financeiro no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 1.625,8 milhões, frente aos R\$ 743,4 milhões dos primeiros seis meses findos em 30 de junho de 2023. O principal item que contribuiu para a variação do período foi a variação cambial não caixa sobre arrendamento mercantil do FSRU da UTE Porto de Sergipe I que impacta o saldo remanescente do passivo devido em moeda estrangeira (dólar americano). Nos primeiros seis meses de 2024, como resultado da valorização da taxa de câmbio, foi contabilizado resultado negativo de variação cambial ao passo que, nos primeiros seis meses de 2023, foi contabilizado impacto positivo de variação cambial sobre o arrendamento do navio FSRU, como resultado da desvalorização do dólar frente ao real observada naquele período.

Os tributos correntes e diferidos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 totalizaram R\$ 1.412,4 milhões, quando comparado a despesa de R\$ 204,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. O valor no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi impulsionado pelo valor contábil de R\$ 1.429,7 milhões, referente à baixa contábil passivo de IRPJ/CSL diferidos, constituídos em outubro de 2022 sobre a mais valia, no contexto da aquisição de 100% das ações da Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("Celse"). Naquele período, como resultado da aquisição, foi registrado no Intangível mais valia de R\$ 4.565,8 milhões e, concomitantemente, constituído um passivo diferido sobre essa mais valia no montante de R\$ 1.552,3 milhões. A constituição desse passivo decorreu da amortização contábil da mais valia ser indedutível para fins da apuração do IRPJ/CSL, gerando diferença entre as bases contábeis e fiscais. Adicionalmente, essa constituição foi respaldada pela ausência de perspectiva de incorporação das empresas da Celse na Holding. Posteriormente, a Celse foi incorporada pela Eneva no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, conforme condição estabelecida no processo de reestruturação de sua dívida. Com a incorporação, a amortização contábil da mais valia passa a ser dedutível para fins do IRPJ/CSL, dado que não há mais diferença entre as bases contábeis e fiscais. Dessa forma, foi efetuada a baixa contábil do IRPJ/CSL diferido passivos remanescentes reconhecido anteriormente.

Dessa forma, refletindo os efeitos mencionados acima, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, lucro líquido do período foi de R\$ 1.253,6 milhões, apresentando um aumento de 104,6% frente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

### **Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Assim como observado ao longo do ano de 2022, os níveis de armazenamento dos reservatórios em todos os subsistemas do Brasil permaneceram elevados em grande parte de 2023, acompanhando o alto volume de Energia Natural Afluyente (ENA), em função da ocorrência de



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

maior precipitação pluvial, reforçando assim a tendência de queda no despacho termelétrico no primeiro semestre de 2023.

Entretanto, no segundo semestre de 2023, houve a intensificação dos efeitos do fenômeno climático El Niño, impactando, principalmente, no aumento das temperaturas médias em grande parte do país, maior risco de secas nas regiões Norte e Nordeste e maiores níveis de precipitações na região Sul.

Dessa forma, os subsistemas do Norte e Nordeste foram impactados pela redução nos volumes de precipitações, resultando na limitação da capacidade instantânea de geração hidrelétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Ao mesmo tempo, foi observado uma elevação das temperaturas em todo o país, com medições atípicas para as médias desses períodos, impulsionando o aumento significativo da carga no SIN. A combinação dos efeitos mencionados ocasionou a necessidade de geração termelétrica para atendimento à carga no SIN ao longo do segundo semestre de 2023, incluindo o despacho de grande parte do parque térmico da Eneva, visando o equilíbrio do sistema, mesmo em um contexto de sobreoferta de energia, considerando os níveis ainda elevados de grande parte dos principais reservatórios do país.

Vale ressaltar, que desde 2022, a Companhia passou a gerar energia para atendimento à exportação para a Argentina e em 2023, começaram as exportações de energia para o Uruguai. A operação é prevista na Portaria nº 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019, que estabelece as diretrizes para a exportação de energia elétrica destinada à Argentina e Uruguai, proveniente de usinas termoelétricas em operação comercial despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema (“**ONS**”) e disponíveis para atendimento ao SIN, porém sem despacho por ordem de mérito ou por garantia de suprimento energético.

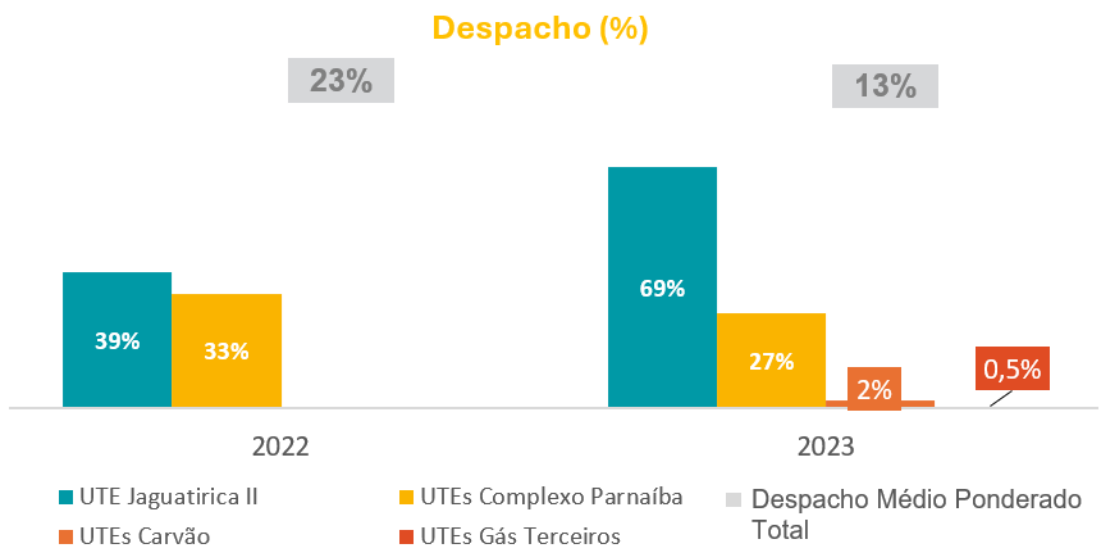
Em 2023, a exportação de energia das usinas da Eneva foi concentrada, principalmente, em determinadas janelas do primeiro semestre de 2023, com redução da demanda a partir de setembro de 2023, e sem operações de exportação pela Eneva nos últimos meses do ano. A demanda por importação de energia térmica da Argentina e Uruguai reduziu frente ao registrado em 2022, sendo parte explicado pelo início da exportação de Energia Vertida Turbinável (EVT) das usinas hidrelétricas, conforme novo procedimento competitivo para exportação nos termos das diretrizes estabelecidas na Portaria nº 49/GM/MME, de 2022. Além disso, a queda da demanda também é justificada pela maior geração da principal usina hidrelétrica argentina (Yacyretá), dado o maior volume de precipitações na região, assim como pela possibilidade de maior uso da produção nacional argentina de gás natural pelo novo gasoduto Néstor Kirchner, que entrou em operação a partir no segundo semestre de 2023, limitando assim a exportação de energia de fontes térmicas.

Sendo assim, o despacho médio da Eneva no ano de 2023 foi de 13% frente a 23% em 2022. A geração de energia da Companhia foi para atendimento à inflexibilidade contratual de 50% da

2.2 Resultados operacional e financeiro

UTE Parnaíba II, à geração para o sistema isolado de Roraima pela UTE Jaguatirica II, como também para atendimento ao despacho regulatório fora da ordem de mérito nos últimos meses de 2023 em grande parte do parque térmico da Eneva, incluindo as UTEs do Complexo Parnaíba, a UTE Fortaleza, assim como as UTEs a carvão Itaqui e Pecém II. Adicionalmente, a geração de energia também foi direcionada para exportação de energia elétrica para atendimento à matriz energética da Argentina e Uruguai, sobretudo no primeiro semestre de 2023.

O gráfico abaixo apresenta os despachos médios das usinas a gás natural e a carvão e o despacho médio ponderado pela capacidade instalada total nos dois períodos de comparação.



A redução do despacho médio ponderado pela capacidade instalada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na comparação com o exercício social anterior é explicada, principalmente, pelo aumento da capacidade instalada em 2023, em função do incremento integral da capacidade instalada da UTE Porto de Sergipe I, UTE Fortaleza e Parnaíba V ao portfólio da Companhia.

Apesar do menor despacho médio no período, a geração bruta em 2023 cresceu 12,8% na comparação o exercício anterior, totalizando 5.330 GWh, refletindo (i) a maior geração e aumento gradual da disponibilidade da UTE Jaguatirica II, acompanhando o processo de estabilização no sistema de liquefação ao longo de 2023, cuja finalização ocorreu nos últimos meses do ano, (ii) o despacho regulatório fora do mérito nas UTEs de Carvão, as quais não operaram em 2022, (iii) geração da UTE Fortaleza para atendimento ao despacho regulatório, cuja operação não ocorreu em 2022 e (iv) aumento da geração de Parnaíba V, cuja UTE passou a operar apenas ao final de 2022, ao passo que em 2023 sua operação ocorreu ao longo de todo o ano.

Adicionalmente, em maio de 2023 foi iniciada a operação comercial de 100% do Complexo Solar Futura 1, composto por 6 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras das UFVs Futura 1 a 22. Ao final do exercício social de 2023, 20 das 22 UFVs possuíam contratos de venda de energia em modalidade de autoprodução com três contrapartes. Ao longo de 2023, a Companhia

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

direcionou seus esforços no processo de estabilização do parque, finalizado em outubro/23, quando o parque passou a contar com 100% de suas UFVs operacionais. Dessa forma, o Complexo Solar Futura 1 atingiu uma geração bruta de 969 GWh em 2023.

No segmento de *Upstream*, a produção total de gás somou 1,08 bcm de gás em 2023, apresentando relativa estabilidade frente ao volume de 1,07 bcm de gás registrado em 2022. No Complexo Parnaíba, a produção total em 2023 foi de 0,84 bcm de gás, uma redução de 0,08 bcm frente ao ano anterior, refletindo tanto o menor despacho médio no período, quanto a entrada em operação comercial da UTE Parnaíba V no final de 2022, adicionando uma turbina a vapor para o fechamento do ciclo combinado de Parnaíba I, resultando em um menor consumo da quantidade de gás para a geração de energia. Na bacia do Amazonas, a produção de gás natural somou 0,24 bcm, aumento de 0,09 bcm, acompanhando a maior geração da UTE Jaguatirica II em 2023 quando comparada a 2022.

Como informado anteriormente, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 10.090,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refletindo, principalmente, as receitas provenientes das usinas termelétricas a gás próprio do Complexo do Parnaíba (composto pelas usinas Parnaíba I, Parnaíba II, Parnaíba III, Parnaíba IV e Parnaíba V) e a UTE Jaguatirica II, bem como as usinas termelétricas com gás de terceiros, do segmento de comercialização de energia e as usinas termelétricas a carvão.

Ainda, no exercício social de 2023 também passaram a ser consideradas as receitas provenientes do parque solar Complexo Solar Futura 1, contribuindo com o total de R\$ 241,7 milhões no ano.

A receita operacional líquida proveniente das operações de exportação de energia em 2023 somou R\$ 277,6 milhões, aumento de R\$ 218,8 milhões na comparação com o exercício anterior, em função de uma menor demanda da Argentina e Uruguai, conforme explicado acima.

Em 2023, o segmento da Comercialização de Energia registrou aumento de 42,3% nas receitas operacionais líquidas na comparação ao ano anterior, refletindo o maior volume de energia transacionado com o maior escopo do segmento no ano, e ao efeito positivo da marcação a mercado dos contratos futuros de comercialização de energia no período.

O custo operacional líquido (incluindo depreciação e amortização) foi de R\$ 6.379,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, registrando um aumento de 50,1% frente ao exercício de 2022, em função, sobretudo, ao incremento dos custos das usinas termelétricas de UTE Porto de Sergipe I e UTE Fortaleza, aquisições concluídas ao final de 2022, assim como maiores custos associados ao crescimento da geração da UTE Jaguatirica II e do Complexo Solar Futura 1, acompanhando os respectivos processos de estabilizações ocorridos em 2023.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

As despesas/receitas operacionais, considerando as rubricas de despesas gerais e administrativas e outras receitas (despesas) operacionais, somaram R\$ 1.039,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, sendo 52,5% maior frente ao reportado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, refletindo o resultado das iniciativas da Companhia em eficiência operacional e otimizações administrativas realizadas durante o ano de 2023

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado financeiro apresentou uma despesa de R\$ 2.390,8 milhões frente ao resultado financeiro de R\$ 767,2 milhões registrado em 2022. Os principais impactos para o aumento observado foram:

- (i) R\$543,9 milhões de crescimento em despesas com juros sobre debêntures, em função de: (a) entrada da 1ª emissão de debêntures da CELSE após conclusão da aquisição no em 2022, cujo título foi recomprado no âmbito do processo de reestruturação de dívidas da CELSE ocorrido ao final de 2023, (b) 2ª emissão de debêntures da CELSE ocorrida em outubro de 2023, (c) contabilização das despesas relacionadas à 8ª e 9ª emissões concluídas em julho e setembro de 2022, (d) início do impacto das debêntures ENEV16 e ENEV26, com parte do lastro de financiamento do Projeto Azulão-Jaguatirica, e da ENEV32 com lastro de financiamento do Projeto Parnaíba V, cujas despesas financeiras estavam sendo contabilizadas parcial ou integralmente no imobilizado ao longo de 2022 até a entrada em operação total de cada projeto;
- (ii) R\$ 431,6 milhões com despesas financeiras referentes ao processo de reestruturação da dívida da CELSE, iniciado em setembro de 2023 e concluído em novembro de 2023, incluindo: (a) captação da 2ª emissão de debêntures da CELSE em 3 séries, ocorrida em setembro de 2023, (b) recompra da 1ª emissão de debêntures incentivadas da CELSE e pré-pagamento integral aos detentores de títulos de dívida e credores dos financiamentos anteriores à aquisição da CELSE, ocorridas em outubro de 2023, e (c) resgate antecipado da 1ª série da 2ª emissão de debêntures da CELSE ocorrido em novembro de 2023;
- (iii) R\$ 181,9 milhões de aumento de despesas com variação cambial e monetária, considerando o efeito líquido de receitas e despesas financeiras no período, em função, principalmente, da contabilização no resultado financeiro em 2023 das despesas com variação monetária da UTE Porto de Sergipe, ao passo que em 2022 foi contabilizado apenas um trimestre de impacto, após a conclusão da aquisição, em 03 de outubro de 2022. Também impactou essa linha o registro de um ano completo de variação cambial sobre o arrendamento do navio FSRU da UTE Porto de Sergipe I, refletindo a variação da taxa de câmbio sobre a contabilização do saldo remanescente do passivo;
- (iv) R\$ 144,9 milhões de aumento em despesas com encargos da dívida, principalmente, relacionado ao: (a) início do impacto das despesas de contratos de financiamento que

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

passaram a ser contabilizadas após a entrada sua respectiva operação referentes aos projetos Azulão Jaguatirica, Parnaíba V e 4 SPEs do Complexo Futura 1; (b) entrada do fluxo das dívidas da CELSE anteriores à aquisição concluída no 4T22, a qual foram liquidadas integralmente e substituídas pela 2ª emissão de debêntures da CELSE no contexto do processo de reestruturação de dívidas explicado no item (iii) e (c) contratos de financiamentos captados ao longo de 2023.

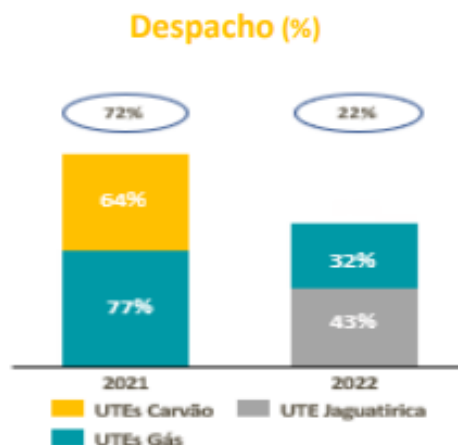
Dessa forma, refletindo os efeitos mencionados acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Eneva registrou lucro líquido do exercício de R\$ 303,4 milhões, apresentando uma redução de 19,3% frente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

### **Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

O ano de 2022 foi marcado pelo aumento significativo da precipitação pluvial, comparado ao período anterior, o que favoreceu a formação de Energia Natural Afluente (ENA), além de aumentar o volume de Energia Armazenada (EARM) para níveis bastante confortáveis.

Com isso, as usinas da Eneva despacharam em média 22% em 2022, comparado a 72% em 2021. A geração de energia foi devida à inflexibilidade de 50% da UTE Parnaíba II, à geração para o sistema isolado de Roraima pela UTE Jaguatirica II, e à geração para a exportação de energia para a Argentina pelas usinas do Complexo Parnaíba.

O gráfico abaixo apresenta os despachos médios das usinas a gás natural e a carvão nos dois períodos de comparação.



Como resultado da retração do despacho, a geração média bruta de energia apresentou uma redução de 58,7% em 2022 em comparação a 2021, sendo que a geração das usinas a gás diminuiu 46,2% e as usinas a carvão não operaram durante todo o ano de 2022.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Analisando o segmento de *Upstream*, tem-se que, em resposta ao menor despacho das usinas do Complexo Parnaíba, a Companhia produziu 1,06 bcm de gás em 2022, apresentando redução de 49,8% em comparação ao volume produzido em 2021. O despacho da Unidade de Tratamento de Gás em 2022 foi de 30%, comparado a 69% no ano anterior.

Como explicitado acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços de R\$ 6.128,6 milhões, sendo os principais destaques as receitas provenientes das usinas termelétricas a gás do Parnaíba, do segmento de comercialização de energia e das usinas a carvão. Adicionalmente, devido às incorporações realizadas no segundo semestre de 2022, os novos ativos operacionais adquiridos, UTE Porto Sergipe I e UTE Fortaleza passaram a contribuir com receita em 2022, contribuindo para o incremento da receita total.

Importante ressaltar que, pela primeira vez em 2022, a Companhia passou a gerar energia para exportação à Argentina. A operação é prevista na Portaria nº 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019, que estabelece as diretrizes para a exportação de energia elétrica destinada à Argentina e Uruguai, proveniente de usinas termelétricas em operação comercial despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS") e disponíveis para atendimento ao Sistema Interligado Nacional, porém sem despacho por ordem de mérito ou por garantia de suprimento energético. Essas operações de exportação de energia geraram receita líquida de R\$ 527,1 milhões no ano.

Os custos operacionais, por sua vez, totalizaram R\$ 4.251,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentando um crescimento de 33,6% em relação a 2021 devido, principalmente, a incorporações realizadas ao longo de 2022, entrada em operação comercial da UTE Jaguatirica II, além do incremento de custos variáveis referente à exportação de energia para a Argentina. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução nos custos associados ao despacho das usinas, em função da menor geração de energia elétrica.

Já despesas operacionais, totalizaram R\$877,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 61,0% na comparação com o ano anterior, devido, principalmente, a maiores despesas relacionadas a consultorias financeiras e jurídicas que assessoraram projetos de M&A e integração de Focus, CGTF e Celse despesas de pessoal, em virtude tanto da combinação de negócios, quanto de novas contratações, para sustentar a estratégia de crescimento da Companhia; campanha sísmica, iniciada em 2022, com previsão de aquisição de 5 mil km de sísmicas 2D, que afetam as despesas com Geologia e Geofísica (G&G) do segmento de Upstream; e maiores custos regulatórios, em função tanto do início da operação comercial da UTE Parnaíba V quanto da atualização tarifária das usinas já em operação, impactando principalmente Parnaíba I devido ao fim do seu período de estabilidade.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O resultado financeiro negativo totalizou R\$ 767,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao resultado negativo de R\$ 186,5 milhões em 2021. Os principais efeitos que contribuíram para o crescimento do resultado negativo na comparação anual foram: (i) crescimento de R\$ 547,5 milhões das despesas com juros sobre debêntures, sobretudo em função do aumento do CDI médio no período e do aumento do montante de debêntures no endividamento total, com a realização da 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures simples da Eneva em 2022. Adicionalmente, entre outros fatores, observou-se o aumento dos encargos da dívida em R\$ 144,9 milhões, refletindo principalmente a entrada do fluxo da dívida da Celse no resultado consolidado da Companhia após a conclusão do processo de aquisição.

Como resultado desses efeitos explicitados acima, a Companhia apurou lucro líquido do exercício de R\$ 375,8 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Condições macroeconômicas

Uma vez que todas as atividades são conduzidas no Brasil e a maior parcela da receita da Companhia é auferida por vendas de energia no Brasil, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia são influenciados pelas condições econômicas do país. A economia brasileira tem registrado variações significativas nas taxas de crescimento econômico, juros, inflação e taxas de câmbio. A Companhia avalia constantemente as suas exposições a esses indicadores e sugere políticas e estratégias para minimizar os impactos dessas variações em sua atividade.

A tabela abaixo mostra as taxas de inflação, juros e câmbio no período de seis meses findo em 30 de junho 2024 e nos três últimos exercícios sociais:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022	2021
Crescimento (redução) do PIB – Acumulado em 4 trimestres <sup>(1)</sup>	2,5%	2,9%	2,9%	4,6%
Inflação acumulada no período (IGP-M) <sup>(2)</sup>	1,1%	-3,2%	5,5%	17,8%
Inflação acumulada no período (IPCA) <sup>(3)</sup>	2,5%	4,6%	5,8%	10,1%
CDI ao fim do período <sup>(4)</sup>	10,4%	11,7%	13,7%	9,1%
TJLP ao fim do período <sup>(5)</sup>	6,7%	6,6%	7,2%	5,3%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar no período <sup>(6)</sup>	14,8%	-7,2%	-6,5%	7,4%
Taxa de câmbio ao fim do período <sup>(7)</sup>	5,5589	4,8413	5,2177	5,5805
Taxa de câmbio média no período <sup>(8)</sup>	5,0844	4,9953	5,1665	5,3956

Fonte: Banco Central, FGV, IBGE, Câmara de Custódia e Liquidação e CETIP.  
<sup>(1)</sup> Fonte: IBGE.  
<sup>(2)</sup> IGP-M é o índice geral de preços de mercado conforme calculado pela FGV. Para 2023, 2022 e 2021, foram utilizado os últimos 12 meses até 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. Para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2024, a taxa se refere à taxa acumulada de 6 meses entre janeiro e junho de 2024.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

- (3) IPCA é o índice de preços do consumidor amplo conforme calculado pelo IBGE. Para 2023, 2022 e 2021, foram utilizados os últimos 12 meses até 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. Para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2024, a taxa se refere à taxa acumulada de 6 meses entre janeiro e junho de 2024.
- (4) A taxa CDI é uma taxa de referência diária correspondente à média da taxa de juros utilizada nos depósitos interbancários de um dia útil conforme registrados e liquidados no sistema da CETIP.
- (5) A TJLP é a taxa de juros de longo prazo divulgada trimestralmente pelo Banco Central.
- (6) Variação da taxa de câmbio (PTAX - venda) divulgada pelo Banco Central no último dia do período com a taxa de câmbio do último dia do período imediatamente anterior. Para os 6 meses findos em 30 de junho de 2024, considera a taxa de câmbio do último dia desse período em relação à taxa de câmbio do último dia útil de dezembro de 2023.
- (7) Taxa de câmbio (PTAX - venda) divulgada pelo Banco Central.
- (8) Média da taxa de câmbio (PTAX - venda) divulgada pelo Banco Central considerando 6 meses findo em 30 de junho de 2024 e os últimos 12 meses até 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 divulgada pelo Banco Central.

### Variação cambial e na taxa de juros

Em 30 de junho de 2024, a Companhia era exposta a taxas de juros e índices de inflação sobre os empréstimos e financiamentos e debêntures, que são atrelados ao CDI, IPCA, TJLP e Euribor. A volatilidade desses indexadores impacta as despesas financeiras da Companhia. Ao avaliar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Companhia considera em seu processo de análise o possível efeito de correlação entre a flutuação das taxas de juros e a inflação brasileira, medida pelo IPCA, uma vez que parcela representativa das receitas da Companhia tem a sua remuneração corrigida anualmente pela inflação.

Em 30 de junho de 2024, 99,5% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$), sendo 70,4% atrelados ao IPCA, 29,0% ao CDI, e 0,1% à TJLP. Já em 31 de dezembro de 2023, o endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$), sendo 60,9% atrelados ao IPCA, 39,0% ao CDI e 0,2% à TJLP. Em 31 de dezembro de 2022, 97,9% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$) dos quais 25,9% atrelados ao CDI, 0,3% à TJLP, 59,0% ao IPCA, e 12,7% pré-fixado. O endividamento em moeda estrangeira é reconhecido pela Companhia em reais, convertendo seu saldo devedor pela taxa de câmbio ao fim do período. Já em 31 de dezembro de 2021, 100,0% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$) dos quais 33,3% atrelados ao CDI, 0,8% a TJLP e 65,9% ao IPCA.

Adicionalmente, a subsidiária CELSE possui contrato de arrendamento mercantil em dólar americano relacionado ao afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (FSRU), o navio Energos Nanook, até 2044. O risco cambial, portanto, é relacionado às variações nas taxas de câmbio, impactando a linha de resultado financeiro da Companhia.

### Ajustes sobre as tarifas

A receita da Companhia está atrelada aos contratos de comercialização de energia celebrados pelas usinas nas quais tem participação. Aquelas que celebraram contratos por disponibilidade



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

em Ambiente de Contratação Regulado (“**ACR**”) recebem uma parcela fixa e outra variável, conforme segue:

- *Receitas Fixas:* remuneram o investimento do empreendedor e são indexadas à inflação pelo IPCA com reajuste anual. A usina faz jus ao recebimento desta parcela de receita independente de ser chamada ao despacho pelo ONS.
- *Receitas Variáveis:* remuneram os custos variáveis incorridos na ocasião de despacho pelo ONS. A composição das receitas variáveis varia de acordo com o tipo de combustível utilizado pela usina. As térmicas movidas a carvão têm sua receita variável atrelada ao preço internacional do carvão (CIF ARA), moeda estrangeira (dólar americano) e inflação (IPCA), enquanto as térmicas movidas a gás natural ou vapor podem ter sua receita variável atrelada ao preço internacional do gás (*Henry Hub*), preço internacional do petróleo (Brent), moeda estrangeira (dólar americano), inflação (IPCA e IGP-M), Producer Price Index (PPI) e Consumer Price Index (CPI-U).

Todas as usinas podem receber, além das parcelas de receita fixa e variável, receita oriunda da liquidação de energia no Ambiente de Contratação Livre (“**ACL**”), a qual é remunerada pelo Preço de Liquidação de Diferenças (“**PLD**”), calculado diariamente para cada hora do dia seguinte, considerando a aplicação dos limites máximos (horário e estrutural) e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado, conforme definição da ANEEL anualmente.

Adicionalmente, em relação ao Complexo Solar Futura 1, quase a totalidade das SPEs são remuneradas por receitas fixas referentes aos contratos bilaterais firmados com contrapartes, cujo compromisso de entrega da Companhia é referente à geração de energia solar para o consumo das unidades produtivas destes clientes. A receita variável do Complexo Solar Futura 1 se refere principalmente à liquidação da energia gerada pelas SPEs que não possuem contratos de venda celebrado.

### **(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

O resultado operacional das usinas térmicas é impactado pela inflação (IPCA), que faz parte da fórmula de reajuste das receitas fixas de parte das usinas, além de compor os custos operacionais das térmicas a gás através do reajuste da molécula de gás.

O preço internacional do carvão (CIF ARA) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis das térmicas a carvão. Já o custo do gás no mercado internacional (*Henry Hub*) e o dólar americano impactam a receita de Parnaíba I. Por sua vez, Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV tem o seu custo do gás atrelado ao IPCA. A UTE Parnaíba V, operacional desde novembro de 2022, é o fechamento de ciclo da UTE Parnaíba I, de maneira que sua produção de

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

energia elétrica não consome gás natural, não tendo, portanto, custos de combustível associados. Os demais custos de operação desta usina são reajustados pela inflação americana (CPI-U) e o dólar americano.

Adicionalmente, o preço internacional do petróleo (*Brent*) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis da UTE Porto de Sergipe I; e o IGPM, PPI e o dólar americano impactavam a receita e os custos da UTE Fortaleza até o final de dezembro de 2023. O contrato firmado no ACR com a UTE Fortaleza teve sua vigência encerrada ao final de 2023, portanto, ainda contribuindo para o total de receitas apresentado no exercício social encerrado em 2023. No entanto, este ativo foi desligado ao final de dezembro de 2023 e permanecerá em hibernação, não gerando mais receitas, sejam elas fixas ou variáveis, e custos associados à geração para a Companhia.

As receitas provenientes dos contratos bilaterais firmados entre as SPEs do Complexo Solar Futura 1 e seus respectivos clientes são reajustadas anualmente pelo indexador IPCA.

É importante ressaltar que as operações de liquidação de energia no mercado de curto prazo são impactadas pelo PLD.

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactado pela variação da TJLP, IPCA, CDI, Euribor e a valorização ou desvalorização do Real frente ao dólar americano. Importante ressaltar que até outubro de 2023, o resultado financeiro da Eneva era impactado também pela SOFR (que substituiu a LIBOR em abril de 2023), no entanto, após a conclusão do processo de reestruturação de dívidas da CELSE anteriores à aquisição pela Companhia, as dívidas indexadas a SOFR e dólar americano foram liquidadas integralmente.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

#### (a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

##### 2024

Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e está acompanhando as discussões e analisando os possíveis impactos. Até o momento não identificou a ocorrência de impactos significativos às demonstrações financeiras

##### 2023

Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor: o IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. Outras normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia.

##### 2022

#### **Alterações introduzidas à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido**

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes de o ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

Devido a alteração na norma contábil, as receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.

##### 2021

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

#### (b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que, no período de seis meses findo em 2024 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 o relatório dos auditores independentes não incluíram parágrafos de ênfase ou ressalva.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 – Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

#### (a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2021 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, houve introdução de segmento operacional denominado Usinas Solares.

A introdução deste novo segmento se deu pela combinação de negócios por meio da incorporação da Focus Energia Holding Participações S.A. ("**Focus**") na Eneva II Participações S.A. e, subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, com o maior destaque para o Projeto Futura, que consiste em um complexo de geração de energia solar que está sendo desenvolvido no estado da Bahia, com capacidade instalada de 671 MW, contemplando os projetos de Futura 1, 2 e 3. A primeira usina, a de Futura 1, entrou em operação em maio de 2023. O impacto nas operações do Grupo Eneva trazidos por tais usinas solares incorporadas, quer seja em sua etapa de construção ou quando de suas entradas em operação, é considerado relevante e, por este motivo, a Companhia entende que a introdução de um novo segmento é necessária para demonstrar a forma como será feita a gestão do negócio.

#### (b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2021.

### 2022

#### *Combinação de negócios – Focus*

Em 11 de março de 2022, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a combinação de negócios entre a Companhia e Focus Energia Holding Participações S.A. e suas subsidiárias.

A Focus atuava como uma plataforma integrada de negócios de energia renovável no Brasil, com foco nos segmentos de comercialização, geração de energia para comercialização no mercado livre, geração distribuída e prestação de serviços em energia para geradores e consumidores livres. Além das operações de comercialização de energia, a Focus também possuía como foco principal a construção e desenvolvimento do Projeto Futura, usinas de geração de energia renovável, de fonte solar.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 21 de março de 2022 no montante total de R\$ 936,5 milhões, compostos por R\$ 732,8 milhões de pagamento em dinheiro feito aos antigos acionistas da adquirida (que se referem aos R\$ 715,0 milhões do acordo original

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

atualizados até a data de efetivação do negócio) e R\$ 203,7 milhões equivalentes a emissão de 17 milhões de novas ações da Eneva ao preço unitário de R\$ 11,98 (valor justo das ações na data de aquisição), entregues aos vendedores.

A combinação de negócios com a Focus possui como principais motivadores econômicos e estratégicos (i) a aquisição do Projeto Futura que pretende ser o maior parque de energia solar do Brasil, acelerando desta forma a diversificação da matriz energética da Companhia, sendo este o maior atrativo para a operação; (ii) expansão de sua operação no segmento de comercialização de energia; e (iii) possibilidade de diversos ganhos de sinergias operacionais e financeiras

### *Aquisição de participação – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. ("CGTF")*

Em 23 de agosto de 2022, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a aquisição da totalidade da participação acionária da CGTF.

A CGTF está localizada na região metropolitana do Ceará, integrando o complexo industrial e portuário do Pecém, instalado em uma região estratégica para o crescimento desse estado. Atua na geração e comercialização de energia elétrica, produzindo energia em um ciclo combinado de gás e vapor. Em outubro de 2001, recebeu autorização da Aneel como produtor independente de energia elétrica, sendo o vencimento de sua concessão em dezembro de 2023.

A aquisição da CGTF possui como principal motivador econômico e estratégico o fortalecimento da atuação no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 23 de agosto de 2022, no montante de R\$ 550,6 milhões, composto por R\$ 489,8 milhões efetivamente pagos e R\$ 60,8 milhões relativos ao valor presente do pagamento contingente previsto em caso de reconstrução da planta ("**Earn-out**") até 31 de dezembro de 2028, contabilizado como uma obrigação junto aos antigos acionistas.

A seguir apresentamos a composição da contraprestação transferida e a metodologia de cálculo do *Earn-out*:

<b>Contraprestação paga (R\$ milhares)</b>	
Preço-base	489.757
Valor presente do Earn-out	60.799
<b>Preço total pago</b>	<b>550.556</b>
<b>Earn-out</b>	
Volume contratado <b>(a)</b>	295,33
Valor por MWH <b>(b)</b>	306.000
Valor a ser pago 01/07/2022 - valores reais <b>(c) = (a)*(b)</b>	90.372,36
Fator de correção <b>(d)</b>	1,23
Fator de desconto <b>(e)</b>	0,55
Valor presente do Earn-out <b>(f) = (c) * (d) * (e)</b>	60.799

- (a) Capacidade térmica da usina
- (b) térmica da usina
- (c) Correção monetária contratual (IPCA)
- (d) Taxa de desconto

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### *Aquisição de participação – Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. e da Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A.*

No dia 3 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações das empresas da Celsepar – Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("**Celsepar**"), da Celse – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("**Celse**"), e da Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. ("**Cebarra**"), que possui ativo imobilizado para construção dos projetos de expansão da Celse, e da DC Energia, sociedade holding que detém participação societária na Celsepar e Cebarra.

A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato de aquisição. O valor total da operação foi de R\$ 6.650,1 milhões. Sua conclusão está alinhada com o plano econômico e estratégico da Companhia em fortalecer a atuação no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil.

A Celsepar tem como principal ativo operacional a UTE Porto de Sergipe I, uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade instalada de 1.593 MW, localizada em Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, na região Nordeste do país. A Usina está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044, fazendo jus a uma receita fixa anual de R\$ 1,9 bilhão (novembro de 2021), indexada ao IPCA, acrescida de receita variável equivalente a R\$ 406,2/MWh (junho de 2022), indexada ao Petróleo Brent, conforme os termos do contrato de suprimento de gás.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 03 de outubro de 2022, no montante de R\$6.650,1 milhões, compostos por R\$6.590,3 milhões pagos e com retenção do preço pago (*holdback*) no montante de R\$59,8 milhões. Esse montante de *holdback* está registrado como passivo no balanço da adquirente (controladora).

### *Aquisição de participação – Amapari Energia S.A.*

Em 11 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 55.057.111 ações detidas pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, correspondente a 49% do capital social de Amapari Geração de Energia S.A. pelo montante de R\$ 17,8 milhões. O valor justo da operação é composto por R\$ 21,8 milhões, descontados R\$ 4,0 milhões referentes ao passivo a descoberto, passando a Companhia a deter 100% do capital social da Amapari.

### *Alienação de participações – Focus Mais Geração Distribuída S.A. e Focus Geração Barbacena Ltda.*

No dia 14 de dezembro de 2022, a Eneva e a Focus venderam 100% da participação no capital social e votante das subsidiárias Focus Mais Geração Distribuída S.A. ("**Focus Mais**") e Focus Geração Barbacena Ltda. ("**Barbacena**").

A Focus Mais é proprietária e operadora das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH's) denominadas (i) Camanducaia com capacidade instalada de aproximadamente 2,61MW e (ii) CGH Cachoeira Espírito Santo com capacidade instalada de aproximadamente 1,68MW. A Barbacena

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

é proprietária e operadora das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH's) denominadas (i) CGH Lavras com capacidade instalada aproximadamente de 1,20 MW e da (ii) CGH Ilhéus com capacidade instalada aproximadamente de 2,56MW.

Essas subsidiárias foram adquiridas pela Eneva por meio da combinação de negócios com a Focus, visando principalmente os parques solares (Projeto Futura) e a carteira de clientes de comercialização de energia. Por isso, as referidas CGHs não faziam parte da estratégia operacional da Companhia.

A contraprestação recebida pela venda foi de R\$ 39,1 milhões. O preço de aquisição foi pago pela compradora para cada uma das vendedoras em parcela única: R\$ 21,9 milhões para a Eneva S.A e R\$ 17,2 milhões para a Focus Futura Holding Participações S.A. O ajuste final do preço de aquisição ocorreu após 90 dias da data de fechamento. Foi apurado perda de impairment da venda de R\$ 54,8 milhões, sendo R\$ 27,3 milhões referentes à baixa da mais valia gerada na aquisição das CGHs e R\$ 27,6 milhões de perda na alienação de investimentos referentes à venda da participação da Focus Mais, reconhecidos na demonstração do resultado na linha de "outras receitas (despesas) operacionais". O fechamento da operação ocorreu no dia 01 de fevereiro de 2023.

### (c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, a Companhia concluiu as incorporações das subsidiárias da Celse, da DC Energia e Participações S.A. ("**DC Energia**"), da FC One Energia Ltda. ("**FC One**") e da Platinum Comercializadora de Energia Participações Ltda. ("**Platinum**"). A reorganização teve como principal objetivo a simplificação de sua estrutura societária, redução de custos administrativos, operacionais e otimização financeira (gestão do caixa). A seguir detalhamos a operação de incorporação:

### **Incorporação da Celse e DC Energia**

No dia 3 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Celse e da DC Energia, sociedade *holding* que detém participação societária indireta na Celse. Como resultado desta combinação de negócios, foi registrado mais valia de R\$ 4.565.829 e consequentemente foi constituído um passivo de imposto de renda diferido sobre essa mais valia no montante de R\$ 1.552.334. A constituição desse imposto de renda diferido passivo visou apurar o efeito gerado pela diferença temporal existente entre a base de apuração fiscal e os registros contábeis. No dia 24 de junho de 2024, a Companhia incorporou a Celse e a DC Energia. Essas incorporações foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2023 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

de abril de 2024, após obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias ocorridas no segundo trimestre. Um reflexo contábil importante observado nesta reorganização societária foi a baixa do Imposto de renda e Contribuição Social diferido passivo inicialmente reconhecido (no âmbito da operação de combinação de negócios). Essa baixa foi motivada pelo fato de que após a incorporação societária não haverá diferença entre a base fiscal e valores contábeis. O saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo baixado (descontado dos valores já compensados ao longo do período entre a aquisição e a data de incorporação), totalizando R\$ 1.429,7 milhões, foi registrado no resultado em 30 de junho de 2024.

### **Incorporação das Comercializadoras**

No dia 17 de abril de 2024, foi concluída a incorporação da FC One, da Focus Energia Ltda. e da Platinum, empresas do segmento de comercialização. A incorporação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2023, e o processo de aprovação por todos os órgãos reguladores pertinentes foi concluído em abril de 2024.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a incorporação da CGTF, conforme aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica em 7 de março de 2023. Essa movimentação societária teve como objetivo capturar as sinergias e eficiências administrativas e operacionais mapeadas no processo de aquisição dessa empresa.

Os Diretores informam que não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.



## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5 - Medições não contábeis

#### (a) valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 as seguintes medições não contábeis:

#### **EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, que consiste no lucro líquido do exercício/período ajustado pelo (i) resultado financeiro líquido; (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido; e (iii) despesas e custos com a depreciação e amortização.

A Margem EBITDA, por sua vez, é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício/período, ajustado pela baixa de poços secos e áreas subcomerciais. A Margem EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão, e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado elaborados por outras empresas, bem como, não devem ser analisados de forma isolada.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2024	2023
<b>EBITDA</b>	2.159,6	2.356,5
<b>Margem EBITDA</b>	54,7%	47,3%
<b>EBITDA Ajustado</b>	2.182,8	2.357,1
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	55,3%	47,3%

## 2.5 Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
<b>EBITDA</b>	4.284,1	2.122,5	2.200,6
<b>Margem EBITDA</b>	42,5%	34,6%	42,9%
<b>EBITDA Ajustado</b>	4.313,5	2.150,3	2.256,9
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	42,7%	35,1%	44,0%

### **Endividamento Bruto e Endividamento Líquido**

O Endividamento Bruto é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos empréstimos e financiamentos e debêntures e dos instrumentos financeiros derivativos – *swap* debêntures (passivo). A Companhia utiliza o Endividamento Bruto como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras.

O Endividamento Líquido é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo do Endividamento Bruto, líquido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia utiliza o Endividamento Líquido para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. O Endividamento Bruto e Endividamento Líquido não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis ao Endividamento Bruto e Endividamento Líquido elaborados por outras empresas.

(em R\$ milhões)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022	2021
<b>Endividamento Bruto</b>	19.528,9	19.700,7	18.605,3	7.747,4
<b>Endividamento Líquido</b>	17.828,8	17.108,0	16.582,7	6.069,7

### **(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

## 2.5 Medições não contábeis

### **EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado correspondentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2024	2023
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.253,6</b>	<b>612,6</b>
(+) Resultado financeiro	1.625,8	743,4
(+) Depreciação e Amortização	692,6	796,5
(+ / -) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(1.412,4)	204,0
<b>EBITDA</b>	<b>2.159,6</b>	<b>2.356,5</b>
Receita de venda de bens e/ou serviços	3.947,7	4.982,5
<b>Margem EBITDA</b>	<b>54,7%</b>	<b>47,3%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>2.159,6</b>	<b>2.356,5</b>
(+) Baixa de Poços Secos e áreas subcomerciais <sup>(a)</sup>	23,2	0,6
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.182,8</b>	<b>2.357,1</b>
Receita de venda de bens e/ou serviços	3.947,7	4.982,5
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>55,3%</b>	<b>47,3%</b>

(a) Baixa de Poços Secos e áreas subcomerciais consistem em poços exploratórios que se revelaram secos ou subcomerciais para a produção de gás natural.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado correspondentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>303,4</b>	<b>375,8</b>	<b>1.173,3</b>
(+) Resultado financeiro, líquido	2.390,8	767,2	186,5
(+) Depreciação e Amortização	1.611,7	838,5	608,8
(+ / -) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, líquido	(21,9)	141,0	232,0
<b>EBITDA</b>	<b>4.284,1</b>	<b>2.122,5</b>	<b>2.200,6</b>
Receita operacional líquida	10.090,9	6.128,6	5.124,4
<b>Margem EBITDA</b>	<b>42,5%</b>	<b>34,6%</b>	<b>42,9%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>4.284,1</b>	<b>2.122,5</b>	<b>2.200,6</b>
(+) Baixa de Poços Secos e áreas subcomerciais <sup>(a)</sup>	29,4	27,8	56,3
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>4.313,5</b>	<b>2.150,3</b>	<b>2.256,9</b>
Receita operacional líquida	10.090,9	6.128,6	5.124,4
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>42,7%</b>	<b>35,1%</b>	<b>44,0%</b>

(a) Baixa de Poços Secos e áreas subcomerciais consistem em poços exploratórios que se revelaram secos ou subcomerciais para a produção de gás natural.

## 2.5 Medições não contábeis

### **Endividamento Bruto e Endividamento Líquido**

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	1.058,3	813,0	365,5	77,8
Debêntures	543,6	1.306,7	865,5	284,8
Instrumentos financeiros derivativos - Swap debêntures (passivo)	-	-	143,3	-
<b>Total Circulante (1)</b>	<b>1.601,9</b>	<b>2.119,7</b>	<b>1.374,3</b>	<b>362,6</b>
Empréstimos e financiamentos	2.989,7	3.049,0	4.528,8	1.709,3
Debêntures	14.937,3	14.532,0	12.702,2	5.675,5
<b>Total não circulante (2)</b>	<b>17.927,0</b>	<b>17.581,0</b>	<b>17.231,0</b>	<b>7.384,8</b>
<b>Endividamento Bruto (1+2)</b>	<b>19.528,9</b>	<b>19.700,7</b>	<b>18.605,3</b>	<b>7.747,4</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.201,3)	(2.342,1)	(1.291,3)	(992,3)
(-) Títulos e valores mobiliários	(498,8)	(250,6)	(731,3)	(685,4)
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>17.828,8</b>	<b>17.108,0</b>	<b>16.582,7</b>	<b>6.069,7</b>

**(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### **EBITDA e EBITDA Ajustado**

A Companhia divulga ao mercado o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA acrescido de Poços Secos e PECLD, expurgando efeitos que podem dificultar a compreensão sobre a performance operacional e financeira da Companhia, com eventos que não representam saída direta de caixa no mesmo período em que são realizadas. O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas BR GAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis com medidas semelhantes utilizadas por outras companhias.

A Companhia utiliza o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita serem medidas práticas para medir desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que correspondem, conforme aplicável, a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros.

## 2.5 Medições não contábeis

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como uma informação adicional sobre rentabilidade e deve ser considerado em conjunto com outras medidas e indicadores para um melhor entendimento sobre o desempenho e condições financeiras da Companhia.

### **Endividamento Bruto e Endividamento Líquido**

A Companhia acredita que o endividamento bruto e o endividamento líquido são medições não contábeis amplamente utilizadas no mercado financeiro e as utilizam para avaliação financeira, compondo inclusive os *covenants* financeiros apurados a cada período pela Companhia (conforme o caso).

Não existe uma definição padrão para medição não contábil de endividamento líquido (ou de endividamento bruto) e a definição utilizada pela Companhia pode ser diferente daquela usada por outras companhias. Endividamento bruto e endividamento líquido não são medidas de endividamento segundo as BR GAAP e IFRS, como também não são medições do fluxo de caixa, liquidez ou recursos disponíveis para o serviço da dívida da Companhia.

O Endividamento Bruto e o Endividamento Líquido apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não devem ser considerados isoladamente ou como substituto do indicador de liquidez ou desempenho.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às informações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho 2024:

#### **Celebração de memorandos de entendimento para operações de combinação de negócios e *Follow-on***

Em 16 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a estruturação de uma oferta pública primária de ações (*Follow-on*) da Companhia e celebrou, de forma vinculante, os termos e condições para a implementação de operações distintas de combinação de negócios.

O *Follow-on* terá como base o aumento do seu capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante inicial de R\$ 3.200.000, com a possibilidade de emissão de um lote adicional de novas ações em valor correspondente a até R\$ 1.000.000, perfazendo o montante total de até R\$ 4.200.000.

No âmbito do potencial *Follow-on*, as ações serão emitidas a um preço por ação de R\$ 14,00, com garantia firme da Partners Alpha Investments LLC, acionista titular de ações ordinárias representativas de 15,02% do capital social da Companhia. Desde que a precificação do *Follow-on* ocorra até o dia 31 de dezembro de 2024, existe o compromisso irrevogável e irretratável de subscrever novas Ações, ao Preço por Ação, em quantidade suficiente para assegurar a colocação de 100% do montante inicial.

Os recursos a serem captados pela Eneva por meio do potencial *Follow-on* serão utilizados para:

(i) acelerar a implementação do plano de negócios da Companhia e sua estratégia de longo prazo em seus segmentos de atuação, incluindo mas não se limitando à estruturação de projetos greenfield e brownfield em leilões de geração de energia, investimentos em E&P, acelerando as campanhas exploratórias nas bacias do Parnaíba e do Amazonas e o desenvolvimento da bacia do Paraná, investimentos no mercado de gás não conectado à malha ("**Off-grid**"), com a oferta de soluções para clientes industriais e para o mercado de transporte rodoviário, e a realização de operações de M&A (mergers & acquisitions), incluindo as aquisições de ativos. (ii) otimizar a sua estrutura de capital, fortalecendo o balanço da Companhia e reduzindo sua alavancagem

Adicionalmente, nesse mesmo dia, a Companhia celebrou de forma vinculante a compra das participações acionárias das termelétricas Tevisa Termelétrica Viana S.A., Povoação Energia S.A., Geradora de Energia do Maranhão S.A. e Linhares Geradora S.A., atualmente detidas pelo BTG Pactual S.A., BTG Pactual Holding Participações S.A. e BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura em sociedades.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

O portfólio de geração termoeletrico tem valor base de R\$ 2,9 bilhões, avaliados por um fluxo de caixa contratado, descontando a taxa superior a TIR implícita da Eneva. Sujeito a ajustes em diligência confirmatória, o pagamento ocorrerá da seguinte maneira:

- R\$ 1,7 bilhão: UTEs Tevisa e Povoação: 100% em ações da Eneva, avaliadas em R\$ 14,00/ação.
- R\$ 1,2 bilhão; UTEs Linhares e Gera Maranhão: 100% em caixa, com uso dos recursos do Follow-on, nos termos da Capitalização.

A Companhia esclarece que a efetiva realização do potencial Follow-on, com as características descritas acima, depende da aprovação dos documentos finais pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como das aprovações regulatórias aplicáveis.

### **Antecipação de recebíveis da UTE Porto do Sergipe I**

No dia 26 de julho de 2024, a Eneva realizou a operação de cessão parcial dos direitos creditórios decorrentes da Receita Fixa dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR da Usina Termelétrica Porto de Sergipe I por disponibilidade, relativos ao período de janeiro de 2026 a fevereiro de 2030, com liquidação imediata destes recebíveis, no valor total de R\$ 2,7 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), líquido dos encargos pela antecipação, à taxa de DI+1,3950% a.a. Os recursos serão utilizados na execução do plano de *liability management* da Companhia, com a liquidação antecipada de contratos de dívida com custo e prazo médio menos vantajosos para a Eneva.

### **Celebração de contrato de suprimento de gás natural**

No dia 23 de julho de 2024, a Companhia celebrou contrato para fornecimento de gás natural para a Companhia Pernambucana de Gás (Copergás) para seus projetos de redes locais, localizadas nos municípios de Petrolina e Garanhuns no estado de Pernambuco.

A Companhia suprirá o gás a partir de suas concessões na Bacia do Parnaíba e será responsável pelas operações de liquefação, transporte e regaseificação do gás natural liquefeito (GNL), esta última acontecendo nas plantas de regaseificação da Copergás em Petrolina e Garanhuns, que serão operadas pela Eneva.

O Contrato possui vigência de 3 anos, a partir do início do fornecimento comercial, previsto para final de agosto de 2024, e perspectiva de entrega de até 35.000 m<sup>3</sup>/dia de gás natural em Petrolina e de até 5.000 m<sup>3</sup>/dia de gás natural em Garanhuns. A assinatura do Contrato consolida a ampliação da comercialização de gás natural para terceiros pela Companhia e fortalece o modelo de negócios de venda de gás liquefeito em pequena escala (SSLNG).

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 - Destinação de resultados

	2023	2022	2021
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro líquido do exercício, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite previsto em lei; (ii) uma parcela, por proposta do Conselho de Administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas; (iv) formação de reserva de lucros a realizar, por proposta do Conselho de Administração, caso o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; (v) retenção com base em orçamento de capital previamente aprovado, por proposta do Conselho de Administração; e (vi) formação de reserva estatutária, denominada "Reserva de Investimentos", com a finalidade de financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, com até 100% do lucro líquido remanescente, e cujo saldo, somado às demais reservas de lucro, com exceção da reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite previsto em lei; (ii) formação de reserva para contingências, por proposta do Conselho de Administração; (iii) pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas; (iv) formação de reserva de lucros a realizar, por proposta do Conselho de Administração, caso o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; (v) retenção com base em orçamento de capital, por proposta do Conselho de Administração; e (vi) formação de reserva estatutária, denominada "Reserva de Investimentos", com a finalidade de financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com até 100% do lucro líquido remanescente, e cujo saldo, somado às demais reservas de lucro, com exceção da reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite previsto em lei; (ii) formação de reserva para contingências, por proposta do Conselho de Administração; (iii) pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas; (iv) formação de reserva de lucros a realizar, por proposta do Conselho de Administração, caso o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; (v) retenção com base em orçamento de capital, por proposta do Conselho de Administração; e (vi) formação de reserva estatutária, denominada "Reserva de Investimentos", com a finalidade de financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com até 100% do lucro líquido remanescente, e cujo saldo, somado às demais reservas de lucro, com exceção da reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da Companhia.</p>



## 2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
<b>a.i. valores das Retenções de Lucros</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi apurado resultado positivo no montante de R\$ 303.431.265,86 (trezentos e três milhões, quatrocentos e trinta e um mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), o qual foi destinado para absorção de prejuízos acumulados da Companhia.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi apurado resultado positivo no montante de R\$ 375.774.566,81 (trezentos e setenta e cinco milhões setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos), o qual foi destinado para absorção de prejuízos acumulados da Companhia.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi apurado resultado positivo no montante de R\$ 1.173.300.000 (um bilhão, cento e setenta e três milhões, trezentos mil reais) o qual foi destinado para absorção de prejuízos acumulados da Companhia, para constituição de reserva de incentivos fiscais
<b>a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Todo o resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi destinado à absorção de prejuízos acumulados da Companhia. Observada a legislação tributária aplicável, tão logo a Companhia apure lucro líquido, será proposta à assembleia geral, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), a instituição formal da reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$157,4 milhões.	Todo o resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi destinado à absorção de prejuízos acumulados da Companhia. Observada a legislação tributária aplicável, tão logo a Companhia apure lucro líquido, será proposta à assembleia geral, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A., a instituição formal da reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$203,8 milhões.	Todo o resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi destinado à absorção de prejuízos acumulados da Companhia, observada a legislação tributária aplicável, tão logo a Companhia apure lucro líquido, será proposta à assembleia geral, nos termos do artigo 195-A da lei das S.A., a instituição formal da reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$357,5 milhões

## 2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, revertendo, neste caso, em favor da Companhia. O pagamento do dividendo obrigatório pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.</p> <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi apurado resultado positivo. No entanto, considerando o saldo de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, não houve qualquer distribuição de dividendos.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, revertendo, neste caso, em favor da Companhia. O pagamento do dividendo obrigatório pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi apurado resultado positivo. No entanto, considerando o saldo de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, não houve qualquer distribuição de dividendos.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, revertendo, neste caso, em favor da Companhia. O pagamento do dividendo obrigatório pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.</p> <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi apurado resultado positivo. No entanto, considerando o saldo de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, não houve qualquer distribuição de dividendos.</p>

## 2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou de período menores, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou de período menores, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou de período menores, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
<b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	A Lei das S.A. permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer sobre essa informação. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão, na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	A Lei das S.A. permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer sobre essa informação. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão, na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. Além disso, o pagamento do dividendo obrigatório	A Lei das S.A. permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer sobre essa informação. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão, na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. Além disso, o pagamento do dividendo obrigatório

## 2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	<p>Além disso, o pagamento do dividendo obrigatório pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei, para destinar o excesso para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva só pode ser usada para pagamento do dividendo obrigatório.</p> <p>A Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável, são partes em financiamentos de projetos que contém cláusulas que restringem a distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório conforme previsto nos respectivos estatutos sociais, exceto para os casos de anuência prévia.</p> <p>Para mais informações, ver os itens 2.1 e 12.9 do Formulário de Referência.</p>	<p>pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei, para destinar o excesso para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva só pode ser usada para pagamento do dividendo obrigatório.</p> <p>A Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável, são partes em financiamentos de projetos que contém cláusulas que restringem a distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório conforme previsto nos respectivos estatutos sociais, exceto para os casos de anuência prévia.</p> <p>Para mais informações, ver os itens 2.1 e 12.9 deste Formulário de Referência.</p>	<p>pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei, para destinar o excesso para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva só pode ser usada para pagamento do dividendo obrigatório.</p> <p>A Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável, são partes em financiamentos de projetos que contém cláusulas que restringem a distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório conforme previsto nos respectivos estatutos sociais, exceto para os casos de anuência prévia.</p> <p>Para mais informações, ver os itens 2.1 e 12.9 deste Formulário de Referência.</p>
<b>e. política de destinação de resultados</b>	<p>A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, aprovado pelos acionistas e disponível nos <i>websites</i> da Companhia (<a href="http://ri.eneva.com.br">ri.eneva.com.br</a>), da CVM (<a href="http://gov.br/cvm">gov.br/cvm</a>) e da B3 (<a href="http://b3.com.br">b3.com.br</a>), não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.</p>	<p>A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, aprovado pelos acionistas e disponível nos <i>websites</i> da Companhia (<a href="http://ri.eneva.com.br">ri.eneva.com.br</a>), da CVM (<a href="http://gov.br/cvm">gov.br/cvm</a>) e da B3 (<a href="http://b3.com.br">b3.com.br</a>), não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.</p>	<p>A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, aprovado pelos acionistas e disponível nos <i>websites</i> da Companhia (<a href="http://ri.eneva.com.br">ri.eneva.com.br</a>), da CVM (<a href="http://gov.br/cvm">gov.br/cvm</a>) e da B3 (<a href="http://b3.com.br">b3.com.br</a>), não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.</p>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Diretoria comunica que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido em suas informações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Diretoria comunica que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados em suas informações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**(iii) contratos de construção não terminada**

A Diretoria comunica que não há construção não terminada não evidenciada em suas informações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Diretoria comunica que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados em suas informações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e nas demonstrações financeiras da Companhia referentes e os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e nas demonstrações financeiras da Companhia referentes e os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e nas demonstrações financeiras da Companhia referentes e os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 - Plano de negócios

#### (a) investimentos

##### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia possui atualmente em seu portfólio projetos relevantes em construção, conforme descritos abaixo:

#### **Projeto Azulão 950 MW:**

O Projeto Azulão 950MW, localizado no Estado do Amazonas, nas proximidades do Campo do Azulão, é um novo complexo termelétrico em implementação pela Eneva. Ele será formado pelas usinas UTE Azulão ("UTE Azulão I") e UTE Azulão II e UTE Azulão IV (em conjunto "UTE Azulão II"), supridas pelo gás natural do Campo de Azulão, replicando o modelo R2W (*Reservoir-to-Wire*) para a Bacia do Amazonas. A UTE Azulão I, uma usina em ciclo simples a ser construída com 1 turbina a gás de 360MW de capacidade, sagrou-se vencedora no 1º Leilão de Capacidade da ANEEL realizado em dezembro de 2021 com a venda de 295MW de potência a partir de agosto de 2026 por 15 anos. A UTE Azulão II, uma usina em ciclo combinado que terá 1 turbina a gás natural de 360MW de capacidade e 1 turbina a vapor de 230MW de capacidade, sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia da ANEEL, com a contratação de 520,8MW de potência com inflexibilidade contratual de 70%, pelo prazo de 15 anos, a partir de 31 de dezembro de 2026.

Ao final de 2023, o projeto estava com obras civis em andamento, sobretudo com a finalização da fase de terraplenagem, fundações e formas da ilha de potência. O total de R\$ 1.097,4 milhões investidos neste projeto ao longo de 2023 foram direcionados às obras civis e desenvolvimento da engenharia do projeto. Parte dos investimentos também foram destinados para atividades de E&P, principalmente, para perfuração e desenvolvimentos de novos poços.

Relativos à UTE, foram realizados investimentos no primeiro semestre de 2024, principalmente, para os pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços de construção, montagem, logística, relacionados a equipamentos, entre outros.

#### **UTE Parnaíba VI:**

Em 18 de outubro de 2019, a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (Parnaíba III), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW (UTE Parnaíba VI), sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6 de 2019 da ANEEL, assegurando um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2025. O investimento estimado para a implantação do projeto é de R\$ 651 milhões, em termos reais com data base referente ao ano de 2022.

A construção do projeto UTE Parnaíba VI foi iniciada em 2022, encerrando o ano de 2023 na fase final de construção e montagem.

## 2.10 Planos de negócios

Os investimentos realizados em 2023 somaram R\$ 298,9 milhões, cujo montante incluiu a conclusão da montagem dos módulos da caldeira de recuperação de calor e da bacia de contenção, compra de equipamentos, montagem de estruturas metálicas e infraestrutura elétrica da área da turbina a vapor, energização de painéis dos eletrocentros principal e secundário, além do pagamento de EPCista referente à conclusão da montagem de diversos equipamentos na planta.

Um total de R\$ 66,7 milhões foram investidos no primeiro semestre de 2024, sendo principalmente destinados à prestação de serviços de EPCista.

Os principais marcos previstos para este projeto incluem o início da operação em teste e o início da operação comercial até o final de 2024, com o contrato de energia firmado no ACR com vigência a partir de 2025.

### **Plantas de Liquefação de Gás Natural no Maranhão:**

Em 2022, a Eneva assinou dois contratos de venda de gás natural liquefeito (GNL) com dois clientes, para atendimento às suas respectivas instalações industriais. A Companhia suprirá o GNL a partir de suas concessões na Bacia do Parnaíba, localizadas no estado do Maranhão, onde serão instaladas duas unidades de liquefação de gás natural com capacidade instalada de 300.000m<sup>3</sup>/dia, totalizando capacidade de liquefação total de 600.000m<sup>3</sup>/dia. O primeiro contrato firmado possui vigência de 10 anos e o segundo contrato de 5 anos a partir do início do fornecimento comercial, previsto para o exercício social de 2024 para ambos os clientes. O investimento total estimado para a implantação das duas unidades de liquefação é de R\$ 980 milhões, em termos reais com data base referente ao ano de 2022.

Em 2023 foram realizados investimentos que totalizaram R\$ 343,6 milhões nesse projeto, alcançando os marcos relacionados à conclusão da terraplanagem do site de liquefação, continuidade das obras civis, conclusão das bases de civis na planta de liquefação, recebimento e início de comissionamento de carretas criogênicas e recebimento de equipamentos na planta de regaseificação. A expectativa da Companhia é iniciar a operação comercial no segundo semestre de 2024.

Um total de R\$ 211,0 milhões foram investidos no primeiro semestre de 2024, sendo, principalmente para atividades de construção, montagem e compra de equipamentos e realização dos testes nas unidades.

Além dos projetos em construção mencionados acima, vale destacar os investimentos realizados ao longo de 2023 no Complexo Solar Futura 1, que entrou em operação em maio de 2023, com pagamentos de fornecedores de placas solares e equipamentos, no contexto do início da operação comercial em maio de 2023, além de troca de equipamentos visando aumentar a confiabilidade da operação, no âmbito do processo de estabilização das usinas fotovoltaicas ocorrido ao longo do ano. Os investimentos no Complexo Solar no exercício social de 2023 somaram R\$ 109,0 milhões.



## 2.10 Planos de negócios

### Projetos Operacionais e Outros:

Adicionalmente, a Companhia possui empreendimentos operacionais que demandam investimentos periódicos.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, os investimentos mais relevantes foram:

- (i) R\$ 26,2 milhões destinados às usinas do Complexo Parnaíba – UTEs Parnaíba I, II, III, IV e V – sendo principalmente relacionados ao pagamento do Continued Service Agreement - CSA à GE, referente às horas operacionais da turbina em atividade para o despacho;
- (ii) R\$ 7,5 milhões destinados às usinas do segmento de geração a carvão para, principalmente, investimentos em recomposição estrutural de caldeiras, serviços técnicos para adequação aos requisitos da NR12 e NR13 e obras de melhorias referente à contenção de taludes e em atualizações tecnológicas de peças sobressalentes (R\$ 1,5 milhão) e materiais elétricos (R\$ 1,6 milhão);
- (iii) R\$ 30,8 milhões destinados à UTE Porto de Sergipe I, referentes, principalmente, à reforma para atendimento às exigências do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, ao pagamento do CSA à GE e aos custos relacionados ao compressor;
- (iv) R\$ 36,7 milhões destinados ao Sistema Integrado Azulão-Jaguatirica, referentes, principalmente: (a) à manutenção pesada do Sistema de Tratamento de Gás do Azulão - STGA; (b) ao contrato de manutenção das turbinas a gás e a vapor; (c) à execução do projeto de implementação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA; e (d) à implementação das melhorias na UGNL;
- (v) R\$ 32,7 milhões destinados à GNL Brasil referente à compra das carretas criogênicas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos mais relevantes foram:

- (i) R\$ 125,1 milhões destinados às usinas do Complexo Parnaíba – UTEs Parnaíba I, II, III, IV e V – sendo principalmente relacionados à Parnaíba V, com a compra de materiais e sobressalentes para a planta e atividades de compensação ambiental, obras de recuperação das encostas naturais e de drenagem pluvial. O montante restante foi destinado às usinas Parnaíba I e II para fazer frente aos contratos de manutenção de turbinas e das plantas realizados ao longo de 2023, além de intervenções para melhoria da eficiência da usina na Parnaíba II;
- (ii) R\$ 84,5 milhões direcionados à UTE Jaguatirica II relacionados a contratos de manutenção da planta, serviços de manutenção das turbinas, aquisições de materiais e serviços, assim como construção, instalação e montagem de novas carretas criogênicas. Vale destacar a implementação de melhorias na Unidade de Liquefação de Gás Natural,

## 2.10 Planos de negócios

no âmbito do processo de estabilização da planta de liquefação da UTE finalizado em 2023;

- (iii) R\$ 25,4 milhões foram direcionados à UTE Porto de Sergipe I para fazer frente, principalmente, à contratos de manutenção e aquisição de sobressalentes e transformadores;
- (iv) R\$ 18,4 milhões realizados na UTE Itaqui relacionados, sobretudo, à conclusão de recuperação da torre de resfriamento, fabricação e substituição das estruturas degradadas, além de instalação de novo sistema de refrigeração;
- (v) R\$ 14,8 milhões destinados à UTE Fortaleza relacionados, principalmente, aos custos da adutora e ao *Long Term Service Agreement* fixo e variável;
- (vi) R\$ 9,7 milhões destinados à UTE Pecém II referentes à recuperação da estrutura civil da torre de resfriamento e do sistema de alimentação da caldeira, em conjunto com a revitalização e adequação de estruturas e equipamentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 também foram investidos R\$ 446,9 milhões nas atividades de *Upstream*, excluindo os valores associados aos investimentos de Exploração e Produção referentes ao projeto Azulão 950 MW.

### Projetos em Estudo e Desenvolvimento para Expansão do Parque de Geração

A Companhia possui projetos em estudo e desenvolvimento para ampliação do seu parque de geração, sendo o mais relevante:

#### Térmica a Gás

As subsidiárias da Companhia detêm licenças ambientais para adicionar 3.413 MW no Complexo do Hub Sergipe, os quais poderão ser comercializados na hipótese da Companhia: sagrar-se vencedora em futuros leilões do governo;

#### Solar

Usinas fotovoltaicas outorgadas que somam 721,3 MW (Futura II) e 51,555 MW (Tauá II), originalmente situadas nos territórios da Bahia e Ceará.

#### Eólica

Usinas eólicas outorgadas (Complexo Santo Expedito) que somam 275 MW de potência, no território do Rio Grande do Norte.

### **(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de empréstimos e financiamentos. Para os investimentos a

## 2.10 Planos de negócios

serem realizados, a Companhia buscará, em ocasião oportuna, a melhor estrutura de capital para financiamento dos investimentos.

### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

A Companhia informa que não houve desinvestimento relevante no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e não há previsão de desinvestimentos relevantes no exercício social de 2024, contudo vale destacar que conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 09 de junho de 2023, a Companhia está em processo de avaliação de potenciais parceiros estratégicos para plataforma de ativos renováveis, o qual permanece em andamento. Não obstante, a Companhia está constantemente avaliando as oportunidades de mercado para a realização de investimentos ou desinvestimentos oportunistas que possam otimizar o seu portfólio e gerar valor a seus acionistas.

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Os diretores informam que não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no período de seis meses findo em 2024.

### **2023**

Os diretores informam que no exercício social de 2023, a Companhia adquiriu equipamentos e ativos necessários para o avanço de projetos em desenvolvimento, conforme descritos no item 2.10.a.i., como também equipamentos necessários para manutenção das plantas em operação. As principais aquisições de equipamentos em 2023, foram referentes a: (i) aquisição das primeiras carretas criogênicas para o projeto do SSLNG; (ii) aquisição de uma turbina a gás solar T60 (MPU) para Azulão; (iii) aquisição de turbina (Siemens), condensador e todos os componentes faltantes para o sistema da caldeira da usina Parnaíba VI; (iv) aquisição de mais 05 unidades de liquefação de gás (*Cryobox* – composto por um módulo de compressão, com um compressor alternativo de 4 estágios, e outro de geração de GNL), para suprir 100% do despacho da usina de Jaguatirica II.

### **2022**

#### **Aquisição da CGTF**

Em agosto de 2022, a Eneva concluiu a aquisição de 100% das ações emitidas pela CGTF de propriedade da Enel Brasil S.A. O principal ativo adquirido por meio da operação foi a UTE

## 2.10 Planos de negócios

Fortaleza, uma usina operacional a gás natural com capacidade instalada de 327MW, que possui contrato de comercialização de energia com a distribuidora do estado Ceará, com vigência até dezembro de 2023. A operação foi concluída com o pagamento de R\$ 489.755.891,94 pela Companhia, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações. A operação também previu pagamentos contingentes à reconstrução futura da planta, que podem alcançar até R\$ 97 milhões.

A operação poderá ainda gerar valor adicional com uma eventual nova contratação da potência da UTE Fortaleza em leilão de geração da ANEEL, postergando o ciclo de geração da usina que já possui CAPEX construído e depreciado.

### Aquisição da CELSE

Em outubro de 2022, a Companhia concluiu aquisição de 100% das ações de emissão da Celsepar e da Cebarra detidas diretamente pela LNG Power Limited (subsidiária da empresa norte-americana New Fortress Energy Inc.) e indiretamente pelos acionistas da DC Energia e Participações S.A. ("**Vendedores**" e "**DC Energia**", respectivamente) ("**Operação**"). A Operação também contemplou a aquisição de 100% das ações de emissão da DC Energia, sociedade holding que detém participação societária na Celsepar e na Cebarra. O valor total da operação foi de R\$ 6,7 bilhões, composto pelo valor base de R\$ 6,1 bilhões e certos componentes positivos e negativos na forma do Contrato de Compra e Venda de Ações.

O principal ativo adquirido foi a UTE Porto de Sergipe I, uma usina operacional termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade instalada de 1.593 MW, localizada em Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, na região Nordeste do país. A usina está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044.

A conclusão da Operação está alinhada com o planejamento estratégico da Companhia e fortalece a atuação do grupo no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil. A aquisição da Celse ainda oferecerá à Companhia oportunidades relevantes para valorizar o ativo e transformá-lo no primeiro hub de gás da Companhia, o Hub Sergipe.

Sobre as principais aquisições de equipamentos em 2022, pode-se destacar: (i) no Projeto Azulão 950 MW, foram adquiridos duas turbinas a gás modelo 7HA, 360MW; 1 turbina a vapor 230MW, 1 caldeira de recuperação de calor (HRSG), 1 condensador e sistema de controle (DCS), adquiridos com a empresa GE (General Electric); (ii) nas plantas de liquefação de gás natural no Maranhão, foram adquiridos os equipamentos dos sistemas de pré-tratamento (*skids* de amina e desidratação), liquefação (*Cold Box*, compressor e unidade de resfriamento), armazenagem (tanques de GNL) e transferência (*Skids* de bombeamento e carregamento) adquiridos com a empresa Cosmodyne, assim como os equipamentos dos sistemas de vaporização (vaporizadores), descarregamento (*Skids* de descarregamento de GNL), armazenagem (tanques de GNL) e de medição (cromatógrafo), adquiridos com a empresa PRF; (iii) na usina Parnaíba VI, foi adquirida a torre de resfriamento, a planta de tratamento de água, as bombas de alimentação e circulação,

## 2.10 Planos de negócios

as válvula *by-pass*, o transformador elevador, a subestação 500kV e o disjuntor de máquina e DCS.

### (c) novos produtos e serviços

Com o crescimento das reservas da Bacia do Parnaíba e a experiência adquirida com o GNL em pequena escala ("**SSLNG**") com a implementação do projeto Azulão-Jaguatirica, a Companhia desenvolveu uma nova linha de negócios no estado do Maranhão para oferecer soluções para clientes que buscam GNL para suprir seus processos produtivos, ou para outros players do mercado, como distribuidores. A solução oferecida permite a substituição de um combustível altamente poluente pelo gás natural, uma alternativa mais limpa e com custo mais competitivo aos clientes, em um estado que não está conectado aos gasodutos nacionais de transporte de gás e que conta com uma matriz energética altamente dependente de produtos de petróleo. A Eneva celebrou três contratos de venda de GNL, sendo dois para clientes industriais e um para um distribuidor, com vigências de 5 anos, 10 e 3 anos a partir do início do fornecimento comercial.

Para administrar a logística, a Eneva formou uma *joint-venture* com a Virtu GNL (51% e 49%, respectivamente), uma empresa de logística com experiência no transporte de fluidos criogênicos no norte do Brasil. A *joint-venture*, denominada GNL Brasil, investirá em sua frota própria de caminhões e carretas criogênicas, possibilitando à Eneva verticalizar toda a cadeia de valor do SSLNG, agregando o conhecimento de logística de fluidos criogênicos às nossas competências e mitigando a dependência de fornecedores em uma atividade altamente especializada.

A Companhia celebrou, em junho/24 o primeiro contrato de suprimento de gás natural flexível com a Linhares Geração S.A, detentora da UTE Luiz Oscar Rodrigues de Melo, usina que comercializou 204 MW no produto potência no Leilão de Reserva de Capacidade realizado em 21 de dezembro de 2021 (Leilão Nº 11/2021-ANEEL), firmando Contrato de Reserva de Capacidade para Potência ("**CRCAP**") pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 1º de julho de 2026, quando se inicia o compromisso de suprimento de gás natural pela Eneva. O suprimento do gás natural será realizado a partir de GNL importado no Hub Sergipe e utilizará cerca de 1,07 milhões de m³/dia dos 21 milhões de m³/dia de capacidade total de regaseificação do ativo.

### (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia busca desenvolver todos os seus projetos de forma sustentável, visando otimizar a eficiência energética e operacional a custos baixos, mantendo, em paralelo, proteção ao meio ambiente. Desse modo, a Companhia atua continuamente na pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, através do estado da arte de métodos e tecnologias e projetos ambientalmente sustentáveis. No ano de 2024, a empresa continua a direcionar o P&D como uma ferramenta "meio" para avançar em um tema extremamente estratégico: a descarbonização, pauta que tem trazido consigo uma série de ideias e projetos potenciais.

## 2.10 Planos de negócios

No exercício social de 2024, a Companhia continuou a sua parceria de investimento em projeto de pesquisa e desenvolvimento com a Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e a Hytron, que tem como objetivo desenvolver uma planta piloto para produção de hidrogênio verde.

A Companhia também avançou nos trabalhos no âmbito da parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) no desenvolvimento do projeto piloto de captura de CO<sub>2</sub> em laboratório para aplicação em termelétricas além da parceria no desenvolvimento do projeto de Injeção e estocagem de CO<sub>2</sub> em reservatórios já depletados junto a UFC.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento com instituições de ensino como a Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil (INESC Brasil), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e com outros parceiros como Radix Engenharia, Datalife, Khomp e Jordão Energia. Essas pesquisas englobam temas de diferentes áreas, tais como: Segurança do trabalho, Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina.

### (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento regulado da ANEEL e da Lei 9.991/2000, no período de seis meses findo em 2024 a Companhia investiu R\$ 29,1 milhões. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia investiu mais de R\$ 19 milhões em 7 projetos em andamento, em 2022, a Companhia investiu mais de R\$ 5 milhões e encerrou cinco projetos ao longo do ano, já em 2021 a Companhia investiu R\$11,7 milhões.

### (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Seguem abaixo os projetos em desenvolvimento em 30 de junho de 2024:

- **Projeto intitulado "Otimização do processo de captura de CO<sub>2</sub> MBTSA em escala piloto visando a aplicação em usinas termelétricas":** o projeto de P&D, também conhecido como Captura de CO<sub>2</sub>, tem como produto principal uma planta piloto (máquina ou equipamento) na fase cabeça de série com a tecnologia de adsorção de CO<sub>2</sub> em leito movente com oscilação de temperatura (MBTSA) a ser instalada futuramente em usinas termelétricas a gás e carvão mineral. Teve seu início em 07 de dezembro de 2022, com uma duração de 25 meses, em parceria com as executoras SATC e UFC, desembolsando R\$ 4,4 milhões em 2023;
- **Projeto intitulado "Desenvolvimento de sistema de gerenciamento de recursos e ativos-Data Life":** também identificado como Data Life, o projeto tem como objetivo o desenvolvimento de crachás: Inteligentes e Bluetooth, capazes de monitorar recursos em tempo real, em uma plataforma on-line, promovendo segurança e eficácia às áreas,

## 2.10 Planos de negócios

trazendo benefícios à segurança do trabalho e gestão operacional. O projeto foi iniciado em 16 de junho de 2020 na fase de inovação cabeça de série, com uma duração de 45 meses, implantado com a parceria com as empresas Datalife e Khomp, com desembolso de R\$ 1,0 milhão no ano de 2023;

- **Projeto intitulado "GImpSI - Gestão dos Impactos da Salinidade em Isolamentos":** o projeto GImpSI tem como objetivo o desenvolvimento experimental de um sistema que, partindo do monitoramento das correntes de fuga na subestação e condições climáticas na região identificará correlações (por meio de modelos matemáticos) e identificará momentos ótimos para as lavagens. A otimização do agendamento reduzirá os custos e riscos operacionais dos ativos, prevenindo as consequências dos desligamentos não programados, além de apontar comportamentos não conformes de equipamentos. Foi iniciado em 22 de novembro de 2021 com uma duração de 36 meses, em parceria com a INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e foi desembolsado o valor de R\$ 4,2 milhões em 2023;
- **Projeto intitulado "GNL OPT - modelagem para otimização de despacho e controle de inventário de GNL":** o produto principal do projeto é o desenvolvimento experimental de um sistema integrado usando modelos de Inteligência Artificial e fenomenológicos para apoio à tomada de decisão, contemplando as seguintes atividades: planejamento do inventário, tendência de consumo, estimação e análise do envelhecimento do GNL; emissão de alertas e sugestões e simulação do despacho. O desenvolvimento do sistema proposto permitirá o proponente difundir o uso dessa tecnologia na gerência e inspeção em suas estações de armazenamento, bem como contribuir para difusão de forma direta em todo setor de geração, contribuindo para melhoria nas tomadas de decisão na área no qual atende ao desafio tecnológico de previsão de despacho para apoio à logística de gás natural. O projeto teve seu início em 09 de fevereiro de 2022 com uma duração de 32 meses, em parceria com a Radix, com desembolso de R\$ 3,6 milhões no ano de 2023;
- **Projeto intitulado "H2GREEN - análise da viabilidade da produção de hidrogênio verde e sua aplicação na geração de energia limpa em usinas termoeletrônicas":** também conhecido como Hidrogênio Verde, o projeto visa o desenvolvimento experimental de planta de produção de hidrogênio (H<sub>2</sub>) para refrigerar geradores com eletrolisador, uma microrrede de H<sub>2</sub>, o *roadmap* da cadeia do H<sub>2</sub> e diagnóstico para geração de energia elétrica, armazenamento, transporte e possibilidades na redução de CO<sub>2</sub>, bem como realizar o comparativo do H<sub>2</sub> Verde e Azul, investigar os desafios regulatórios, técnicos e operacionais do H<sub>2</sub>. O produto principal deste projeto e seus desdobramentos têm aplicação direta na infraestrutura de diversos setores da economia (energia, indústria, transportes, residencial e poder público). As soluções desenvolvidas tratam de aspectos de eficiência operacional, redução de custos, melhoria no entendimento do processo, melhoria da gestão e otimização da utilização do

## 2.10 Planos de negócios

hidrogênio na cadeia de serviços. O projeto teve seu início em 16 de dezembro de 2022, em parceria com a UFPE e Hytron, com desembolso de R\$ 8,1 milhões em 2023;

- **Projeto intitulado “Sistema computacional inteligente para predição de vida residual, *trips* e suporte na otimização de manutenção de ativos de sistemas de geração termoeleétrica”:** também identificado por Gestão de Ativos, o projeto tem como objetivo o desenvolvimento experimental de um software de predição e análise estatística de defeitos em ativos que compõem uma termelétrica, contendo módulos para: detecção de sinais espúrios, predição de *trips*, otimização do nível de alerta e alarme baseados em custo, risco, segurança, entre outros, além de estimativa de tempo residual e saúde dos ativos. Estes *outputs* permitirão na prática uma gestão ótima de ativos físicos para cumprimento das metas de disponibilidade da usina. O projeto iniciou em 30 de junho de 2023, em parceria com as executoras Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e Jordão Energia, desembolsando R\$ 3,0 milhões em 2023;
- **Projeto intitulado “Estudo numérico e experimental da estocagem permanente de CO<sub>2</sub> no sistema integrado termoeleétrica-reservatório”:** identificado também por Injeção de CO<sub>2</sub>, o projeto visa o desenvolvimento e internalização de conhecimento referente a modelagem e implementação do armazenamento de CO<sub>2</sub> em reservatório depletado através de simulações numéricas e experimentos laboratoriais. O estudo vai focar no reservatório principal do Campo de Gavião Real estabelecendo metodologia e protocolos para o armazenamento seguro de CO<sub>2</sub> em subsuperfície. O projeto visa reduzir o impacto ambiental referente à emissão de gases de efeito estufa e garantir o fornecimento de energia elétrica com menor pegada de carbono. O projeto teve seu início em 31 de maio de 2023, com duração de 18 meses, sendo desembolsado o valor de R\$ 925,0 mil no ano de 2023;
- **Projeto intitulado “Machine Learning na sísmica 3.0 – Métodos para detecção de potenciais acumulações de gás empregando aquisições sísmicas post-stack sistema ALINE”:** também conhecido como Machine Learning 3.0, o projeto foca no aprimoramento das técnicas de Aprendizado de Máquina presentes no sistema ALINE para detecção de gás natural em diferentes bacias sedimentares. Para atingir esse objetivo, os algoritmos vigentes desenvolvidos para leitura, preparação e treinamento das redes serão estendidos considerando os novos levantamentos sísmicos realizados pela equipe de Exploração da Eneva. Outro importante destaque deste projeto é a integração dos algoritmos de inferência com o software GEOPOST. Foi iniciado em 02 de janeiro de 2023, com duração de 24 meses, com desembolso de R\$ 1,3 milhão em 2023;
- **Projeto intitulado “Estudo de Materiais Resistentes à Corrosão e Desenvolvimento de Pastas Cimentícias Adequadas para Construção de Poços de Armazenamento e Captura de Carbono (CCS)”:** Visa avaliar o desempenho e determinar os limites de aplicação de aços inoxidáveis empregados na construção dos



## 2.10 Planos de negócios

equipamentos utilizados nos poços de armazenamento e captura de carbono (CCS), bem como desenvolver uma pasta cimentícia adequada à condição dos poços utilizados nesses sistemas de CCS.

- **Projeto de Gestão GPPDI 2024 – 2028:** tem por finalidade a administração técnica e financeira dos projetos em andamento, planejamento estratégico, prospecção tecnológica e avaliação de oportunidades de investimento, liderado por colaboradores internos. Foi iniciado em 1º de outubro de 2023 com duração de 5 anos, conforme a nova regulação da ANEEL.

### (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia ainda não incorreu em gastos relativos ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços, além daqueles já descritos neste item 2.10(c)(ii) do Formulário de Referência.

### (d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

O debate sobre a transição energética está pautado na viabilização do fornecimento de energia segura e limpa a preços acessíveis. A necessidade de equilíbrio entre esses objetivos configura um grande desafio para a indústria energética mundial. Isso porque ao mesmo tempo que se caminha para um aprimoramento das alternativas renováveis, a preços mais acessíveis, é crucial garantir a segurança e o acesso à energia.

Eventos recentes como a pandemia de Covid e a guerra entre Rússia e Ucrânia alteraram drasticamente a dinâmica da oferta e demanda de energia, assim como seu preço, alertando sobre os riscos de uma crise energética mundial, em que fica clara a relevância e a necessidade de se garantir a segurança energética que, no curto prazo, está ligada ao uso de combustíveis fósseis.

O Brasil possui uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, com 81% de energia gerada por hidrelétricas, eólicas e solares, fontes renováveis intermitentes, pois dependem da incidência de chuvas, ventos e radiação solar. Assim, as usinas térmicas são fundamentais para o gerenciamento dos riscos associados a intermitência de renováveis, pois permitem, por exemplo, o não esgotamento dos níveis de armazenamento dos reservatórios, além de possibilitarem a recomposição dos níveis no evento de precipitações, com o objetivo final de garantir a continuidade do fornecimento elétrico sob a modicidade tarifária.

Essa necessidade fica ainda mais evidente em períodos de estresse hídrico, com redução dos níveis de reservatórios no país, que levam à menor geração de energia, e momentos de estresse elétrico, como o ocorrido no final de 2023, quando a geração térmica foi acionada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para atender um pico de demanda causado pelas altas temperaturas, apesar de os reservatórios estarem em níveis excepcionais.

## 2.10 Planos de negócios

Diante desse cenário, a Missão da Eneva, recentemente revisada, de “Oferecer as melhores soluções de energia para uma transição energética responsável e segura”, reflete a preocupação da Companhia com a segurança do sistema e o acesso à energia por todos, e justifica seu portfólio de ativos para responder ao desafio do sistema elétrico confiável.

A característica do portfólio da Eneva demonstra o papel da Companhia na garantia de disponibilidade de energia a todos, mesmo em momentos de estresse de oferta ou de demanda, pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A Companhia ainda atua no Sistema Isolado, como é o caso da UTE Jaguatirica II, localizada em Boa Vista (RR). Com a entrada em operação comercial dessa planta de 141 MW de capacidade instalada em 2022, foi possível ao estado de Roraima reduzir cerca de 30% das emissões para a mesma quantidade gerada, que anteriormente era baseada na combustão de óleo diesel e óleo combustível. Em 2023 a UTE Jaguatirica contribuiu com a geração de mais de 750 mil MWh de energia para o estado.

A maior parte das termelétricas no portfólio da companhia, possui a configuração de ciclo combinado, adicionando capacidade de geração de energia sem a necessidade de consumo adicional de gás, visto que parte da energia gerada é produzida por meio do vapor de água, aumentando, portanto, a eficiência energética e reduzindo a intensidade de emissão de CO<sub>2</sub>e na geração. As usinas Parnaíba V e Parnaíba VI, cujos investimentos fecharam 2023 com cerca de R\$ 2 bilhões, são exemplos de empreendimentos que operam exclusivamente a vapor, pois são fechamento de ciclo das UTEs Parnaíba I e Parnaíba III, respectivamente.

Ainda em 2023, a Companhia realizou a sistematização e o mapeamento das oportunidades de redução de emissões operacionais de GEE, utilizando a Curva de Custos Marginais de Abatimento de Carbono (Marginal Abatement Cost Curve – MACC). A partir dessa metodologia é possível ordenar as oportunidades, facilitando a identificação de soluções com menor custo por tCO<sub>2</sub>e abatido, e tecnologias de baixo carbono. A ferramenta segue em processo de atualização em 2024 com o objetivo de aperfeiçoar as premissas utilizadas anteriormente, atualizar com informações mais acuradas e identificar novas oportunidades que surgiram desde a última atualização.

Para aprofundar a discussão sobre a transição energética associada à estratégia corporativa, no ano de 2024, a Companhia prevê realizar estudos para construção de uma estratégia climática robusta, respeitando os parâmetros metodológicos atuais, para mapear riscos e oportunidades de mercado e avaliar a resiliência do seu portfólio frente a cenários de curto, médio e longo prazos.

Em 2022 a Eneva apresentou em seus Compromissos ESG uma visão dos esforços a serem realizados no longo prazo para redução de suas emissões de gases de efeito estufa, nas diferentes linhas de atuação, e na transição energética. Para alcançar as metas estabelecidas, até 2023, a empresa realizou investimentos na ordem de R\$ 6.407,9 milhões correspondentes às seguintes iniciativas, com uma estimativa de evitar cerca de 6 milhões de tCO<sub>2</sub>e até 2030.

## 2.10 Planos de negócios

Fechamento de ciclo com a implementação e construção das UTEs de Parnaíba V e Parnaíba VI, garantindo maior eficiência ao Complexo Termelétrico Parnaíba, localizado no Maranhão.

- Implementação da operação integrada de Azulão-Jaguaririca, com a entrada em operação a partir de 2022 da UTE de Jaguaririca II. A UTE confere ao sistema isolado de Roraima uma fonte de geração de energia despachável, segura e em substituição a outras fontes de geração mais poluentes.
- Construção e início das operações do Parque Solar Futura I, contribuindo com a diversificação do portfólio da Companhia e ampliando a sua participação no mercado de geração de energia renovável, resultando em duas novas parcerias firmadas com grandes clientes para geração de energia renovável a partir do Parque Solar, contemplando quase a totalidade de seu potencial de geração.
- Instalação de duas unidades de liquefação de gás natural no interior do Maranhão, com capacidade instalada total de 600 mil m<sup>3</sup> por dia de GNL, em uma região não atendida pela malha de gasodutos. A infraestrutura está em construção nas instalações do Complexo Parnaíba e já apresenta contratos estabelecidos com as companhias Suzano, Vale, em suas operações no Maranhão, e Copergás em Pernambuco, com o objetivo de contribuir para uma economia de baixo carbono.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### 2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

#### **Informações adicionais à seção 2 deste Formulário de Referência**

##### **Descrição da operação envolvendo a Tevisa, Povoação, Gera Maranhão e Linhares**

O balanço patrimonial consolidado *pro forma* e as demonstrações consolidadas do resultado *pro forma* não auditados foram preparados para refletir os efeitos decorrentes das operações de reorganização societária, combinação de negócios e aquisição de sociedades com atuação no segmento de geração de energia termelétrica no Brasil, a saber, a Tevisa Termelétrica Viana S.A. ("**Tevisa**"), a Povoação Energia S.A. ("**Povoação**"), a Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("**Gera Maranhão**") e a Linhares Brasil Energia Participações S.A. ("**Linhares**" ou "**Linhares Participações**"), envolvendo o Banco BTG Pactual S.A., o BTG Pactual Holding Participações S.A. e o BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, sujeito à verificação das respectivas condições precedentes aplicáveis ("**Operação**"). Para mais informações sobre a Operação, veja item 1.16 deste Formulário de Referência.

##### **Informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas**

As informações financeiras *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da transação com a Tevisa, Povoação, Gera Maranhão e Linhares sobre o balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2024, sua demonstração do resultado para o período de seis meses findo naquela data, e sua demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como se a transação tivesse ocorrido em 30 de junho de 2024 (para o balanço patrimonial consolidado *pro forma*) e 1º de janeiro de 2023 (para as demonstrações do resultado consolidado *pro forma*).

As informações financeiras consolidadas *pro forma* compreendem o balanço patrimonial consolidado *pro forma* em 30 de junho de 2024, as demonstrações do resultado consolidado *pro forma* para os períodos de seis e de doze meses findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 respectivamente, e as respectivas notas explicativas. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras consolidadas *pro forma* estão especificados no Comunicado Técnico CTG 06 - "Apresentação de informações financeiras *pro forma*" do Conselho Federal de Contabilidade.

As informações financeiras derivadas das demonstrações financeiras *pro forma*, elaboradas pela Companhia para as quais a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. emitiu relatório de asseguarção referente a compilação das referidas informações financeiras *pro forma* não auditadas, de modo a informar os resultados operacionais que efetivamente teriam ocorrido caso a Operação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas são apresentadas apenas para fins informativos. Essas informações não pretendem representar quais seriam os resultados reais caso a Operação tivesse ocorrido nas datas indicadas, assim como não são indicativos de resultados futuros de suas operações ou posição financeira. Essas informações financeiras consolidadas *pro forma* são apresentadas exclusivamente para fins informativos e,

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

consequentemente, não indicam necessariamente os resultados operacionais que teriam ocorrido, nem indicam os resultados operacionais futuros da Companhia após o reflexo nas demonstrações de resultado da consumação da Operação, não devendo ser interpretadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nem como demonstração do resultado consolidada efetiva, não devendo ser interpretadas, portanto, como garantia de performance financeira futura ou de qualquer forma de recomendação de investimento em valores mobiliários envolvendo a Companhia, e, portanto, não devem ser utilizados como base para a distribuição dos dividendos. Ainda, ressalta-se que a concretização da Operação depende da superação de determinadas condições, conforme acima disposto.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela administração da Companhia, devendo ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas históricas.

A oferta pública de distribuição primária de ações de emissão da Companhia, além de viabilizar a Operação, sujeito à verificação das demais condições precedentes aplicáveis, visa assegurar baixa alavancagem e liquidez suficientes para que a Companhia possa acelerar as alavancas de crescimento orgânico e dar continuidade a sua estratégia de consolidação.

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2024 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e devem ser lidos em conjunto com as informações financeiras consolidadas *pro forma* (não auditadas) da Companhia em seu formato completo, apresentadas e disponibilizadas nos *websites* da Companhia (ri.eneva.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). A Companhia esclarece, ainda, que as demonstrações e informações financeiras históricas das sociedades contempladas na Operação que serviram de base para a elaboração das referidas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas também estão disponíveis para consulta nos *websites* da Companhia (ri.eneva.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br).

Balanco patrimonial consolidado pro forma não auditado em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais - R\$)	Em 30 de junho de 2024						
	Consolidado – Eneva	Povoação	Tevisa	Linhares Geração	Linhares Holding	Ajustes Pro Forma <sup>(1)</sup>	Total Pro Forma
Ativo							
Ativo Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	1.201.286	83.278	58.865	96.122	122	2.978.213	4.417.886
Títulos e valores mobiliários	498.810	-	-	-	-	-	498.810
Contas a receber	1.104.074	100.960	72.212	63.072	-	-	1.340.318
Outras Contas a receber	-	-	-	45.425	-	-	45.425
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	810.152	-	-	-	-	-	810.152
Estoques	761.858	2.642	21.076	15.690	-	-	801.266

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Despesas antecipadas	185.822	90.850	45.425	-	-	-	322.097
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	263.199	-	-	-	-	-	263.199
Outros impostos a recuperar	76.278	3.419	3.047	4.046	1	-	86.791
Dividendos a receber	315	-	-	-	-	-	315
Instrumentos financeiros derivativos	14.591	7.262	3.631	3.631	-	-	29.115
Adiantamentos a fornecedores	73.659	-	-	-	-	-	73.659
Outros Créditos	32.900	3.397	5.304	8.951	-	-	50.552
Serviços em Curso	-	-	1.659	1.253	-	-	2.912
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>5.022.944</b>	<b>291.808</b>	<b>211.219</b>	<b>238.190</b>	<b>123</b>	<b>2.978.213</b>	<b>8.742.497</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>							
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	1.112.277	-	-	-	-	-	1.112.277
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	5.825	-	-	-	-	-	5.825
Outros impostos a recuperar	314.525	-	1.734	1.253	-	-	317.512
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.895	1.815	1.815	-	-	7.525
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	1.224.416	-	-	-	-	-	1.224.416
Despesas antecipadas	48.566	45.425	22.713	22.713	-	-	139.417
Investimentos	9.833	-	-	-	341.007	2.976	353.816
Imobilizado	29.605.655	283.090	369.571	444.808	-	-	30.703.124
Intangível	7.178.384	29.751	132	23.672	-	1.485.650	8.717.589
<b>Total Ativo não Circulante</b>	<b>39.499.481</b>	<b>362.161</b>	<b>395.965</b>	<b>494.261</b>	<b>341.007</b>	<b>1.488.626</b>	<b>42.581.501</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>44.522.425</b>	<b>653.969</b>	<b>607.184</b>	<b>732.451</b>	<b>341.130</b>	<b>4.466.839</b>	<b>51.323.998</b>

(1) A coluna "Ajustes *Pro Forma*" considera também os efeitos decorrentes da aquisição de participação em Gera Maranhão, cujas informações patrimoniais e financeiras e de desempenho operacional foram apresentadas nas notas explicativas.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

<i>(Em milhares de reais - R\$)</i>	<b>Em 30 de junho de 2024</b>						
	<b>Consolidado – Eneva</b>	<b>Povoação</b>	<b>Tevisa</b>	<b>Linhares Geração</b>	<b>Linhares Holding</b>	<b>Ajustes Pro Forma<sup>(1)</sup></b>	<b>Total Pro Forma</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores	834.462	16.122	17.412	15.747	-	-	883.743
Fornecedores de projetos em construção	139.624	-	-	-	-	-	139.624
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	716.528	-	-	-	-	-	716.528
Empréstimos e financiamentos	1.058.267	-	141.795	25.481	-	-	1.225.543
Debêntures	543.573	-	-	236.072	-	(215.000)	564.645
Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	24.857	-	-	-	-	-	24.857
Arrendamento	208.047	-	27	-	-	-	208.074
Partes Relacionadas	-	100.000	35.000	-	-	(135.000)	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	64.533	-	-	-	-	-	64.533
Outros impostos a recolher	141.966	20.192	17.255	10.579	-	-	189.992
Outros impostos diferidos	2.274	-	-	-	-	-	2.274
Antecipação de recebíveis futuros	225.055	-	-	-	-	-	225.055
Dividendos a pagar	-	98.000	25.000	-	21.200	(144.200)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	82.572	-	-	-	-	-	82.572
Participações nos lucros	77.893	-	-	-	-	-	77.893
Contas a pagar - setor elétrico	29.013	-	-	-	-	-	29.013
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	97.109	7.568	6.393	5.653	-	-	116.723
Aquisições a pagar	-	-	-	-	-	175.752	175.752
Provisão - custo de ressarcimento	56.065	-	-	-	-	-	56.065
Outros Passivos	43.010	3.395	5.840	7.785	-	-	60.030
<b>Total Passivo circulante</b>	<b>4.344.848</b>	<b>245.277</b>	<b>248.722</b>	<b>301.317</b>	<b>21.200</b>	<b>(318.448)</b>	<b>4.842.916</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Fornecedores	304.173	-	-	-	-	-	304.173
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	464.079	-	-	-	-	-	464.079
Empréstimos e financiamentos	2.989.701	-	-	-	-	-	2.989.701
Debêntures	14.937.285	-	-	-	-	-	14.937.285

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Ajuste a valor justo das debêntures a apropriar	279.815	-	-	-	-	-	279.815
Arrendamento	3.915.722	-	225	-	-	-	3.915.947
Antecipação de recebíveis futuros	496.798	-	-	-	-	-	496.798
Operações comerciais com partes relacionadas	206	-	-	-	-	-	206
Provisão para contingências	38.995	-	2.009	6.411	-	-	47.415
Provisão de abandono	159.266	-	-	-	-	-	159.266
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	364.386	37.740	79.548	81.922	-	-	563.596
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	7.341	-	-	-	-	-	7.341
Outras Obrigações - Não Circulante	6.651	173	-	143	-	-	6.967
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	-	-	4.769	1.634	-	-	6.403
<b>Total Passivo não Circulante</b>	<b>23.964.418</b>	<b>37.913</b>	<b>86.551</b>	<b>90.110</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.178.992</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>28.309.266</b>	<b>283.190</b>	<b>335.273</b>	<b>391.427</b>	<b>21.200</b>	<b>(318.448)</b>	<b>29.021.908</b>

(1) A coluna "Ajustes Pro Forma" considera também os efeitos decorrentes da aquisição de participação em Gera Maranhão, cujas informações patrimoniais e financeiras e de desempenho operacional foram apresentadas nas notas explicativas.

(Em milhares de reais - R\$)	Em 30 de junho de 2024						
	Consolidado – Eneva	Povoação	Tevisa	Linhares Geração	Linhares Holding	Ajustes Pro Forma <sup>(1)</sup>	Total Pro Forma
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital social	13.078.740	93.800	227.800	70.558	104.026	5.592.747	19.167.671
Reservas de capital	201.418	-	-	10.600	24.375	(34.975)	201.418
Reserva Legal	-	-	-	-	20.807	(20.807)	-
Reserva de incentivos fiscais	1.083.433	-	-	-	-	-	1.083.433
Ações em tesouraria	(8.368)	-	-	-	-	-	(8.368)
Transações com acionistas	(94.160)	-	-	-	-	-	(94.160)
Outros resultados abrangentes	122.088	-	-	-	-	-	122.088
Lucros ou Prejuízos acumulados	587.505	87.519	9.083	111.401	170.722	(378.725)	587.505
Participações de acionistas não Controladores	1.242.503	-	-	-	-	-	1.242.503
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro	-	189.460	35.028	148.465	-	(372.953)	-



2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Total Patrimônio Líquido	16.213.159	370.779	271.911	341.024	319.930	4.785.287	22.302.090
Total Passivo e Patrimônio Líquido	44.522.425	653.969	607.184	732.451	341.130	4.466.839	51.323.998

(1) A coluna "Ajustes Pro Forma" considera também os efeitos decorrentes da aquisição de participação em Gera Maranhão, cujas informações patrimoniais e financeiras e de desempenho operacional foram apresentadas nas notas explicativas.

Demonstração consolidada do resultado pro forma não auditada para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024

(em R\$ milhares, exceto percentuais)							
	Consolidado – Eneva	Povoação	Tevisa	Linhares Geração	Linhares Holding	Ajustes Pro Forma <sup>(1)</sup>	Total Pro Forma
Receita de venda de bens e/ou serviços	3.947.724	484.574	312.701	284.527		-	5.029.526
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.092.768)	(72.848)	(69.448)	(69.419)		-	(2.304.483)
Resultado bruto	1.854.956	411.726	243.253	215.108		-	2.725.043
Despesas/Receitas operacionais	(388.024)	(4.189)	(5.077)	(1.701)	170.720	(498.113)	(726.384)
Despesas Gerais e administrativas	(411.889)	(4.189)	(5.135)	(4.419)	-	(372.576)	(798.208)
Outras receitas/(despesas) operacionais	23.361	-	58	2.718	(39)	-	26.098
Resultado de equivalência patrimonial	504	-	-	-	170.759	(125.537)	45.726
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.466.932	407.537	238.176	213.407	170.720	(498.113)	1.998.659
Receitas financeiras	198.908	14.025	7.432	8.134	2	-	228.501
Despesas financeiras	(1.824.676)	(1.415)	(8.418)	(17.081)	-	12.911	(1.838.679)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(158.836)	420.147	237.190	204.460	170.722	(485.202)	388.481
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Corrente e Diferido	1.412.469	(67.261)	(80.900)	(33.701)	-	122.286	1.352.893
Lucro líquido do período	1.253.633	352.886	156.290	170.759	170.722	(362.916)	1.741.374
Atribuível ao:							
Acionistas Controladores	1.005.879	352.886	156.290	170.759	170.722	(362.916)	1.493.620
Acionistas Não Controladores	247.754	-	-	-	-	-	247.754
Lucro básico por ação	0,63526						0,73899 (I)
Lucro diluído por ação	0,63504						0,73879 (I)

(1) A coluna "Ajustes Pro Forma" considera também os efeitos decorrentes da aquisição de participação em Gera Maranhão, cujas informações patrimoniais e financeiras e de desempenho operacional foram apresentadas nas notas explicativas.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### ***Demonstração consolidada do resultado pro forma não auditada para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023***

(em R\$ milhares, exceto percentuais)							
	Consolidado – Eneva	Povoação	Tevisa	Linhares Geração	Linhares Holding	Ajustes Pro Forma <sup>(1)</sup>	Total Pro Forma
Receita de venda de bens e/ou serviços	10.090.895	1.065.828	668.922	612.052	-	-	12.437.697
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(6.379.745)	(200.910)	(173.256)	(282.253)	-	-	(7.036.164)
<b>Resultado bruto</b>	<b>3.711.150</b>	<b>864.918</b>	<b>495.666</b>	<b>329.799</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.401.533</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>	<b>(1.038.827)</b>	<b>(7.872)</b>	<b>(11.064)</b>	<b>(5.275)</b>	<b>236.247</b>	<b>(911.210)</b>	<b>(1.738.001)</b>
Despesas Gerais e administrativas	(1.101.589)	(7.872)	(11.571)	(10.174)	-	(761.542)	(1.892.748)
Outras receitas/(despesas) operacionais	61.690	-	507	4.899	(68)	-	67.028
Resultado de equivalência patrimonial	1.072	-	-	-	236.315	(149.668)	87.719
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>2.672.323</b>	<b>857.046</b>	<b>484.602</b>	<b>324.524</b>	<b>236.247</b>	<b>(911.210)</b>	<b>3.663.532</b>
Receitas financeiras	1.122.051	12.765	10.250	11.301	1	-	1.156.368
Despesas financeiras	(3.512.817)	(9.215)	(18.297)	(44.317)	-	25.208	(3.559.438)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>281.557</b>	<b>860.596</b>	<b>476.555</b>	<b>291.508</b>	<b>236.248</b>	<b>(886.002)</b>	<b>1.260.462</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Corrente e Diferido	21.875	(142.658)	(162.295)	(55.193)	-	250.354	(87.917)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>303.432</b>	<b>717.938</b>	<b>314.260</b>	<b>236.315</b>	<b>236.248</b>	<b>(635.648)</b>	<b>1.172.545</b>
Atribuível ao:							
Acionistas Controladores	<b>217.685</b>	<b>717.938</b>	<b>314.260</b>	<b>236.315</b>	<b>236.248</b>	<b>(635.648)</b>	<b>1.086.798</b>
Acionistas Não Controladores	<b>85.747</b>	-	-	-	-	-	<b>85.747</b>
Lucro básico por ação	0,13754						0,53791 (I)
Lucro diluído por ação	0,13745						0,53764 (I)

<sup>(1)</sup> A coluna "Ajustes Pro Forma" considera também os efeitos decorrentes da aquisição de participação em Gera Maranhão, cujas informações patrimoniais e financeiras e de desempenho operacional foram apresentadas nas notas explicativas.

### **Medições não contábeis da Tevisa, Povoação, Linhares Geração e Pro Forma**

A Companhia apresenta abaixo determinadas medições não contábeis preparadas com relação às seguintes sociedades envolvidas na Operação: Tevisa, Povoação e Linhares Geração de Energia S.A., subsidiária integral da Linhares ("Linhares Geração") (em conjunto, "Ativos Adquiridos"). Adicionalmente, a Companhia apresenta medições não contábeis *pro forma* para

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

ilustrar os impactos decorrentes da aquisição dos Ativos Adquiridos pela Companhia em determinadas medições não contábeis da Companhia apresentadas no item 2.5 deste Formulário de Referência, tal como se a aquisição dos Ativos Adquiridos tivesse ocorrido em 30 de junho de 2024 (para informações extraídas do balanço patrimonial); e em 30 de junho de 2023 (para informações extraídas das demonstrações do resultado).

A Companhia esclarece, ainda, que as demonstrações e informações financeiras históricas dos Ativos Adquiridos que serviram de base para a elaboração das medições não contábeis abaixo apresentadas estão disponíveis para consulta nos websites da Companhia ([ri.eneva.com.br](http://ri.eneva.com.br)), da CVM ([gov.br/cvm](http://gov.br/cvm)) e da B3 ([b3.com.br](http://b3.com.br)).

### EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, que consiste no lucro líquido do exercício/período ajustado pelo (i) resultado financeiro líquido; (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido; e (iii) despesas e custos com a depreciação e amortização. A Margem EBITDA, por sua vez, é uma medida não contábil elaborada a partir da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e Margem EBITDA apresentados abaixo consistem em indicadores gerenciais (não contábeis), apresentados pela Companhia estritamente com o objetivo de analisar os efeitos da eventual consolidação dos Ativos Adquiridos em seu EBITDA. A Companhia destaca que tais medições contábeis apresentam limitações e não devem, em qualquer hipótese, serem consideradas em substituição às medidas contábeis da Companhia. Em especial, a Companhia destaca que as medições não contábeis apresentadas com relação ao conjunto de Ativos Adquiridos e na visão *pro forma* (isto é, considerando os Ativos Adquiridos e a Companhia em conjunto) não foram objeto de asseguarção razoável por auditores independentes e não representam promessa de resultado futuro da Companhia em caso de implementação da Operação.

Seguem abaixo os valores e a reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA de cada um dos Ativos Adquiridos e do EBITDA *Pro Forma* Ativos Adquiridos:

#### (A) EBITDA Povoação e Margem EBITDA Povoação

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024 (X - Y + Z)	2024 (X)	2023 (Y)	2023 (Z)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>815,7</b>	<b>352,9</b>	<b>255,1</b>	<b>717,9</b>
(+) Resultado financeiro	(17,6)	(12,6)	1,4	(3,6)
(+) Depreciação e amortização	9,5	4,9	4,8	9,5
(+) Imposto de renda e contribuição social	158,6	67,3	51,3	142,7
<b>EBITDA</b>	<b>966,2</b>	<b>412,5</b>	<b>312,6</b>	<b>866,5</b>
(/) Receita líquida	1.021,5	484,6	528,9	1.065,8
<b>Margem EBITDA</b>	<b>94,6%</b>	<b>85,1%</b>	<b>59,1%</b>	<b>81,3%</b>

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

(B) EBITDA Tevisa e Margem EBITDA Tevisa

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024 (X - Y + Z)	2024 (X)	2023 (Y)	2023 (Z)
Lucro líquido do período	347,4	156,3	123,2	314,3
(+) Resultado financeiro	3,4	1,0	5,6	8,0
(+) Depreciação e amortização	14,0	8,2	9,8	15,6
(+) Imposto de renda e contribuição social	180,9	80,9	62,3	162,3
EBITDA	545,7	246,4	200,9	500,2
(/) Receita líquida	653,8	312,7	327,8	668,9
Margem EBITDA	83,5%	78,8%	61,3%	74,8%

(C) EBITDA Linhares Geração e Margem EBITDA Linhares Geração

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024 (X - Y + Z)	2024 (X)	2023 (Y)	2023 (Z)
Lucro líquido do período	315,5	170,8	91,5	236,3
(+) Resultado financeiro	21,7	8,9	20,2	33,0
(+) Depreciação e amortização	23,4	11,6	11,6	23,4
(+ / -) Imposto de renda e contribuição social	67,6	33,7	21,2	55,2
EBITDA	428,2	225,0	144,5	347,9
(/) Receita operacional líquida	592,5	284,5	304,1	612,1
Margem EBITDA	72,2%	79,1%	47,5%	56,8%

(D) EBITDA Ativos Adquiridos e Margem EBITDA Ativos Adquiridos

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de 2024			
	Povoação (A)	Tevisa (B)	Linhares Geração (C)	Ativos Adquiridos (D = A + B + C)
EBITDA	966,2	545,7	428,2	1.939,5
(/) Receita líquida	1.021,5	653,8	592,5	2.267,8
Margem EBITDA	94,6%	83,5%	72,2%	85,5%

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

(E) EBITDA *Pro Forma* e Margem EBITDA *Pro Forma*

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de 2024		
	Companhia (*) (F)	Ativos Adquiridos (D)	<i>Pro Forma</i> (E = F + D)
EBITDA	4.087,1	1.939,5	6.026,6
(/) Receita de venda de bens e/ou serviços	9.056,1	2.267,8	11.323,9
Margem EBITDA	45,1%	85,5%	53,2%

(\*) Considera (i) o EBITDA da Companhia para os 12 meses findo em 30 de junho de 2024, que consiste no resultado da soma do EBITDA da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 ao do EBITDA da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, subtraído pelo EBITDA da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023; bem como (ii) a receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia para os 12 meses findo em 30 de junho de 2024, que consiste no resultado da soma da receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 à receita de venda de bens e/ou serviços para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, subtraído pela receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Para informações acerca do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia, incluindo a sua reconciliação, veja o item 2.5 deste Formulário de Referência. Para informações acerca da receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia, veja o item 2.1 deste Formulário de Referência.

Endividamento Líquido, Endividamento Líquido Ajustado e Índice de Alavancagem

O Endividamento Líquido abaixo apresentado é uma medição não contábil que corresponde à soma dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e de debêntures (circulante e não circulante), líquido de caixa e equivalente de caixas e de títulos e valores mobiliários, conforme aplicável, (i) para a Companhia, conforme descrito no item 2.5 deste Formulário de Referência; (ii) para cada uma dos Ativos Adquiridos; (iii) para os Ativos Adquiridos em conjunto; e (iv) para os Ativos Adquiridos e para a Companhia em conjunto.

O Endividamento Líquido Ajustado consiste no Endividamento Líquido da Companhia ajustado para refletir a antecipação de recebíveis realizada pela Companhia em 26 de julho de 2024, apresentada como evento subsequente às informações financeiras da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, conforme descrito no item 2.6 deste Formulário de Referência, por meio do qual a Companhia realizou a cessão parcial dos direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR da Usina Termelétrica Porto de Sergipe I por disponibilidade, relativos ao período de janeiro de 2026 a fevereiro de 2030, com liquidação imediata destes recebíveis, no valor total de R\$ 2,7 bilhões, líquido dos encargos pela antecipação, à taxa de DI+1,3950% a.a.

O Endividamento Líquido Ajustado é considerado pela Companhia para análise do Índice de Alavancagem, que consiste na razão entre o Endividamento Líquido Ajustado e o EBITDA do período de doze meses findo no 30 de junho de 2024.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

O Endividamento Líquido, o Endividamento Líquido Ajustado e o Índice de Alavancagem não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis ao Endividamento Líquido e ao Índice de Alavancagem elaborados por outras empresas. Para informações adicionais acerca do Endividamento Líquido e do Índice de Alavancagem da Companhia, veja o item 2.5 deste Formulário de Referência.

	Em 30 de junho de 2024					
(em R\$ milhões, exceto %)	Companhia (A)	Povoação (B)	Tevisa (C)	Linhares Geração (D)	Ativos Adquiridos (E = B + C + D)	Pro Forma (F = A + E)
Empréstimos e financiamentos (circulante)	1.058,3	-	141,8	25,5	167,3	1.225,6
Debêntures (circulante)	543,6	-	-	236,1	236,1	779,7
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	2.989,7	-	-	-	-	2.989,7
Debêntures (não circulante)	14.937,3	-	-	-	-	14.937,3
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.201,3)	(83,3)	(58,9)	(96,1)	(238,3)	(1.439,6)
(-) Títulos e valores mobiliários	(498,8)	-	-	-	-	(498,8)
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>17.828,8</b>	<b>(83,3)</b>	<b>82,9</b>	<b>165,5</b>	<b>165,1</b>	<b>17.993,9</b>
(-) Caixa e equivalente de caixa (*)	(2.700)	-	-	-	(2.700)	(2.700)
<b>Endividamento Líquido Ajustado</b>	<b>15.128,8</b>	<b>(83,3)</b>	<b>82,9</b>	<b>165,5</b>	<b>165,1</b>	<b>15.293,9</b>
(/) EBITDA para os últimos 12 meses findos em 30/06/2024	4.087,1	966,2	545,7	<b>428,2</b>	1,939,5	6.026,6
<b>Índice de Alavancagem</b>	<b>3,7</b>	<b>(0,1)</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>	<b>0,1</b>	<b>2,5</b>

(\*) Considera a liquidação imediata de recebíveis no montante de 2.700 milhões, no âmbito da operação de cessão parcial dos direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR da Usina Termelétrica Porto de Sergipe I por disponibilidade, relativos ao período de janeiro de 2026 a fevereiro de 2030, conforme descrito na nota explicativa nº "25. Eventos Subsequentes" das informações financeiras da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

### CAPEX FCI

O CAPEX FCI é uma medição não contábil calculada a partir da soma das rubricas de aquisições de ativo imobilizado e de aquisições de ativo intangível das demonstrações do fluxo de caixa. O CAPEX FCI é utilizado para fins estritamente gerenciais, com o objetivo de acompanhar os investimentos de capital realizados ao longo do período em análise.

O CAPEX FCI não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao CAPEX preparado por outras empresas.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### (A) CAPEX FCI Povoação

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024 (X - Y + Z)	2024 (X)	2023 (Y)	2023 (Z)
Aquisições de ativo imobilizado	2,0	0,6	1,8	3,1
Aquisições de ativo intangível	13,6	0,0	0,0	13,6
<b>CAPEX FCI</b>	<b>15,6</b>	<b>0,6</b>	<b>1,8</b>	<b>16,7</b>

### (B) CAPEX FCI Tevisa

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024 (X - Y + Z)	2024 (X)	2023 (Y)	2023 (Z)
Aquisições de ativo imobilizado	5,5	5,0	1,1	1,5
Aquisições de ativo intangível	0,0	0,0	0,1	0,1
<b>CAPEX FCI</b>	<b>5,5</b>	<b>5,0</b>	<b>1,2</b>	<b>1,6</b>

### (C) CAPEX FCI Linhares Geração

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2024 (X - Y + Z)	2024 (X)	2023 (Y)	2023 (Z)
Aquisições de ativo imobilizado	9,3	5,0	0,6	4,9
Aquisições de ativo intangível	6,6	0,2	0,2	6,6
<b>CAPEX FCI</b>	<b>15,9</b>	<b>5,2</b>	<b>0,8</b>	<b>11,5</b>

### (D) CAPEX FCI Ativos Adquiridos

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de 2024			
	Povoação (A)	Tevisa (B)	Linhares Geração (C)	Ativos Adquiridos (D = A + B + C)
<b>CAPEX FCI</b>	<b>15,6</b>	<b>5,5</b>	<b>15,9</b>	<b>37,0</b>

### (E) CAPEX FCI Pro Forma

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de 12 meses findo em 30 de junho de 2024		
	Companhia (*) (F)	Ativos Adquiridos (D)	Pro Forma (E = F + D)
<b>CAPEX FCI</b>	<b>2.614,2</b>	<b>37,0</b>	<b>2.651,2</b>

(\*) Considera o CAPEX FCI da Companhia para os 12 meses findo em 30 de junho de 2024, que consiste na rubrica de aquisição de imobilizado e intangível do caixa líquido atividades de investimento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 no montante de R\$1.112,2 milhões somado à rubrica de aquisição de imobilizado e intangível do fluxo de caixa das atividades de investimentos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$2.563,8 milhões, subtraído pela rubrica de aquisição de imobilizado e intangível do caixa líquido atividades de investimento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 no montante de R\$1.061,8 milhões. Adicionalmente, a Companhia esclarece que foram registrados na rubrica de aquisição de imobilizado e intangível do fluxo de caixa das atividades investimentos da Companhia o montante de R\$2.162,9 milhões e R\$1.135,8 milhões para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### **Informações adicionais ao item 2.6 deste Formulário de Referência**

Em 28 de agosto de 2024, a subsidiária Sparta 300 SPE S.A. ("**Sparta 300**") celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Brasil S.A. com repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, no valor de R\$ 1 bilhão, ao custo de IPCA + 3,68% a.a., com prazo de vigência de 18 anos, incluído quatro anos de carência de principal e juros, e vencimento final em 1º de julho de 2042, com o objetivo de contribuir com o financiamento para construção da UTE Azulão II e UTE Azulão IV, no âmbito do Projeto Azulão 950MW, tendo sido constituídas as seguintes garantias: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios de Sparta 300; (ii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iii) de hipoteca sobre a fração do terreno relativa à UTE Azulão II e UTE Azulão IV; (iv) a constituição, pela Companhia, de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão de Sparta 300 que sejam de sua titularidade; e (v) garantia fidejussória, na forma de fiança corporativa, pela Companhia em favor de Sparta 300.

Com a celebração desse financiamento, a Companhia atinge um total contratado de R\$ 2.025.968.686 (dois bilhões, vinte e cinco milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e seis reais) para o Projeto Azulão 950 MW, ao custo médio ponderado de IPCA + 3,67%. As liberações dos recursos estão sujeitas a determinadas condições precedentes usuais a este tipo de operação e ao cronograma do projeto.



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

#### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Eneva S.A. (“**Companhia**” ou “**Eneva**”) possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de outubro de 2018 (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”) e atualizada e aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2023.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia no processo de gerenciamento de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos aos administradores, permitindo a redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade dos negócios da companhia. Além disso, visa a promover a gestão integrada de todos os riscos aos quais a Eneva está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

A Política de Gerenciamento de Riscos aplica-se à Eneva e a suas controladas, bem como aos seus colaboradores, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado.

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

##### (i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência, dentre os quais se destacam:

riscos que possam impactar as operações da Companhia, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes de processos ordinários da Companhia e suas controladas, que possam impactar seu processo produtivo e utilização da capacidade instalada;

- (i) riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para fins de atingimento dos seus objetivos e/ou decorrentes da habilidade da Companhia se proteger ou se adaptar a mudanças nos setores de energia e de exploração e produção de gás natural;
- (ii) riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia e suas controladas, cuja perda ou aplicação de penalidades possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro ou operacional ou causar danos à sua imagem;
- (iii) risco de aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado como também decorrente de alterações legais e regulatórias nas localidades e nos setores operados;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iv) riscos de paralisação das atividades de projetos da Companhia e de suas controladas em virtude da não obtenção ou não renovação das licenças regulatórias, incluindo, mas não se limitando a licenças ambientais;
- (v) riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações e projetos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia; e
- (vi) riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, dentre eles a volatilidade de diversos fatores de risco de mercado – principalmente taxas de juros, taxas de câmbio e preços de *commodities* – que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial.

### (ii) instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota um modelo de gestão integrada dos riscos aos quais está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente, buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução dos planos de ação definidos para a redução do risco residual. Para fins de tratamento dos riscos expostos, a Companhia pode adotar as seguintes providências e realizar, dentre outras, as seguintes principais ações:

- desenvolve soluções tecnológicas para a otimização e a mitigação de riscos de seus processos;
- realiza o monitoramento constante dos seus níveis de endividamento por meio de indicadores, bem como realiza a gestão da captação de recursos de forma a obter perfil de amortizações adequado;
- realiza operações de *hedge* da exposição do fluxo de caixa da empresa a fatores de risco de mercado, quando relevante e alinhado à estratégia da empresa;
- promove a capacitação e treinamento de seus colaboradores, inclusive nas políticas e normativos internos;
- realiza procedimentos internos de auditoria para analisar dados e prevenir desvios com relação às atividades desenvolvidas pela Companhia e a consequente aderência de tais atividades às suas políticas e às determinações de seus órgãos de administração;
- revisita anualmente o planejamento estratégico da Companhia, cuja atualização ocorre com base na avaliação do contexto mercadológico, econômico, tecnológico, regulatório e na valoração corporativa e indicadores financeiros; no curto, médio e longo prazo, a fim de mitigar riscos para continuidade do negócio ou associados aos resultados financeiros da Companhia;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- avalia e monitora os riscos de mercado e crédito envolvidos nas operações realizadas pela comercializadora de energia, e o enquadramento aos limites de risco estabelecidos, com acompanhamento e reporte independentes;
- adota ações para aprimorar a eficiência, transparência e efetividade nos processos de licenciamento regulatório, inclusive licenciamento ambiental;
- aperfeiçoa continuamente os sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como a disseminação de informação e campanha de prevenção na Companhia para melhoria nos padrões de saúde e segurança dos colaboradores;
- aperfeiçoa continuamente o seu Programa de Compliance, incluindo o monitoramento do canal de denúncias da Companhia, realização de treinamentos periódicos para toda Companhia e revisão dos procedimentos de Compliance.

Especificamente em relação a eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia e suas controladas com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia dispõe de uma área de Governança, *Compliance* e Controles Internos, subordinada hierarquicamente à Diretoria Jurídica, responsável pela gestão de um programa de integridade e estabelecimento de medidas, políticas e normas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade identificadas.

Dentre essas medidas e ações destaca-se a disponibilização de documentos de integridade para todos os colaboradores e executivos (Código de Conduta, Política Anticorrupção e Normativos de Integridade), conforme descrição abaixo:

- (a) **Código de Conduta:** O Código de Conduta é um guia de atuação e padrão de conduta aplicável a todos os profissionais da Companhia e suas controladas. O documento é baseado em valores e princípios que devem estar presentes nas relações com os diferentes públicos, e o cumprimento de suas diretrizes tem por objetivo preservar a integridade e a reputação dos profissionais e das empresas do grupo da Companhia. Periodicamente, os colaboradores precisam formalizar o seu conhecimento ao Código de Conduta, Política Anticorrupção e Normativos de Integridade. O Código de Conduta da Eneva foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração pela última vez em março de 2023;
- (b) **Código de Conduta para Terceiros:** O Código de Conduta para Terceiros descreve as expectativas da Companhia e de suas controladas em relação aos seus fornecedores. Todos os fornecedores cadastrados na Companhia obrigatoriamente precisam formalizar sua ciência. Ao aceitar os termos contidos no documento, os fornecedores reconhecem que todos os acordos, contratos e relações comerciais com a Companhia e suas controladas, existentes e futuros, estão sujeitos às suas disposições, regras e compromissos relacionados a diversos temas, tais como ética e integridade, transparência, responsabilidade e respeito, brindes e presentes, combate a corrupção, conflito de

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

interesses, entre outros. Ainda com relação aos terceiros a Companhia disponibiliza para os colaboradores e executivos a Diretriz de Relação de Terceiros e Política de Defesa da Concorrência com objetivo de orientar sobre o comportamento esperado no relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros de negócios;

- (c) **Política Anticorrupção:** Esta Política tem como objetivo estabelecer padrões mínimos de comportamento para seus Colaboradores, bem como para seus Terceiros frente a situações que possam envolver ou caracterizar Corrupção ou Lavagem de Dinheiro, deixando clara a postura da Companhia em rejeitar toda e qualquer situação ou circunstância relacionada a estas práticas, observando os requisitos das Legislações Anticorrupção, disposto na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), de forma a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência. Em julho de 2024, a Política Anticorrupção da Companhia foi revisada, seguindo o compromisso de melhoria contínua e alinhamento com as melhores práticas internacionais;
- (d) **Política de Direitos Humanos:** Esta Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes fundamentais da Eneva para respeitar os direitos humanos e promover práticas não discriminatórias e de diversidade no ambiente de trabalho;
- (e) **Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades:** Esta diretriz tem por objetivo orientar a conduta dos profissionais da Companhia com relação ao recebimento e oferecimento de brindes, presentes, vantagens e cortesias, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção pública ou privada;
- (f) **Diretriz de Conflitos de Interesses:** Esta diretriz orienta a observação, pelos profissionais da Companhia e suas controladas, quanto a situações que envolvam conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos, bem como situações que possam caracterizar concessões de vantagens indevidas, suborno, corrupção ou favorecimento indevido;
- (g) **Diretriz de Doações e Patrocínios:** Esta diretriz objetiva orientar e auxiliar a conduta de profissionais da Companhia, suas controladas quanto aos patrocínios e doações a serem concedidos em relações comerciais;
- (h) **Canal de Consulta:** Implementado em 2020, é uma ferramenta disponível para todos os colaboradores na intranet da Companhia com objetivo de esclarecer dúvidas relacionadas à aplicação do Código de Conduta e demais normativos de integridade;
- (i) **Canal de Denúncia anônimo e independente:** A Companhia possui um canal de denúncias gerido externamente por empresa especializada (atualmente a Contato Seguro), que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo e pelo público externo e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Conduta, às políticas de integridade e à lei;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (j) **Procedimento de investigação:** A área de *Compliance* possui um processo estruturado para apurar os fatos registrados no canal de denúncia e para recomendar a aplicação de eventuais medidas disciplinares cabíveis;
- (k) **Declaração de Conflito de Interesses:** Foi implementado em 2020 um sistema de controle aplicado a todos os colaboradores com objetivo de monitorar, evitar e avaliar ações de potenciais conflitos em desacordo com o Código de Conduta, normativos internos e as Leis;
- (l) **Treinamento e comunicação:** A Companhia oferece treinamentos periódicos e comunicação contínua relacionados a ética, integridade e prática anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, à distância (curso *online*) e módulo presencial na ambientação de novos colaboradores.

Em 2023, foram realizados treinamentos presenciais sobre: assédio moral em Parnaíba; integridade para todos os ativos da Eneva; integridade e anticorrupção para fornecedores com nível crítico de exposição de *compliance*; respeito e assédio em São Paulo e integridade e anticorrupção para áreas com maior exposição a riscos de compliance da Companhia, como por exemplo: Relações Externas, ESG, Comunicação, Controladoria e Suprimentos.

- (m) **Cláusula anticorrupção e procedimentos de *due diligence* de fornecedores:** A Companhia também adota cláusulas anticorrupção para seus contratos, as quais são customizadas de acordo com os riscos mapeados por meio dos procedimentos de *due diligence* de integridade, que consistem em pesquisas em fontes públicas, visando mitigar riscos no processo de contratação com potenciais parceiros de negócios;
- (n) **Diretriz de Delegação de Autoridade:** Esta diretriz visa a estabelecer e comunicar os limites de alçadas para aprovação e responsabilização, ao longo da linha hierárquica, das transações e operações da Eneva relativas a seus planos de negócio, programa de investimentos, plano financeiro e à execução do orçamento anual, bem como estabelecer os princípios e diretrizes para assegurar o correto enquadramento das transações e operações; e
- (o) **Diretriz de Gestão de Consequências:** Essa diretriz objetiva dar conhecimento aos profissionais da Companhia quanto aos critérios e procedimentos que serão adotados para a aplicação de medidas disciplinares quando do descumprimento do contrato de trabalho, do Código de Conduta, da legislação em vigor, das políticas e outros procedimentos internos ou quando realizarem qualquer outro tipo de falta disciplinar. Em novembro de 2023, a Diretriz de Gestão de Consequências foi revisada, seguindo o compromisso de melhoria contínua e alinhamento com as melhores práticas internacionais;

Com objetivo de monitorar as interações com órgãos governamentais e agentes públicos foi implementado em 2020 um aplicativo para registrar essas interações em atendimento as orientações dispostas Diretriz de Interação com Poder Público.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Ressaltamos que o canal de Denúncia da Companhia recebeu em 2022, 60 relatos. Nenhum dos relatos recebidos apontou condutas que violassem a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, a Lei nº 9.613/1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro ou a Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

A Companhia esclarece, adicionalmente, no que concerne aos riscos de mercado aos quais está exposta, que se utiliza de estratégias e instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*) baseados na realização de transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visando à proteção contra o risco de variação cambial do fluxo de caixa previsto para gastos com aquisição de imobilizados ("**Capex**"), tendo em vista que suas receitas e geração de fluxo de caixa são em reais e uma parcela da sua despesa de Capex é atrelada ao dólar norte americano. Quando necessária a adoção de proteção patrimonial via derivativos, o Comitê Financeiro e a Diretoria da Companhia devem ser consultados.

Em 30 de junho de 2024 a Companhia possui NDFs com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos e operações de venda de energia em moeda estrangeira previstos nas seguintes entidades: (i) na *holding*, para a construção das instalações previstas no contrato de suprimento de GNL a Suzano e a Vale; (ii) na Sparta 300, para construção do projeto Azulão 950; e (iii) na Eneva Comercializadora, para as receitas denominadas ou indexadas ao dólar. Os programas da *holding* e da Sparta 300 foram designados para contabilidade de hedge e são classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia também apresenta exposição ao risco de variação do preço de mercado do carvão, e do GNL, utilizados como insumos na geração de energia, no que se refere a eventual descasamento de preços no período entre a compra das *commodities* e sua utilização para geração de energia elétrica.

### (iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Eneva adota, em sua Política de Gerenciamento de Riscos, o conceito das três linhas de defesa a seguir ("**Linhas de Defesa**") para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

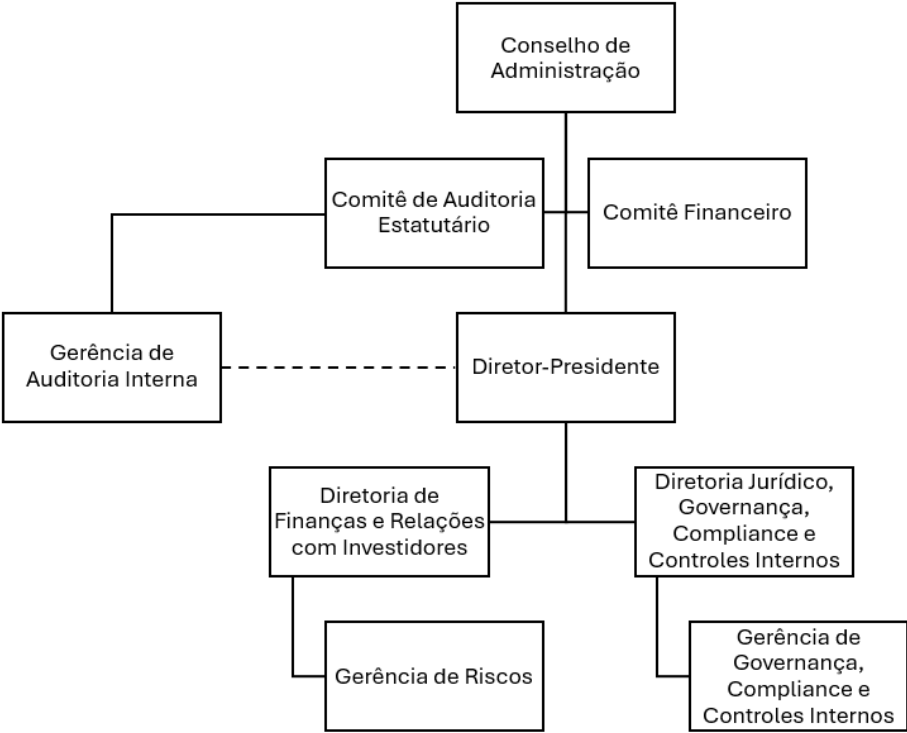
**1ª Linha de Defesa:** É representada por todos os gestores das áreas de negócio e de suporte, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

**2ª Linha de Defesa:** É responsável pelo apoio à 1ª Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada, pela Gerência de Risco e pela Gerência de Governança, *Compliance* e Controles Internos, com atuação consultiva junto às áreas executivas, porém com avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle da Companhia, e também por outras áreas de suporte corporativo com funções normativa e consultiva em temas diretamente relacionados a gestão de riscos.

**3ª Linha de Defesa:** É representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os órgãos e áreas que atuam na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são os descritos no organograma abaixo:



**Conselho de Administração**

Cabe ao Conselho de Administração aprovar as alterações da Política de Gerenciamento de Riscos e autorizar, se necessário, quaisquer exceções a essa Política, definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da Companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de riscos estabelecidas.

O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na Companhia e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

**Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva deve definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos, propondo ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Companhia. Além disso, cabe à Diretoria Executiva acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Gerenciamento de Riscos e submetendo adequações e melhorias à aprovação do Conselho de Administração.

**Gerências de Governança, Compliance e Controles Internos e de Gestão de Riscos**

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A área de Governança, *Compliance* e Controles Internos tem, dentre outras atribuições, o objetivo de incorporar os valores da Companhia e estabelecer um conjunto de práticas e relacionamentos entre Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário, com a finalidade de aperfeiçoar o desempenho da empresa e facilitar o acesso alinhado com o interesse dos acionistas; certificar a eficiência e a eficácia do ambiente de controle da 1ª Linha de Defesa, através de monitoramento e testes de controles; assegurar a governança de Compliance e Controles Internos da Companhia, por meio de monitoramento e reporte periódico.

A área de Gestão de Riscos tem, dentre outras, as seguintes atribuições: contribuir para a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia; coordenar junto às áreas de negócio e de suporte corporativo as atividades de gestão de riscos; desenvolver e disponibilizar metodologias, ferramentas, sistemas, infraestrutura e governança de gestão de riscos; apoiar a 1ª linha de defesa na implementação de práticas eficazes de gestão de riscos; assegurar a governança de gestão de riscos, por meio de monitoramento e reporte periódico; coordenar as atividades de gestão de crises e de elaboração e aplicação dos planos de continuidade de negócios; atuar em conjunto com as outras áreas de suporte corporativo que, dentre suas atribuições, também possuem funções de 2ª Linha de Defesa.

Ambas as gerências têm atuação consultiva e de coordenação junto às áreas executivas da Companhia, porém com avaliação e reporte independentes, sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle.

### **Comitês**

#### ***Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE")***

O Comitê de Auditoria Estatutário passou a ser previsto com a alteração do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2018 e foi instalado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de junho de 2019. Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e do seu Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão colegiado de assessoramento do Conselho de Administração, composto por, no mínimo três membros, devendo um ser conselheiro independente e ao menos um deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

As principais regras de funcionamento que dispõem sobre seus objetivos, composição, responsabilidades e periodicidade de reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário estão previstas em seu Regimento Interno, contemplando as seguintes responsabilidades:

- (a) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, conforme Política de Gerenciamento de Riscos;
- (b) opinar sobre a parametrização do modelo de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a Política de Gerenciamento de Riscos, seus recursos e tolerância máxima a riscos, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com:



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (i) a remuneração da administração;
  - (ii) a utilização de ativos da Companhia; e
  - (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (c) avaliar, em conjunto com a área jurídica da Companhia, todas as questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;
- (d) avaliar periodicamente a adequação dos relatórios gerenciais da administração, referentes a aspectos contábeis, de resultados financeiros e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, forma, conteúdo e distribuição (acesso às informações);
- (e) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia;
- (f) opinar sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, levando em consideração a adequada cobertura de riscos;
- (g) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente externa para a Companhia, bem como a substituição de tais auditores, e opinar sobre a sua contratação para qualquer outro serviço;
- (h) analisar o escopo e o enfoque propostos pelos auditores externos e avaliar seus honorários e resultados dos serviços prestados, supervisionando suas atividades, a fim de avaliar:
  - (i) a sua independência;
  - (ii) a qualidade de serviços prestados; e
  - (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (i) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (j) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- (k) reunir-se com os auditores independentes externos para tratar de mudança e/ou manutenção de princípios e critérios contábeis; uso de reservas e provisões; estimativas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras; métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; mudanças do escopo da auditoria; áreas de alto risco; deficiências relevantes e falhas significativas nos controles internos; conhecimento de atos ilegais; e efeitos de fatores externos (econômicos, normativos e setoriais) sobre os relatórios financeiros e sobre o processo de auditoria;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (l) monitorar a implementação das recomendações feitas pela área de Auditoria Interna e pelos auditores externos, bem como a qualidade e integridade dos processos;
- (m) acompanhar as manifestações encaminhadas através do canal de denúncias da Companhia, zelando pelo cumprimento do Código de Conduta, e alertar ao Conselho de Administração sobre fraudes e/ou crimes e sugerir providências;
- (n) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- (o) . avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações, em conjunto com a administração, a área de governança, compliance e controles internos a área de controladoria e a área jurídica da Companhia;
- (p) reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração da Companhia para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- (q) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (r) elaborar um relatório anual a ser apresentado pela Companhia juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
  - (i) as atividades exercidas no período, as reuniões realizadas com os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados;
  - (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
  - (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação;
  - (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;
  - (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e
  - (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (s) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração;
- (t) proceder, anualmente, à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação; e
- (u) manter postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades e, sobretudo, em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário se reunirá ao menos uma vez a cada trimestre, devendo coincidir com as datas de fechamento de resultados trimestrais da Companhia, e sempre que necessário.

### ***Comitê Financeiro***

Criado na reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2017, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, o Comitê Financeiro da Companhia é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração. Para tanto, compete ao Comitê Financeiro aconselhar e fazer recomendações ao Conselho de Administração em suas decisões relativas (i) à integridade das demonstrações financeiras e dos processos de controle interno; (ii) a políticas financeiras; e (iii) a metas e orçamentos para promover os objetivos estratégicos da Companhia.

O Comitê Financeiro deve ser formado por três a cinco membros, sendo ao menos um conselheiro e, a critério do Conselho de Administração, membros especialistas externos, sendo um dos membros eleito como "Coordenador". Compete ao Comitê Financeiro, dentre outras matérias:

- (a) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração;
- (b) assessorar o Conselho de Administração na análise e eventual revisão do orçamento da Companhia, bem como monitorar a sua implementação e execução;
- (c) analisar e revisar os índices econômico-financeiros e de fluxo de caixa da Companhia, de modo a sugerir modificações e ajustes sempre que considerar necessário;
- (d) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento e/ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, questões tributárias e operações financeiras estruturadas de mercado;
- (e) analisar os potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial nos negócios da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos, e na definição de estratégias financeiras apropriadas;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (f) monitorar os riscos de mercado, liquidez e crédito da Companhia, por meio do acompanhamento de indicadores definidos pelo Comitê Financeiro;
- (g) analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação;
- (h) acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessárias, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; e
- (i) proceder à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

As reuniões do Comitê Financeiro ocorrerão ordinariamente a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões serão realizadas nas dependências da Companhia, sendo que, em casos especiais, poderão ser realizadas por meio de conferência telefônica ou de outro modo que possibilite a participação de todos os membros do Comitê Financeiro e garanta a troca de ideias e impressões a respeito das matérias em discussão.

O Comitê Financeiro dispõe de Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de outubro de 2018.

### **Auditoria Interna**

A Companhia conta, ainda, com uma área específica de Auditoria Interna, criada em 2013. A área de Auditoria Interna monitora continuamente os riscos aos quais a Companhia está exposta, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, e assegura a efetiva divulgação dos riscos identificados, a fim de adequar a estrutura de controle internos para minimizar eventual materialização de tais riscos. A estrutura e dimensão da área foi atualizada, em 2017, para se adequar às atuais necessidades do negócio e garantir maior efetividade e agilidade aos processos por eles conduzidos, quando passou a reportar-se ao Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria Estatutário.

Importante destacar que a área de Auditoria Interna não possui qualquer vínculo hierárquico ou funcional com as unidades auditadas, mantendo, assim, um relacionamento de total independência funcional e técnica para o pleno exercício de suas funções.

À área de Auditoria Interna cabe avaliar de forma objetiva e independente a adequação e eficácia dos procedimentos e controles mantidos pela companhia, a fim de identificar oportunidades de melhoria e reduzir a exposição a riscos indesejáveis.

Além fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos, compete a ela

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

monitorar a implementação de ações corretivas e /ou de melhoria recomendadas em seus relatórios, bem como avaliar/validar a eficácia das mesmas para reduzir e/ou eliminar os riscos identificados. Compete a ela:

- (a) auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos;
- (b) após a implementação dos planos de ação, auditar as ações para verificar se todas foram implementadas como planejado;
- (c) identificar novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução; e
- (d) adequar o porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partir da identificação de novos riscos ou agravamento de riscos já identificados.

Atualmente, a área de Auditoria Interna da Companhia é composta por 5 membros, sendo 1 ocupante do cargo de gerente e outros 4 com o cargo de auditores.

### **(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A efetividade das medidas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia é verificada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, descrito no subitem (b) acima, o qual reporta as suas constatações e recomendações para o Conselho de Administração da Companhia para que sejam adotados os planos de ação aplicáveis para aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia conta com a Gerência de Governança, Compliance e Controles Internos e com a Gerência de Riscos, mencionados no item 5.1.iii acima. A Companhia conta, ainda, com uma área de Auditoria Interna, que tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

A estrutura acima, no contexto da revisão da sua Política de Gerenciamento de Riscos, foi avaliada pelo Conselho de Administração pela última vez em março de 2023.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 - Descrição controles internos

#### **(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de sistema de Controles Internos e de área de Governança, *Compliance* e Controles Internos devem apoiar os donos de cada processo na gestão de seus riscos, de forma priorizada e buscando processos robustos e controles adequados. A área tem como principais atribuições:

- (a)** Gerenciar o sistema de Controles Internos da Companhia, contribuindo como especialista consultivo independente para seu desenho e implantação;
- (b)** Avaliar o propósito, eficiência e eficácia dos Controles Internos estabelecidos nos processos, a partir do mapeamento dos mesmos pela área de Gestão e Performance, observando sua execução e alertando os Donos de Processo se necessário;
- (c)** Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na identificação e avaliação dos riscos e na definição dos controles para sua mitigação;
- (d)** Reavaliar periodicamente a adequação dos Controles Internos em relação ao apetite ao risco, aos resultados dos testes sobre os mesmos e às oportunidades para simplificação e racionalização, sugerindo melhorias e corrigindo deficiências; e
- (e)** Acompanhar a implantação de Controles Internos.

#### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia conta com gerências específicas submetidas à Diretoria de Finanças, Diretoria Jurídica e Conselho, quais sejam: Governança, *Compliance* e Controles Internos, Riscos, Controladoria, Tesouraria e Auditoria Interna.

Além do mencionado acima, no subitem 5.1(b) "iii" também são detalhadas informações adicionais.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles estão descritos no item 5.2(a). Já a indicação das pessoas responsáveis indicando o cargo pode ser conferida no item 5.1(b).

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente**

Os auditores independentes da Companhia obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desta avaliação, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 os auditores independentes da Companhia emitiram o relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia, os quais não foram classificados como deficiências significativas.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, uma vez que não foram reportadas deficiências significativas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes da Companhia com relação às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3 - Programa de integridade

**(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

**(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia**

A Companhia desenvolveu um Código de Conduta, um Código de Conduta de Terceiros e Normativos de Integridade determinando e esclarecendo a visão, valores e diretrizes da Companhia sobre a conduta esperada de seus colaboradores, administradores e terceiros e, como forma de disseminar e consolidar o Código de Conduta e políticas de integridade, a Companhia promove treinamentos presenciais e *online* seguidos de avaliações que devem ser respondidas por todos os colaboradores e administradores.

A fim de mitigar riscos relativos à contratação de terceiros fornecedores e prestadores de serviço, a Companhia realiza análises reputacionais utilizando as ferramentas Aliant (ICTS) e D-tracker (Deloitte) os quais permitem acesso à base de dados robustas de consultas com obtenção de informações detalhadas sobre as pessoas jurídicas e físicas analisadas.

Por fim, a Companhia possui um canal de denúncias disponível 24 horas por dia, confidencial e aberto a todos, o qual permite que colaboradores e terceiros apresentem relatos, os quais são recebidos pela área de *Compliance* da Companhia, e investigados de acordo com as competências atribuídas na Diretriz de Gestão de Consequências. A área de *Compliance* reporta os indicadores do canal de denúncias ao Comitê de Auditoria Estatutário, e este, por sua vez, ao Conselho de Administração da Companhia. De acordo com a gravidade da denúncia e da violação ao Código de Conduta e políticas de integridade, a sanção ao denunciado pode ser determinada pela Comissão de Compliance ou pelo Conselho de Administração.

A Companhia promove a avaliação de suas políticas e procedimentos periodicamente e sempre que julgar necessário, como forma de mantê-las sempre atualizadas e adequadas à estrutura de governança, à atuação da Companhia e às leis e regulamentos aplicáveis.

**(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade**

A Diretoria Jurídica é responsável pela área de *Compliance* e pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, tendo como atribuição principal o acompanhamento da implementação das iniciativas de *Compliance*.

A Comissão de *Compliance* é um órgão de funcionamento não permanente, que pode ser instalado a qualquer tempo pela Diretoria de *Compliance* ou pelo Comitê de Auditoria Estatutário,



### 5.3 Programa de integridade

para apoiar na resolução de denúncias, ou ainda na resolução de potenciais conflitos de interesses em que estejam envolvidos membros da Alta Administração.

Adicionalmente, a Companhia nota que a estrutura organizacional referente ao seu processo de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e integridade também é descrita em detalhes no item 5.1 deste Formulário de Referência.

#### (iii) código de ética ou de conduta

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia dispõe de Código de Conduta, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023, sendo aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros fiscais, quando aplicável, conselheiros de administração e terceiros. No que se refere a fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, a Companhia desenvolveu um Código de Conduta de Terceiros, detalhando as regras e recomendações específicas para aqueles que tenham relações comerciais com a Companhia ou suas subsidiárias.

Em setembro de 2020, foi elaborado e aprovado em reunião do Conselho de Administração a Política Anticorrupção, que é aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros de administração e terceiros. Seguindo o compromisso com a melhoria contínua e alinhamento com as melhores práticas internacionalmente estabelecidas, a Companhia revisou sua Política Anticorrupção em dezembro de 2022.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta da Companhia determina que o descumprimento das condutas nele definidas ou estabelecidas nas políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis poderão resultar na aplicação de medidas disciplinares, as quais serão proporcionais à natureza e à gravidade da violação, podendo variar desde advertência até demissão por justa causa de acordo com diretriz de gestão de consequência, sem prejuízo de sanções administrativas, civis e penais, quando aplicáveis.

Aos terceiros que violarem o Código de Conduta, políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis, a sanção imposta será aquela prevista no respectivo contrato, incluindo o término da relação comercial existente entre o terceiro e a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que tem realizado treinamentos desde a aprovação do Código de Conduta com vistas a fomentar o cumprimento e disseminar o conhecimento sobre as

### 5.3 Programa de integridade

suas regras, diretrizes e procedimentos. Nesse contexto, desde o início de 2017, foram conduzidos treinamentos presenciais, um treinamento *online* no primeiro semestre e outro treinamento *online* no segundo semestre daquele ano. Os treinamentos foram oferecidos a todos os colaboradores, diretores e conselheiros de administração da Companhia.

Desde o ano de 2018, foram conduzidos, pela área de Governança, Riscos e *Compliance*, treinamentos presenciais direcionados aos colaboradores da Companhia sobre assédio moral e suas particularidades. A fim de atender aos colaboradores que não puderam comparecer aos treinamentos presencialmente, a Companhia conduziu treinamentos *online*. Adicionalmente, a Companhia incluiu uma apresentação sobre o Código de Conduta no processo de ambientação de novos colaboradores.

Os treinamentos são realizados periodicamente, conjuntamente a ações de comunicação contínuas relacionados a ética, integridade e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais na ambientação de novos colaboradores e *online*.

Após a aprovação da revisão do Código de Conduta e Política Anticorrupção em setembro de 2020, foi conduzido treinamento *online* sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção. O treinamento fora disponibilizado a todos os colaboradores, terceiros e executivos da Companhia e todos somaram 95% de participação.

Ao longo dos 3 (três) últimos exercícios sociais, outros treinamentos foram realizados pela Companhia, conforme especificados no item 5.1(ii), letra "l", deste Formulário de Referência.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão atual do Código de Conduta foi revisada e aprovada em reunião do Conselho de Administração em 23 de março de 2023, e encontra-se disponível para consulta nas páginas eletrônicas da CVM e de relações com investidores da Companhia.

**(b) canal de denúncia**

**(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.**

O canal de denúncia é externo e gerido por empresa terceira especializada (atualmente, a Contato Seguro).

### 5.3 Programa de integridade

**(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados**

O canal de denúncia está aberto para o recebimento de relatos de todos os colaboradores próprios e terceiros da Companhia, bem como do público externo.

Desta forma, tanto colaboradores quanto terceiros podem comunicar violações da seguinte forma:

- pelo *website*: [www.contatoseguro.com.br](http://www.contatoseguro.com.br); e/ou
- pelo telefone 0800 601 8679; e/ou
- pelo aplicativo da Contato Seguro.

**(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Os relatos podem ser realizados anonimamente pelos canais de denúncia disponibilizados pela Contato Seguro, tanto através de ligação gratuita como através do *website*.

**(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são apuradas e tratadas pela área de Compliance e reportadas trimestralmente para o Comitê de Auditoria Estatutário.

**(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Nos últimos três exercícios sociais não houve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

**(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, uma vez que, conforme descrito acima, a Companhia possui um programa de integridade em vigor para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, contra as regras e políticas da Companhia e/ou contra a lei e regulamentos aplicáveis.

## 5.4 Alterações significativas

### 5.4 - Alterações significativas

A respeito do fator de risco *"As estimativas de reservas e de recursos contingentes de gás natural e óleo da Companhia envolvem um grau significativo de incerteza e estão baseadas em premissas que podem não ser precisas"*, existem certas particularidades dos ativos da Companhia, bem como ações tomadas pela Companhia, que levam a uma mitigação dos riscos associados à realização de suas reservas:

- A similaridade das características de seus reservatórios e do gás produzido reduzem os riscos dos projetos a serem desenvolvidos para atendimento dos contratos de gás;
- O histórico da produção dos campos em produção vem reduzindo consistentemente as incertezas das reservas relacionadas à performance dos reservatórios e a seus planos de desenvolvimento;
- A incerteza do preço do produto da Companhia é mitigada pelos contratos de longo prazo com preços definidos e sujeito a reduzidas variações; e
- A incerteza da receita dos contratos é mitigada pela cláusula de uma receita fixa significativa e independente do despacho.

Estas e outras particularidades fazem com que os valores de reservas de gás 2P (provadas mais prováveis) atualmente certificados pela GCA estejam muito próximos dos estimados pela Companhia. Com a entrada dos campos da Bacia do Amazonas na carteira de projetos de desenvolvimento da Eneva, campos estes de caráter mais pioneiro, essa variação nas estimativas de reservas está em cerca de 8%, o que ainda, demonstra que o nível de informações existentes para suportar estas estimativas é bastante satisfatório e consistente.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5 - Outras informações relevantes

A Companhia implementou um Programa de Governança em Proteção de Dados, seguindo as melhores práticas do mercado e adotando medidas para o cumprimento da legislação vigente, especialmente a LGPD. Como parte dessa iniciativa, desenvolveu um mapeamento dos dados tratados e riscos envolvidos em suas atividades e nomeou um Encarregado de Proteção de Dados.

Além disso, a Companhia estabeleceu diversos normativos internos de privacidade, proteção de dados e segurança da informação, assim como procedimentos que garantem a efetividade do Programa de Governança em Proteção de Dados. A Companhia também oferece workshops e treinamentos aos seus colaboradores para familiarizá-los com as normas vigentes.

Em seus sites, a Companhia disponibiliza avisos de privacidade com informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre o tratamento de dados pessoais de cada categoria de titular aplicável, além de mecanismos que permitem aos titulares o exercício de seus direitos previstos na LGPD.

A Companhia revisa e atualiza periodicamente as práticas implementadas no contexto do Programa de Governança em Proteção de Dados para melhoria contínua.